

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	19
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	115
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	294.110
Preferenciais	132.482
Total	426.592
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.963.467	3.047.637
1.01	Ativo Circulante	192.785	202.846
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	78.313	77.971
1.01.03	Contas a Receber	68.760	71.069
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	68.760	71.069
1.01.03.02.01	Títulos a receber	8.892	8.681
1.01.03.02.02	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	59.868	62.388
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.529	44.347
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	41.529	44.347
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	37.140	39.958
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	4.389	4.389
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.183	9.459
1.01.08.03	Outros	4.183	9.459
1.01.08.03.01	Operações com Opções	1.240	7.662
1.01.08.03.02	Operações com Termo	1.133	0
1.01.08.03.20	Outros	1.810	1.797
1.02	Ativo Não Circulante	2.770.682	2.844.791
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	508.936	503.934
1.02.01.03	Contas a Receber	14.111	16.412
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.111	16.412
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	492.301	484.998
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	2.072	515
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	490.229	484.483
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.524	2.524
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	2.523	2.523
1.02.01.09.04	Outros	1	1
1.02.02	Investimentos	2.261.742	2.340.853
1.02.02.01	Participações Societárias	2.261.742	2.340.853
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.261.742	2.340.853
1.02.04	Intangível	4	4
1.02.04.01	Intangíveis	4	4
1.02.04.01.02	Outros ativos intangíveis	4	4

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.963.467	3.047.637
2.01	Passivo Circulante	782.697	668.718
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	167	110
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	167	110
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	167	110
2.01.02	Fornecedores	13	81
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13	81
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.625	9.878
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.625	9.878
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	7.625	9.878
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	773.759	652.180
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	637.690	528.493
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	613.083	528.493
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	24.607	0
2.01.04.02	Debêntures	136.069	123.687
2.01.05	Outras Obrigações	1.133	6.469
2.01.05.02	Outros	1.133	6.469
2.01.05.02.04	Operações com Opções	826	6.150
2.01.05.02.05	Outros	307	319
2.02	Passivo Não Circulante	1.445.796	1.755.146
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	816.309	1.228.527
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	570.116	982.447
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	108.644	209.290
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	461.472	773.157
2.02.01.02	Debêntures	246.193	246.080
2.02.02	Outras Obrigações	548.531	526.105
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	538.204	515.528
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	364.712	338.534
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	173.492	176.994
2.02.02.02	Outros	10.327	10.577
2.02.02.02.03	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	190	648
2.02.02.02.05	Outros	10.137	9.929
2.02.03	Tributos Diferidos	80.956	514
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80.956	514
2.03	Patrimônio Líquido	734.974	623.773
2.03.01	Capital Social Realizado	1.343.974	1.343.974
2.03.02	Reservas de Capital	26.485	26.485
2.03.02.07	Transações de capital	26.485	26.485
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.026.312	-1.146.912
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	390.827	400.226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-357
3.02.01	Serviço de Terceiros	0	-357
3.03	Resultado Bruto	0	-357
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.578	-1.119
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.008	-1.035
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	6.263
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21	-84
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-54.549	-6.263
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	-52.203	-5.028
3.04.06.02	Amortização de ágio	-2.346	-1.235
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-55.578	-1.476
3.06	Resultado Financeiro	251.032	-45.132
3.06.01	Receitas Financeiras	455.292	55.107
3.06.02	Despesas Financeiras	-204.260	-100.239
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	195.454	-46.608
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-80.442	-485
3.08.02	Diferido	-80.442	-485
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	115.012	-47.093
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	115.012	-47.093
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26149	-0,11033
3.99.01.02	PN	0,28764	-0,11033

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	115.012	-47.093
4.03	Resultado Abrangente do Período	115.012	-47.093

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.331	60.265
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	108	1.299
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	115.012	-47.093
6.01.01.03	Encargos Dívidas Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-249.860	38.653
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	52.203	6.263
6.01.01.05	Amortização de Ágios	2.346	0
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.442	485
6.01.01.07	Ajuste a valor presente e marcação a mercado	-35	2.991
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.223	58.966
6.01.02.01	Recebimento de Dividendos	22.272	0
6.01.02.02	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	1.020	73.438
6.01.02.03	Créditos Compensáveis em Recolhimentos Futuros	2.818	2.599
6.01.02.04	Títulos e rendas a receber, títulos e valores mobiliários e despesas antecipadas	2.074	159
6.01.02.06	Fornecedores	-69	0
6.01.02.07	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-14.719	-17.624
6.01.02.08	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	-2.759	-2.469
6.01.02.09	Outros credores	581	173
6.01.02.11	Outros créditos	5	2.690
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	618
6.02.01	No Investimento	0	618
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.989	-5.568
6.03.02	Recursos destinados para aumento de capital	-20	0
6.03.03	Operações de Mútuos com Partes Relacionadas - Líquido	15.508	14.328
6.03.04	Novos Empréstimos, Financiamentos e debêntures	45.309	48.112
6.03.05	Pagamentos Empréstimos - Principal	-71.786	-68.008
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	342	55.315
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	77.971	22.973
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	78.313	78.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.343.974	26.485	0	-1.146.912	400.226	623.773
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.343.974	26.485	0	-1.146.912	400.226	623.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	115.012	0	115.012
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	115.012	0	115.012
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.588	-9.399	-3.811
5.06.04	Realização de Reserva de Reavaliação em Controladas	0	0	0	5.337	-9.148	-3.811
5.06.05	Realização de Custos Atribuídos em Controlada	0	0	0	251	-251	0
5.07	Saldos Finais	1.343.974	26.485	0	-1.026.312	390.827	734.974

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	714.552	657.279	0	-498.796	440.145	1.313.180
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	714.552	657.279	0	-498.796	440.145	1.313.180
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-47.093	0	-47.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-47.093	0	-47.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.338	-15.338	0
5.06.04	Realização de Reserva de Reavaliação em Controladas	0	0	0	15.087	-15.087	0
5.06.05	Realização de Custos Atribuídos em Controlada	0	0	0	251	-251	0
5.07	Saldos Finais	714.552	657.279	0	-530.551	424.807	1.266.087

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	0	6.263
7.01.02	Outras Receitas	0	6.263
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-529	-965
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-508	-880
7.02.04	Outros	-21	-85
7.03	Valor Adicionado Bruto	-529	5.298
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-529	5.298
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	400.743	48.844
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-54.549	-6.263
7.06.02	Receitas Financeiras	455.292	55.107
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	400.214	54.142
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	400.214	54.142
7.08.01	Pessoal	404	425
7.08.01.01	Remuneração Direta	404	425
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	81.888	1.802
7.08.02.01	Federais	81.875	1.802
7.08.02.03	Municipais	13	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	202.910	99.008
7.08.03.01	Juros	132.132	75.296
7.08.03.02	Aluguéis	2	1
7.08.03.03	Outras	70.776	23.711
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	115.012	-47.093
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	115.012	-47.093

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	13.318.870	12.935.830
1.01	Ativo Circulante	3.591.966	3.387.890
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	722.721	686.083
1.01.03	Contas a Receber	1.837.434	1.857.034
1.01.03.01	Clientes	1.793.878	1.813.915
1.01.03.01.01	Consumidores	1.793.878	1.813.915
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	43.556	43.119
1.01.03.02.01	Títulos a receber	43.556	43.119
1.01.04	Estoques	60.515	42.593
1.01.06	Tributos a Recuperar	215.120	216.486
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	215.120	216.486
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	93.496	91.650
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	121.624	124.836
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	756.176	585.694
1.01.08.03	Outros	756.176	585.694
1.01.08.03.01	Serviços em curso	196.715	165.100
1.01.08.03.02	Redução de receita - baixa renda	69.726	40.327
1.01.08.03.03	Aquisição de combustível - conta CCC	162.709	93.046
1.01.08.03.04	Sub-rogação da CCC	98.118	98.118
1.01.08.03.05	Operações com Swap	635	0
1.01.08.03.06	Operações com Opções	2.052	7.662
1.01.08.03.07	Operações a Termo	1.133	0
1.01.08.03.20	Outros	225.088	181.441
1.02	Ativo Não Circulante	9.726.904	9.547.940
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.810.176	3.722.799
1.02.01.03	Contas a Receber	335.453	312.443
1.02.01.03.01	Clientes	259.581	234.016
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	75.872	78.427
1.02.01.06	Tributos Diferidos	461.264	489.473
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	461.264	489.473
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	496.724	490.811
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	496.724	490.811
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.516.735	2.430.072
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	166.921	152.287
1.02.01.09.05	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	61.552	58.942
1.02.01.09.06	Outros tributos a recuperar	112.978	99.044
1.02.01.09.07	Sub-rogação da CCC	195.978	194.702
1.02.01.09.08	Ativo financeiro - bens da concessão	1.947.443	1.895.364
1.02.01.09.09	Outros	31.863	29.733
1.02.02	Investimentos	17.073	17.094
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.073	17.094
1.02.03	Imobilizado	195.315	199.495
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	195.116	199.296
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	199	199
1.02.04	Intangível	5.704.340	5.608.552

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1.02.04.01	Intangíveis	5.704.340	5.608.552
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.347.967	5.248.483
1.02.04.01.02	Outros ativos intangíveis - líquido	356.373	360.069

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	13.318.870	12.935.830
2.01	Passivo Circulante	6.367.747	5.585.466
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	126.579	134.357
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	126.579	134.357
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento	14.597	15.900
2.01.01.02.02	Indenizações trabalhistas	111.982	118.457
2.01.02	Fornecedores	1.143.024	823.548
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.143.024	823.548
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.128.866	899.618
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	544.316	431.268
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16.347	27.810
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	527.969	403.458
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	581.374	463.752
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.176	4.598
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.989.813	2.968.829
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.705.422	2.691.731
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.058.055	2.011.391
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	647.367	680.340
2.01.04.02	Debêntures	262.588	252.800
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	21.803	24.298
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	18.992	21.030
2.01.04.03.02	Em Moeda Estrangeira	2.811	3.268
2.01.05	Outras Obrigações	979.465	759.114
2.01.05.02	Outros	979.465	759.114
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	71.627	71.392
2.01.05.02.04	Consumidores - devolução tarifária	8.054	10.958
2.01.05.02.05	Participações dos administradores	6.573	4.959
2.01.05.02.06	Operações de swap	115.560	127.538
2.01.05.02.07	Taxas regulamentares	347.445	190.731
2.01.05.02.08	Obrigações do programa de eficiência energética	116.399	107.197
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas - trabalhistas	69.595	54.320
2.01.05.02.10	Benefícios pós-emprego	12.338	12.202
2.01.05.02.11	Operações com Opções	826	6.150
2.01.05.02.12	Obrigações estimadas - fiscais	22.550	0
2.01.05.02.20	Outros	208.498	173.667
2.02	Passivo Não Circulante	4.980.492	5.461.719
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.194.348	3.757.270
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.682.076	3.211.510
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.069.220	2.267.370
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	612.856	944.140
2.02.01.02	Debêntures	478.963	508.152
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	33.309	37.608
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	9.540	12.816
2.02.01.03.02	Em Moeda Estrangeira	23.769	24.792
2.02.02	Outras Obrigações	1.112.070	1.114.061

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	174.402	177.537
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	245	210
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	174.157	177.327
2.02.02.02	Outros	937.668	936.524
2.02.02.02.03	Fornecedores	818	1.666
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais	551.991	560.770
2.02.02.02.06	Operações de swap	80.832	80.811
2.02.02.02.07	Obrigações do programa de eficiência energética	139.303	133.464
2.02.02.02.08	Plano de aposentadoria e pensão	14.335	14.335
2.02.02.02.10	Benefício Pós-Emprego	5.926	7.678
2.02.02.02.11	Outros	144.463	137.800
2.02.03	Tributos Diferidos	547.423	468.200
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	547.423	468.200
2.02.03.01.01	Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	403.995	404.562
2.02.03.01.02	Outros	143.428	63.638
2.02.04	Provisões	126.651	122.188
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	126.651	122.188
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	45.852	45.852
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	64.897	62.021
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15.902	14.315
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.970.631	1.888.645
2.03.01	Capital Social Realizado	1.343.974	1.343.974
2.03.02	Reservas de Capital	26.485	26.485
2.03.02.09	Transações de capital	26.485	26.485
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.026.312	-1.146.912
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	390.827	400.226
2.03.08.01	Reserva de Reavaliação em Ativos Próprios	363.725	372.873
2.03.08.02	Custo atribuído	27.102	27.353
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.235.657	1.264.872

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.907.079	1.756.807
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.568.888	-1.442.737
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-823.601	-736.072
3.02.02	Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-137.266	-121.063
3.02.03	Pessoal	-81.117	-52.581
3.02.04	Material	-66.730	-64.727
3.02.05	Serviços de terceiros	-81.322	-81.578
3.02.06	Depreciação e amortização	-106.982	-97.589
3.02.07	Subvenções CCC	55.406	54.290
3.02.08	Custo de construção	-319.011	-339.719
3.02.09	Outros	-8.265	-3.698
3.03	Resultado Bruto	338.191	314.070
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-184.234	-155.286
3.04.01	Despesas com Vendas	-63.617	-46.423
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-98.989	-103.295
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.760	7.725
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20.692	-10.761
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.696	-2.532
3.04.06.01	Amortização do Ágio	-3.696	-2.532
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	153.957	158.784
3.06	Resultado Financeiro	58.293	-238.582
3.06.01	Receitas Financeiras	689.957	200.890
3.06.02	Despesas Financeiras	-631.664	-439.472
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	212.250	-79.798
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-124.817	4.157
3.08.01	Corrente	-22.548	-15.433
3.08.02	Diferido	-102.269	19.590
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	87.433	-75.641
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	87.433	-75.641
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	115.012	-47.093
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-27.579	-28.548
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26149	-0,11033
3.99.01.02	PN	0,28764	-0,11033

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	115.012	-75.641
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	115.012	-75.641
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	87.433	-47.093
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	27.579	-28.548

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	593.736	215.745
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	207.299	240.088
6.01.01.01	(Prejuízo) / Lucro do exercício atribuível aos controladores	115.012	-47.093
6.01.01.02	Participações dos acionistas não controladores no resultado	-27.579	-28.548
6.01.01.03	Perda no valor recuperável	-672	3.986
6.01.01.04	Depreciação e amortização	123.190	111.470
6.01.01.05	Encargos dívidas, juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	-137.364	191.331
6.01.01.07	Amortização de ágios	3.696	2.532
6.01.01.08	Baixa de ativo financeiro e intangível	20.190	7.817
6.01.01.09	(Ganhos)/Perdas na alienação de bens e direitos do ativo financeiro e intangível	1.079	0
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social correntes	22.835	15.433
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social diferidos	99.657	-19.590
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social antecipados	-566	0
6.01.01.13	Realização de reserva de reavaliação	913	0
6.01.01.14	Ajuste a valor presente e marcação a mercado	-12.632	4.032
6.01.01.20	Outras	-460	-1.282
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	386.437	-24.343
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-25.744	-54.862
6.01.02.02	Estoques	-16.904	2.321
6.01.02.03	Aquisição de combustível por conta CCC	-69.663	-53.370
6.01.02.04	Créditos redução receita baixa renda	-29.399	-16.138
6.01.02.05	Serviços em curso	-24.138	-20.152
6.01.02.06	Créditos e depósitos vinculados a litígios	-14.633	33.347
6.01.02.07	Créditos compensáveis em recolhimentos futuros	6.605	-12.978
6.01.02.09	Títulos e rendas a receber, títulos e valores mobiliários e despesas antecipadas	-7.962	-17.460
6.01.02.10	Outros devedores	-45.596	-754
6.01.02.11	Fornecedores	309.227	119.572
6.01.02.12	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-107.090	-117.434
6.01.02.13	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	196.135	132.011
6.01.02.14	Taxas regulamentares	156.715	29.817
6.01.02.15	Obrigações do Programa de Eficiência Energética	12.764	10.074
6.01.02.16	Entidade de previdência privada e benefício pós emprego	-1.616	-9.151
6.01.02.17	Indenizações trabalhistas	-11.741	-19.198
6.01.02.18	Multas regulatórias	41.303	0
6.01.02.20	Outros credores	18.174	-29.988
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-255.542	-250.008
6.02.01	Alienação de bens e direitos do ativo financeiro e intangível dos contratos de concessão	2.327	0
6.02.03	Ativo financeiro e intangível dos contratos de concessão	-344.772	-323.502
6.02.04	Acréscimos de obrigações especiais	86.903	73.791
6.02.20	Outras	0	-297
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-301.556	-85.388
6.03.03	Operação de mútuo com partes relacionadas - líquido	-482	-1.633

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.03.04	Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	122.472	456.048
6.03.05	Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	-388.196	-538.154
6.03.06	Pagamentos de Swap e Opções	-35.305	0
6.03.07	Pagamentos de dividendos	-17	-1.649
6.03.08	Pagamentos de juros sobre o capital próprio	-28	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	36.638	-119.651
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	686.083	759.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	722.721	640.012

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.343.974	26.485	0	-1.146.912	400.226	623.773	1.264.872	1.888.645
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.343.974	26.485	0	-1.146.912	400.226	623.773	1.264.872	1.888.645
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-280	-280
5.04.08	Dividendos e JCP atribuídos aos minoritários	0	0	0	0	0	0	-280	-280
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	115.012	0	115.012	-27.579	87.433
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	115.012	0	115.012	-27.579	87.433
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.588	-9.399	-3.811	-1.356	-5.167
5.06.04	Realização de Reserva de Reavaliação/Custo atribuído em Controladas	0	0	0	5.337	-9.148	-3.811	-1.356	-5.167
5.06.05	Realização de Custos Atribuídos em Controlada	0	0	0	251	-251	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.343.974	26.485	0	-1.026.312	390.827	734.974	1.235.657	1.970.631

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	714.552	657.279	0	-498.796	440.145	1.313.180	1.336.385	2.649.565
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	714.552	657.279	0	-498.796	440.145	1.313.180	1.336.385	2.649.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	89	89
5.04.08	Dividendos e JCP atribuídos aos minoritários	0	0	0	0	0	0	89	89
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-47.093	0	-47.093	-28.548	-75.641
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-47.093	0	-47.093	-28.548	-75.641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.338	-15.338	0	0	0
5.06.04	Realização de Reserva de Reavaliação/Custo atribuído em Controladas	0	0	0	15.087	-15.087	0	0	0
5.06.05	Realização de Custos Atribuídos em Controlada	0	0	0	251	-251	0	0	0
5.07	Saldos Finais	714.552	657.279	0	-530.551	424.807	1.266.087	1.307.926	2.574.013

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	2.780.662	2.473.992
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.441.931	2.112.280
7.01.02	Outras Receitas	20.309	27.426
7.01.02.01	Resultado de Alienação/Desativação de Bens e Diretos	-8.755	-5.251
7.01.02.02	Outros resultados	29.064	32.677
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	319.011	339.719
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-589	-5.433
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.460.296	-1.363.761
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-960.867	-857.136
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-169.100	-154.928
7.02.04	Outros	-330.329	-351.697
7.02.04.01	Matéria prima e insumo para produção de energia elétrica	-61.234	-59.924
7.02.04.02	Subvenção de Combustíveis - CCC	-5.637	54.290
7.02.04.03	Outros	-263.458	-346.063
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.320.366	1.110.231
7.04	Retenções	-115.864	-107.835
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-115.864	-107.835
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.204.502	1.002.396
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	686.261	198.358
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.696	-2.532
7.06.02	Receitas Financeiras	689.957	200.890
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.890.763	1.200.754
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.890.763	1.200.754
7.08.01	Pessoal	123.143	87.922
7.08.01.01	Remuneração Direta	103.790	70.106
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.375	6.980
7.08.01.04	Outros	10.978	10.836
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais (Exceto INSS)	1.524	869
7.08.01.04.02	Entidade de Previdência Privada	3.965	2.953
7.08.01.04.03	Programa de Incentivo à Aposentadoria e Demissão Voluntária	11	8
7.08.01.04.04	Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	14.246	14.128
7.08.01.04.05	Convênios Assistenciais e Outros Benefícios	12.922	11.064
7.08.01.04.06	Diversos	5.939	-1.304
7.08.01.04.07	Transferências para Ordens em Curso (Intangível)	-27.629	-16.882
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.032.681	749.163
7.08.02.01	Federais	547.712	354.543
7.08.02.02	Estaduais	482.604	392.374
7.08.02.03	Municipais	2.365	2.246
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	647.506	439.310
7.08.03.01	Juros	300.101	212.320
7.08.03.02	Aluguéis	7.030	6.403
7.08.03.03	Outras	340.375	220.587
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	87.433	-75.641
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	115.012	-47.093

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-27.579	-28.548

Comentário do Desempenho**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. RESULTADO BRUTO**

	Consolidado		
	Trimestre findo em:		
	31/3/2012	31/3/2011	Variação %
RECEITA BRUTA DE VENDAS			
Fornecimento de energia elétrica	1.185.817	1.060.089	11,86
Disponibilização do sistema de distribuição	1.191.268	977.084	21,92
Suprimento de energia elétrica	74.085	76.927	(3,69)
Receita de construção	319.011	339.719	(6,10)
Outras receitas	20.331	23.906	(14,95)
Total da receita bruta de vendas	2.790.512	2.477.725	12,62
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Tributos diretos:			
ICMS	(477.193)	(389.314)	22,57
PIS	(41.583)	(35.340)	17,67
COFINS	(191.510)	(162.802)	17,63
ISS	(424)	(548)	(22,63)
Subtotal	(710.710)	(588.004)	20,87
Encargos do consumidor:			
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(35.565)	(12.615)	181,93
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(74.613)	(67.331)	10,82
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(42.003)	(36.248)	15,88
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.204)	(2.608)	22,85
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.204)	(2.604)	23,04
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(1.602)	(1.302)	23,04
Programa de Eficiência Energética - PEE	(7.832)	(6.359)	23,16
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(4.700)	(3.847)	22,17
Subtotal	(172.723)	(132.914)	29,95
Total das deduções da receita bruta	(883.433)	(720.918)	22,54
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.907.079	1.756.807	8,55
CUSTO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda	(823.601)	(736.072)	11,89
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(137.266)	(121.063)	13,38
	(960.867)	(857.135)	12,10
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(81.117)	(52.581)	54,27
Material	(66.730)	(64.727)	3,09
Serviços de terceiros	(81.322)	(81.578)	(0,31)
Depreciação e amortização	(106.982)	(97.589)	9,63
Subvenções CCC	55.406	54.290	2,06
Custo de construção	(319.011)	(339.719)	(6,10)
Outros	(8.265)	(3.698)	123,50
	(608.021)	(585.602)	3,83
Total do custo de bens e/ou serviços vendidos	(1.568.888)	(1.442.737)	8,74
RESULTADO BRUTO	338.191	314.070	7,68

Comentário do Desempenho



- I. A receita líquida dos serviços vendidos atingiu no 1º trimestre de 2012 o montante de R\$ 1.907.079, apresentando um crescimento de 8,55% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, devido basicamente aos seguintes fatos:
 - a) Incremento de 179,2 mil novos consumidores que contribuiu para o aumento das vendas de energia no 1º trimestre de 2012.
 - b) Reajustes tarifários concedidos pela ANEEL a partir de abril de 2011 às controladas distribuidoras de energia elétrica, cujos aumentos médios variaram de 5,04% a 18,06%, com exceção da controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, cuja revisão tarifária de 2011 ainda não foi homologada pela ANEEL, permanecendo em vigor as mesmas tarifas homologadas em 2010.
 - c) A Receita de construção apresentou uma redução de 6,10% entre os trimestres comparados, influenciada em grande parte, pela diminuição no volume de investimentos em algumas obras, principalmente Programa Luz para Todos e do Programa de Interligação da Ilha do Marajó, na controlada Celpa;
 - d) As deduções da receita bruta, composta pelos tributos diretos e encargos do consumidor, apresentaram uma variação positiva de 22,54% na comparação entre os trimestres, devido principalmente ao crescimento da receita bruta (excluído a receita de construção), que forma a base de cálculo da maioria destes tributos.

- II. O custo do serviço de energia elétrica apresentou no primeiro trimestre de 2012, um aumento de 12,10% em relação ao mesmo período do exercício anterior, motivado pelos seguintes fatos:
 - a) Reajustes tarifários na energia elétrica adquirida pelas controladas distribuidoras a partir de abril de 2011, que contribuiu para o aumento dos custos no trimestre atual;
 - b) Aquisição de maior quantidade de energia elétrica para atender o crescimento da demanda, que registrou um aumento de 6,96% no MWh faturado.

- III. Os custos de Operação cresceram 3,83% no primeiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido à combinação dos seguintes fatos:
 - a) Pessoal: No primeiro trimestre de 2012 essa rubrica apresentou um aumento de 54,27% motivado pelos seguintes efeitos: I) reajuste salarial ordinário concedido pelas empresas controladas; II) Realocação de parte dos gastos com pessoal da rubrica de despesas com vendas na controlada Celpa;
 - b) Depreciação e amortização: O acréscimo de 9,63% na comparação entre os trimestres deve-se ao aumento nos investimentos, principalmente nos ativos operacionais de distribuição;
 - c) Custo de construção: A variação apresentada nesta rubrica está explicada no item 1 c, (Receita de construção), haja vista que os valores da receita e despesa de construção são equivalentes e gerados em uma mesma base de valores.

Comentário do Desempenho



1.1. Receita bruta de vendas

	Consolidado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Residencial	3.997.551	3.846.428	1.846.533	1.728.981	925.712	762.906
Industrial	46.555	42.642	1.098.494	1.055.502	379.277	353.287
Comercial, Serv. Outras atividades	376.371	368.041	1.146.125	1.047.573	571.206	472.029
Rural	467.117	453.777	418.957	375.491	142.297	103.575
Poder público	48.712	46.704	277.861	253.847	130.879	111.303
Iluminação pública	3.966	3.696	240.290	234.955	60.316	53.809
Serviço público	5.378	5.150	185.879	178.390	57.027	50.919
Consumo próprio	1.087	1.055	14.054	13.942	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	6.895	14.368
Receita do uso rede elétrica	-	-	-	-	82.996	61.192
Redução receita baixa renda	-	-	-	-	30.551	25.076
Reposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	(2.990)	(1.095)
Fornec. não faturado - reposição tarifária	-	-	-	-	491	32.165
Provisão redução tarifa irrigação	-	-	-	-	(1.620)	194
Fornec. não faturado - diferimento TUSD	-	-	-	-	(5.546)	(751)
Fornec. não faturado - RTE majoração	-	-	-	-	(404)	(1.804)
	4.946.737	4.767.493	5.228.193	4.888.681	2.377.087	2.037.173
Suprimento	-	-	514.585	885.007	74.085	76.927
Receita de construção	-	-	-	-	319.011	339.719
Outras Receitas	-	-	-	-	20.331	23.906
	4.946.737	4.767.493	5.742.778	5.773.688	2.790.514	2.477.725

a) No 1º trimestre de 2012, o fornecimento de energia elétrica foi de 5.214.139 MWh (excluindo o consumo próprio). Esse volume correspondeu a um acréscimo de 6,96% em relação ao mesmo período do ano anterior, que apresentou 4.874.739 MWh, motivado basicamente pelo incremento de 179,2 mil novos consumidores, impactado principalmente pelas classes residencial e rural, com 151,1 mil e 13,3 mil consumidores respectivamente.

b) A tarifa média de fornecimento no 1º trimestre de 2012 teve o valor de R\$ 434,72/MWh, (excluído o consumo próprio) contra R\$ 391,37/MWh no mesmo trimestre de 2011.

Comentário do Desempenho**2. EBITDA**

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>Variação (%)</u>
CONSOLIDADO			
Receita Operacional	2.790.512	2.477.725	12,62
Deduções da Receita Operacional	(883.433)	(720.918)	22,54
Receita Operacional Líquida	1.907.079	1.756.807	8,55
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(1.568.888)	(1.442.737)	8,74
Despesas Operacionais	(183.298)	(160.479)	14,22
(-) Despesas com Vendas	(63.617)	(46.423)	37,04
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(98.989)	(103.295)	(4,17)
(-) Outras Despesas Operacionais	(20.692)	(10.761)	92,29
Depreciação e Amortização	123.190	111.470	10,51
Outros resultados	12.023	6.025	99,55
EBITDA	290.106	271.086	7,02

O EBITDA Consolidado passou de R\$ 271.086 mil no trimestre findo em 31/3/2011 para R\$ 290.196 no trimestre atual, registrando um crescimento de 7,02%. Essa variação positiva deve-se, basicamente, ao aumento da Receita Operacional, que foi impactada pelo crescimento na quantidade da energia elétrica vendida pelas controladas e pelos reajustes tarifários concedidos pela ANEEL as controladas distribuidoras com vigência a partir de abril de 2011.

Comentário do Desempenho



3. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro consolidado apresentou uma expressiva redução de 124,43%, na comparação entre os trimestres, e está composto pelas seguintes contas:

	Consolidado		
	Trimestre findo em:		
	31/3/2012	31/3/2011	Variação (%)
Receitas financeiras:			
Renda de aplicação financeira	11.808	15.318	(22,91)
Mútuo com partes relacionadas	14.164	13.141	7,78
Juros ativos	20.634	13.803	49,49
Variação monetária e cambial	175.905	40.879	330,31
Acréscimos moratórios	31.083	40.905	(24,01)
Ajuste a valor presente	55.424	28.582	93,91
Ajuste marcação a mercado	353.717	33.728	948,73
Operações de swap	10.984	229	4.696,51
Outras receitas financeiras	16.238	14.305	13,51
Total das receitas financeiras	689.957	200.890	243,45
Despesas financeiras:			
Encargos de dívidas			
Moeda nacional	(135.966)	(148.173)	(8,24)
Moeda estrangeira	(38.783)	(37.000)	4,82
Mútuo com partes relacionadas	(5.433)	(5.803)	(6,38)
Subtotal	(180.182)	(190.976)	(5,65)
Variações monetárias			
Moeda nacional	(7.716)	(12.014)	(35,77)
Moeda estrangeira	(112.202)	(9.330)	1.102,59
Subtotal	(119.918)	(21.344)	461,83
Juros / multas	(143.026)	(92.163)	55,19
Ajuste a valor presente	(30.430)	(22.285)	36,55
Ajuste marcação a mercado	(75.335)	(43.267)	74,12
Operações de swap	(27.219)	(34.660)	(21,47)
Encargos financeiros - parcelamentos	(34.666)	(7.930)	337,15
Outras despesas financeiras	(20.888)	(26.847)	(22,20)
Total das despesas financeiras	(631.664)	(439.472)	43,73
Resultado financeiro	58.293	(238.582)	(124,43)

a) Variação monetária e cambial – líquidas (receitas menos despesas): Apresentou uma variação positiva nos trimestres comparados, passando de R\$ 19.535 no primeiro trimestre de 2011, para R\$ 55.987 no trimestre atual, influenciado basicamente pela variação cambial do bônus perpétuo da companhia e pela não atualização de algumas dívidas da controlada Celpa, em processo de recuperação judicial;

b) Ajuste marcação a mercado: Apresentou um expressivo resultado positivo no trimestre findo em 31 de março de 2012, em comparação com o mesmo período do trimestre anterior, influenciado pelo resultado da Marcação a Mercado dos Bônus Perpétuo da Companhia, que apresentou um ganho na ordem de R\$ 285.018 no primeiro trimestre de 2012;

Comentário do Desempenho

c) Juros e multas: O aumento verificado na comparação entre os trimestres, deve-se principalmente ao registro de multas regulatórias na controlada Celpa, que no trimestre atual foi de R\$ 43.642, contra R\$ 12.608 no mesmo período do exercício anterior.

4. INDICADORES ECONÔMICOS – FINANCEIROS

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
1 - Liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante)	0,56	0,61
2 - Liquidez geral (ativo circulante + realizável a longo prazo/exigível total)	0,65	0,64
3 - Endividamento (exigível total/ativo total)	0,85	0,85
4 - Capitalização (patrimônio líquido/ativo total)	0,15	0,15
5 - Valor patrimonial - por lote de mil ações (R\$)	4.619,48	4.427,29

5. INDICADORES OPERACIONAIS

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
1 - Número de empregado	7.688	7.306
2 - Consumidor por empregado	643	653

* * *

Notas Explicativas



REDE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rede Energia S.A. (Companhia), sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade São Paulo – SP é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., sociedade de capital fechado. A Companhia atua exclusivamente como uma *holding* controladora de participações societárias, tendo como objetivo principal a participação acionária em empresas controladas e coligadas diretas e relativas (indiretas), vinculada à atividade de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou a ele relacionadas.

A Denerge - Desenvolvimento Energético S.A. é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo – SP.

Todas as demais Controladas diretas e relativas (indiretas) com as quais a Companhia possui relacionamentos comerciais são empresas com sede no país.

A Companhia e algumas de suas Controladas, possui significativo endividamento financeiro, principalmente para investimentos em ativos das operações, no qual a Administração está permanentemente empenhada na reversão da situação. Dentre as ações estão: a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras buscando a troca do endividamento financeiro de curto para longo prazo e redução de encargos; melhorias no sistema e programas de combate a perdas técnicas e não técnicas, com o objetivo de redução de custos e melhoria da qualidade de atendimento nas regiões atendidas pela Companhia.

A Companhia e suas Controladas vem buscando alternativas adicionais para melhorar sua estrutura de capitais e reduzir seu endividamento financeiro.

Nesse sentido, a Administração da Companhia e suas Controladas estão envidando esforços no sentido de discutir com seus principais credores uma reestruturação de sua dívida com vistas a adequar os seus compromissos a sua geração de caixa.

1.1. Recuperação judicial – Controlada CELPA

A Controlada CELPA (“CELPA”) ajuizou, em 28/2/2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação), que se encontra em trâmite na 13ª Vara Cível da Capital do Estado do Pará. A medida visou também proteger o valor dos ativos da CELPA, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. O processamento da Recuperação Judicial foi deferido em 29/2/2012, ocasião em que foi nomeado o Sr. Mauro César Lisboa dos Santos como Administrador Judicial. O plano de recuperação foi apresentado pela CELPA, em juízo no dia 04 de maio de 2012, dentro do prazo legal e será submetido a assembleia geral de credores, a ser instalada dentro de até 150 dias, contados do deferimento do processamento do pedido de recuperação (art. 56, §1º, da Lei de Recuperação). Esse plano, que foi divulgado aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, está sujeito às modificações que poderão ser propostas pelos credores e deliberadas em assembleia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação da própria CELPA (art. 56, §3º, da Lei de Recuperação).

Notas Explicativas



O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende, por 180 dias, contados desse deferimento, o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face da CELPA (art. 6º da Lei de Recuperação).

O ajuizamento do pedido de recuperação representa o exercício regular de um direito da CELPA garantido por Lei e não configura, nos termos do contrato de concessão vigente, causa para a extinção da concessão.

A Administração contratou assessores financeiros especializados para conduzir os processos de negociação com os credores (Rothschild – Global Financial Advisory Division), bem como assessores jurídicos para representação de seus interesses.

A expectativa da Administração é de que o processo de recuperação judicial permitirá viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da empresa, com a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores.

A CELPA continuará com a execução do Programa “Luz Para Todos”, cujo principal objetivo é o fornecimento de energia elétrica aos domicílios rurais que ainda não tem acesso a esse serviço público. A meta da concessionária para 2012 é o atendimento de aproximadamente 38 mil novos consumidores.

1.2. Autorização de conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para emissão das demonstrações financeiras ocorreu em reunião da Diretoria em 11/5/2012.

2. OFÍCIO CIRCULAR CVM/SNC/SEP/Nº003/2011

As informações trimestrais (ITR) e as notas explicativas da Companhia e Consolidado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – R1 (Demonstração Intermediária), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011 de 28/4/2011 e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Para a elaboração das informações trimestrais, a Companhia e suas Controladas adotaram a mesma política contábil apresentada nas demonstrações financeiras anuais de 31/12/2011, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes, de 31/12/2011. Entretanto é recomendada a leitura destas Informações Trimestrais – ITR em conjunto com as demonstrações financeiras anuais de 31/12/2011.

As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico do dia 31/3/2012, nas páginas A23 a A37 e divulgada no site da CVM (www.cvm.gov.br) no dia 30/3/2012.

Segue abaixo a relação das notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2011 que não estão sendo apresentadas:

- Nota 3 – Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);

Notas Explicativas



- Nota 4 – Principais práticas contábeis adotadas (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 5 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12) (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 10 - Títulos a receber (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 16 – Partes relacionadas – item 16.3 Compartilhamento de infraestrutura (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 40 - Participação nos resultados (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 42 - Plano de aposentadoria e pensão (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 43 - Seguros (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia); e
- Nota 44 - Questões ambientais (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011).

Notas Explicativas



3. DAS CONCESSÕES

As áreas da concessão legal nas atividades de distribuição de energia elétrica de suas Controladas diretas e indiretas são as seguintes:

Controladas diretas	Áreas de concessão	Área em km²	Número aproximado de consumidores atendidos	Número de municípios abrangidos	Vencimento da concessão	Próxima revisão tarifária
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Região de Presidente Prudente no Oeste do Estado de São Paulo (SP)	9.149	217.951	24	7/7/2015	10/5/2012
Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A.	Região de Assis no Oeste do Estado de São Paulo (SP)	11.780	165.199	27	8/7/2015	10/5/2012
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Região de Bragança Paulista no Estado de São Paulo (SP) e Cambuí no Estado de Minas Gerais (MG)	3.493	133.963	15	8/7/2015	10/5/2012
Cia. Força e Luz do Oeste	Município de Guarapuava no Estado do Paraná (PR)	1.200	51.680	1	8/7/2015	29/6/2012
Cia. Nacional de Energia Elétrica	Região de Catanduva e Novo Horizonte no Estado de São Paulo (SP)	4.500	103.706	15	8/7/2015	10/5/2012
Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Estado do Tocantins (TO)	277.621	478.678	139	28/6/2019	4/7/2012
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Estado do Mato Grosso (MT)	903.358	1.112.010	141	11/12/2027	8/4/2013
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul	Estado do Mato Grosso do Sul (MS)	328.316	849.625	73	4/12/2027	8/4/2013
Controladas relativas (indiretas)						
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Estado do Pará (PA)	1.247.690	1.833.858	143	28/7/2028	7/8/2011
Subtotal		2.787.107	4.946.670	578		
Companhia Técnica de Com. de Energia		-	67	-		
TOTAL		2.787.107	4.946.737	578		

As principais concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia e de suas Controladas diretas e relativas (indiretas), consolidadas, são as seguintes:

Companhia/UHE	Rio	Capacidade instalada MW	Capacidade utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Companhia Nacional de Energia Elétrica: UHE Reynaldo Gonçalves	Ribeirão dos Porcos	1,00	-	1/12/1998	7/7/2015
Tangará Energia S.A.: UHE Guaporé	Guaporé	120,00	42,34	13/3/2000	7/7/2025

Notas Explicativas



Companhia	Concessão / Usinas Termelétricas	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Concessão de 5 usinas termelétricas, são elas: Comodoro, Guariba, Paranorte, Rondolândia e Colniza.	13,10	6,30	10/12/1997	10/12/2027
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	21,24	11,07	28/7/1998	28/7/2028

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15/3/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30/7/2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistemas elétricos isolados, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 16 usinas termelétricas e 2 usinas hidroelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade das Controladas é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração das Controladas considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,5% de todo ativo financeiro e intangível da concessão das Controladas.

Os contratos de concessão das controladas geradoras e distribuidoras, assinados com a União Federal conferem ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. As controladas obrigam-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

Os contratos têm prazo de vigência de 20 e 30 anos, podendo ser prorrogados por igual período. A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;

Notas Explicativas



- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A energia distribuída é substancialmente adquirida via contratos bilaterais aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela ANEEL/Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE vinculadas ao Ministério de Minas e Energia - MME. A geração própria de energia elétrica das controladas consolidadas, composto por usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados, contribui com aproximadamente 1,85% da totalidade da energia distribuída.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões supramencionadas, suas Controladas possuíam, em 31/3/2012, um quadro próprio de 7.688 funcionários, 5.176 prestadores de serviços e 253 estagiários.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 36 - R1 (Demonstrações Consolidadas), abrangendo os saldos e transações da Companhia e de suas Controladas. Considera-se controlada aquelas entidades sob controle, direto ou relativo (indireto), da Companhia. O controle é evidenciado pela capacidade de controlar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades. Em geral, o controle existe quando a Companhia detém, direta e relativamente (indiretamente), mais de 50% dos direitos de voto, levando em conta potenciais direitos de voto. Entidades adquiridas durante o ano são consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido e param de ser consolidados a partir da data em que o controle é perdido. Todos os saldos e transações relevantes entre a Companhia e suas Controladas são eliminados na consolidação, incluindo investimentos, contas a receber, dividendos a receber, receitas e despesas entre as Companhias.

A participação dos acionistas não controladores está destacada em conta específica em separado dentro do Patrimônio Líquido Consolidado e, no Resultado Consolidado na rubrica “resultado atribuído aos não controladores”.

Os Outros Ativos Intangíveis – Líquido estão representados por direito de concessão e ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) das controladas e estão registrados nas Demonstrações Financeiras Individuais junto com o respectivo investimento, e nas Demonstrações Consolidadas, no ativo intangível (vide nota explicativa nº 16.3).

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as seguintes Companhias, (vide notas explicativas nº 5.1 e 14):

Notas Explicativas



	Atividade	Percentual de participação %	
		31/3/2012	31/12/2011
Participação direta:			
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição	91,45	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição	98,69	98,69
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição	97,70	97,70
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Distribuição	50,86	50,86
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT (a)	Distribuição	39,92	39,92
QMRA Participações S.A.	Holding	100,00	100,00
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Distribuição	60,16	60,16
Tangará Energia S.A.	Geração	100,00	100,00
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,98	99,98
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição	100,00	100,00
Empresa de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição	100,00	100,00
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (antiga Rede Comercializadora)	Comerc. Energia	99,60	99,60
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	Serviços	99,50	99,50
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	Agrícola	60,48	60,48
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Distribuição	10,11	10,11
Participação indireta (relativa):			
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Distribuição	51,26	51,26
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Distribuição	39,77	39,77

(a) A Companhia detém 61,84% do capital votante.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O principal gestor das operações da Companhia é o Conselho de Administração, que determina e acompanha os projetos/processos definidos para o grupo. Visando maior transparência nas informações, foi definida pela Administração a demonstração dos segmentos por empresa, sendo essa a gestão principal de análise dos negócios. Além dessas informações, também são reconhecidas as grandes extensões territoriais de algumas das nossas distribuidoras, com condições ambientais distintas e perfis de investimentos específicos.

A Rede Sul-Sudeste é uma unidade de negócios composta pelas distribuidoras Empresa Elétrica Bragantina S.A. (EEB), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEV), Cia. Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Caiuá Distribuição de Energia S.A. e Cia. de Força e Luz do Oeste (CFLO), que apresentam áreas de concessão menores quando comparadas com as empresas do Centro-Oeste ou Norte e atuam em mercados consolidados com necessidade moderada de investimentos. As distribuidoras ENERSUL, CEMAT, CELTINS e CELPA apresentam grandes áreas de atendimento e com algumas regiões ainda carentes de investimentos em infraestrutura básica. Contudo, estão em constante expansão econômica, o que significa também relevantes investimentos a serem realizados.

As bases de mensuração reportadas ao principal gestor das operações, são as mesmas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



5.1. Informações sobre ativos, passivos e resultados por segmento reportável

	31/3/2012								
	Distribuição					Outros segmentos (a)	Outros (b)	Eliminações e ajustes	Total
	CELPA	CEMAT	ENERSUL	CELTINS	Rede Sul e Sudeste				
Informações sobre a posição financeira:									
Ativo circulante	1.305.205	930.556	563.017	313.655	290.759	62.277	205.061	(78.564)	3.591.966
Ativo não circulante	3.317.219	2.630.688	1.356.892	881.594	1.131.441	319.802	3.454.782	(3.365.514)	9.726.904
Ativo total	4.622.424	3.561.244	1.919.909	1.195.249	1.422.200	382.079	3.659.843	(3.444.078)	13.318.870
Passivo circulante	2.706.205	1.120.003	436.981	267.619	730.653	302.771	759.473	(78.564)	6.245.141
Passivo não circulante	1.502.171	1.163.845	675.296	335.358	380.680	70.750	1.768.453	(793.455)	5.103.098
Patrimônio líquido	414.048	1.277.396	807.632	592.272	310.867	8.558	1.131.917	(2.572.059)	1.970.631
Passivo total	4.622.424	3.561.244	1.919.909	1.195.249	1.422.200	382.079	3.659.843	(3.444.078)	13.318.870
Outras informações:									
Ativo financeiro	468.395	449.275	162.486	380.167	487.120	-	-	-	1.947.443
Ativo intangível	2.316.184	1.650.646	811.801	403.537	164.454	1.345	-	-	5.347.967
Ativos da concessão (líquido)	2.784.579	2.099.921	974.287	783.704	651.574	1.345	-	-	7.295.410
Consumidores e títulos a receber (líquido)	670.291	725.206	378.947	126.197	215.620	44.471	23.003	(10.848)	2.172.887
Dívida financeira líquida (c)	1.606.985	1.035.330	505.340	240.716	219.774	208.920	1.606.511	-	5.423.576
Parte relacionadas (líquido)	(61.935)	137.483	14.510	44.569	301.984	85.870	(200.159)	-	322.322
Informações sobre o resultado :									
Receita líquida de vendas	541.430	487.877	393.039	189.679	238.079	82.465	-	(25.490)	1.907.079
Lucro bruto	55.601	99.698	96.179	20.842	74.067	(5.575)	-	(2.621)	338.191
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	10.619	46.053	62.216	9.073	38.424	(7.567)	(92.757)	87.896	153.957
Lucro (prejuízo) líquido	(84.668)	1.296	19.387	8.289	9.300	(14.849)	73.351	102.906	115.012
Outras informações:									
Receitas financeiras	101.949	60.412	35.717	32.583	16.401	2.176	455.695	(14.976)	689.957
Despesas financeiras	(196.292)	(98.841)	(66.394)	(28.853)	(37.823)	(9.291)	(209.146)	14.976	(631.664)
Resultado financeiro	(94.343)	(38.429)	(30.677)	3.730	(21.422)	(7.115)	246.549	-	58.293
Amortizações do período	37.749	36.643	18.517	12.133	16.272	1.876	-	-	123.190

Notas Explicativas



31/12/2011

	Distribuição								Total
	CELPA	CEMAT	ENERSUL	CELTINS	Outros segmentos		Eliminações e ajustes		
					Rede Sul e Sudeste	(a)			
Informações sobre a posição financeira:									
Ativo circulante	1.150.661	926.442	536.175	315.764	261.493	57.952	218.347	(78.944)	3.387.890
Ativo não circulante	3.207.450	2.620.613	1.346.271	847.925	1.102.350	308.560	3.566.362	(3.451.591)	9.547.940
Ativo total	4.358.111	3.547.055	1.882.446	1.163.689	1.363.843	366.512	3.784.709	(3.530.535)	12.935.830
Passivo circulante	2.342.534	1.008.578	423.346	230.349	632.734	258.784	768.083	(78.942)	5.585.466
Passivo não circulante	1.515.080	1.261.318	670.855	349.356	406.163	71.753	1.953.357	(766.163)	5.461.719
Patrimônio líquido	500.497	1.277.159	788.245	583.984	324.946	35.975	1.063.269	(2.685.430)	1.888.645
Passivo total	4.358.111	3.547.055	1.882.446	1.163.689	1.363.843	366.512	3.784.709	(3.530.535)	12.935.830
Outras informações:									
Ativo financeiro	458.056	436.081	158.046	372.079	471.102	-	-	-	1.895.364
Ativo intangível	2.219.057	1.649.830	819.823	379.372	179.019	1.378	4	-	5.248.483
Ativos da concessão (líquido)	2.677.113	2.085.911	977.869	751.451	650.121	1.378	4	-	7.143.847
Consumidores e títulos a receber (líquido)	654.166	739.752	362.131	134.704	215.087	44.872	25.094	(6.329)	2.169.477
Dívida financeira líquida (c)	1.727.898	1.139.832	541.754	234.101	283.019	218.775	1.894.637	-	6.040.016
Parte relacionadas (líquido)	(60.725)	158.940	(4.532)	47.948	289.167	65.925	(183.449)	-	313.274
Informações sobre o resultado :									
Receita líquida de vendas	2.433.800	2.009.768	1.334.601	744.765	953.671	409.429	-	(103.612)	7.782.422
Lucro bruto	401.221	557.859	396.590	155.169	184.871	2.062	(1.161)	(8.842)	1.687.769
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	70.423	394.117	286.939	90.855	77.966	(5.239)	(640.675)	634.681	909.067
Lucro (prejuízo) líquido	(391.162)	146.884	151.795	38.860	(18.867)	(45.666)	(1.208.896)	639.017	(688.035)
Outras informações:									
Receitas financeiras	299.210	212.945	97.282	71.381	61.373	10.362	608.564	(110.691)	1.250.426
Despesas financeiras	(788.230)	(393.220)	(169.561)	(115.579)	(140.971)	(46.761)	(822.491)	72.085	(2.404.728)
Resultado financeiro	(489.020)	(180.275)	(72.279)	(44.198)	(79.598)	(36.399)	(213.927)	(38.606)	(1.154.302)
Amortizações do período	148.729	142.339	74.000	41.535	58.261	8.916	4	-	473.784

(a) Referem-se as atividades de Geração, Comercialização, Ativos Biológicos e Serviços;

(b) Referem-se as Holdings;

(c) A dívida financeira líquida representa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos líquidos de caixas e equivalentes de caixa

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Companhia		Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Caixa	-	-	731	644
Saldos bancários	4.019	924	263.662	127.813
Outros investimentos	74.294	77.047	458.328	557.626
Total	78.313	77.971	722.721	686.083

Notas Explicativas



6.1. Outros investimentos

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	Companhia	
				31/3/2012	31/12/2011
Banco HSBC	RDB	(*)	100,50 CDI	74.287	76.993
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	-	3
Banco Itaú	CDB	(*)	20,00 CDI	7	51
Total				74.294	77.047

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	Consolidado	
				31/3/2012	31/12/2011
Banco Bradesco	CDB	(*)	20,00 a 100,00 CDI	7.709	26.822
Banco Bradesco	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	2.406	2.265
Banco da Amazônia (BASA)	CDB	(*)	100,00 CDI	3.338	3.336
Banco da Amazônia (BASA)	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	9.960	8.988
Banco Daycoval	CDB	(*)	100,00 a 101,20 CDI	193.594	179.115
Banco Daycoval	Fundo Investimento	(*)	(**)	12.005	11.800
Banco do Brasil	CDB	(*)	10,00 a 100,00 CDI	1.560	235
Banco do Brasil	Poupança	(*)	6,00 a.a. + TR	58	58
Banco do Brasil	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	466	21.811
Banco do Brasil	Fundo Investimento	(*)	(**)	66.335	97.385
Banco do Nordeste	CDB	(*)	99,20 CDI	5.719	5.582
Banco HSBC	RDB	(*)	100,50 CDI	74.287	76.993
Banco Industrial	CDB	(*)	101,00 a 104,00 CDI	6.258	6.132
Banco Itaú	CDB	(*)	20,00 a 101,20 CDI	5.047	18.153
Banco Máxima	CDB	(*)	105,00 CDI	4.342	4.233
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	2.770	12.564
Banco Votorantim	CDB	(*)	102,00 CDI	9	8
BIC Banco	CDB	(*)	100,00 a 106,00 CDI	62.465	82.096
Caixa Econômica Federal	Fundo Investimento	(*)	(**)	-	50
Total				458.328	557.626

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

(**) Os fundos de investimentos estão concentrados em fundos de renda fixa e compostos por títulos públicos federais e títulos de emissores de baixo risco de crédito, com tendência de variação das taxas de juros pós-fixadas (CDI).

7. CONSUMIDORES

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Consumidores	2.016.580	2.037.289	280.500	253.674
(-) Perda no valor recuperável (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(222.702)	(223.374)	(20.919)	(19.658)
Total	1.793.878	1.813.915	259.581	234.016

Notas Explicativas



7.1. Consumidores

Classe de consumidores:	Saldos vencidos				Consolidado		
	Saldos vencidos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias	Total	31/3/2012	31/12/2011
Circulante							
Residencial	302.972	189.443	91.291	186.632	467.366	770.338	762.316
Industrial	167.018	40.585	21.250	67.719	129.554	296.572	297.568
Comércio, serviços e outras atividades	190.847	63.994	28.120	84.622	176.736	367.583	366.185
Rural	49.383	20.531	13.334	27.724	61.589	110.972	106.734
Poder público:							
Federal	9.680	3.064	334	637	4.035	13.715	14.515
Estadual	11.915	7.823	2.413	5.007	15.243	27.158	33.965
Municipal	50.565	18.808	11.196	39.024	69.028	119.593	114.241
Iluminação pública	39.357	3.869	708	18.458	23.035	62.392	64.622
Serviço público	28.948	12.556	18.527	59.695	90.778	119.726	113.206
(-) Ajuste a valor presente Lei 11.638/2007 (a)	(790)	-	-	-	-	(790)	(836)
Recomposição tarifária extraordinária	11.066	-	-	-	-	11.066	9.911
Redução de Uso Sistema de Distribuição	2.028	-	-	-	-	2.028	30.512
Redução de tarifa - irrigação e aquicultura (b)	73	-	-	-	-	73	708
Subtotal - consumidores	863.062	360.673	187.173	489.518	1.037.364	1.900.426	1.913.647
Participação financeira do consumidor	11.316	371	336	3.537	4.244	15.560	17.500
Comercialização na CCEE (c)	10.919	-	-	-	-	10.919	16.015
Programa emergencial redução do consumo	-	-	-	786	786	786	830
Encargo de uso da rede elétrica	16.749	-	-	-	-	16.749	11.864
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	30.598	30.598	30.598	32.272
Energia livre	1.214	-	-	-	-	1.214	1.615
Concessionárias e permissionárias	6.183	-	-	-	-	6.183	8.941
Outros	7.344	10.605	5.565	10.631	26.801	34.145	34.605
Total	916.787	371.649	193.074	535.070	1.099.793	2.016.580	2.037.289
Não circulante							
Consumidores	143.307	-	-	-	-	143.307	142.526
(-) Ajuste a valor presente Lei 11.638/2007 (a)	(11.581)	-	-	-	-	(11.581)	(12.326)
Recomposição tarifária extraordinária	19.878	-	-	-	-	19.878	23.103
Participação financeira do consumidor	38.233	-	-	-	-	38.233	40.335
Redução de tarifa - irrigação e aquicultura (b)	1.869	-	-	-	-	1.869	2.854
Comercialização na CCEE (c)	38.716	-	-	-	-	38.716	26.118
Redução de uso do sistema de distribuição	48.638	-	-	-	-	48.638	29.566
Outros	1.440	-	-	-	-	1.440	1.498
Total	280.500	-	-	-	-	280.500	253.674

Do valor total de contas a receber em 31/3/2012, R\$ 407.628 (R\$ 405.749 em 31/12/2011) se referem a renegociações.

(a) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 8/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das Controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

Notas Explicativas



(b) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 540, de 1/10/2002, implementou a Lei nº 10.438, de 26/4/2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte.

Esse dispositivo legal ampliou o horário estabelecido na Portaria DNAEE nº 105, de 3/4/1992, das 23h às 5h do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais para consumidores do Grupo A (alta tensão) e do Grupo B (baixa tensão).

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica da atividade de irrigação e na aquicultura”, dispôs no artigo 6º que “o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

Controlada	Resolução Homologatória	Data	Percentual médio	Nota técnica	Data	Processo 48500.	Valor R\$	Percentual (%)
CAIUÁ D	1.145	3/5/2011	5,67%	104/2011	28/4/2011	5690/2010-69	1	0,01
EDEVP	1.148	3/5/2011	11,50%	105/2011	28/4/2011	5691/2010-11	49	0,02
CNEE	1.147	3/5/2011	5,47%	106/2011	28/4/2011	5688/2010-90	258	0,18
CELTINS	1.176	28/6/2011	12,75%	175 e 178/2011	27/6/2011	1968/2011-18	84	0,01
Total							392	

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2011	708	2.854
Apropriado no período	-	349
Amortizado no período	(1.984)	15
Atualizado no período	-	-
Transferência (circulante - não circulante)	1.349	(1.349)
Saldo em 31/3/2012	73	1.869

(c) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores no consolidado inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia de curto e longo prazo no montante de R\$ 49.635, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de março de 2012.

De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro/2000 a dezembro/2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho/2003, os pendentes de liquidação estão sendo liquidados bilateralmente por meio da CCEE. As demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no exercício de 2012 estão sendo liquidadas mensalmente.

Notas Explicativas

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

7.2. Perda no valor recuperável (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)

	Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011
Circulante:		
Residencial	(106.149)	(105.498)
Industrial	(27.778)	(36.047)
Comércio, serviços e outras atividades	(50.043)	(48.618)
Rural	(15.949)	(13.291)
Poder Publico	(3.239)	(2.524)
Iluminação Publica	(1.468)	(1.039)
Serviço Publico	(4.663)	(3.208)
Outras receitas	(12.621)	(12.357)
Subtotal de consumidores	(221.910)	(222.582)
Diversos créditos	(792)	(792)
Total	(222.702)	(223.374)
Não Circulante:		
RTE - Perda Receita Racionamento	(20.919)	(19.658)
Total	(20.919)	(19.658)
Total geral	(243.621)	(243.032)
Movimentação:	31/3/2012	31/12/2011
Saldo no início do período/exercício	(243.032)	(239.012)
Perdas no período/exercício	8.216	58.236
Recuperação do período/exercício	(644)	(6.299)
Complemento de provisão	(8.161)	(55.957)
Saldo no final do período/exercício	(243.621)	(243.032)

A perda no valor recuperável foi constituída considerando os critérios a seguir:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia e de suas Controladas, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

O valor de recebíveis vencidos e não provisionados em 31/3/2012 é de R\$ 369.204 (R\$ 356.871 em 31/12/2011).

Notas Explicativas



A Companhia e suas Controladas possuem um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Companhia			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda (a)	37.140	39.958	-	-
Contribuição social (a)	-	-	2.523	2.523
Subtotal	37.140	39.958	2.523	2.523
Outros impostos e contribuições a recuperar:				
ISS	13	13	-	-
PIS	4.376	4.376	-	-
Subtotal	4.389	4.389	-	-
Total	41.529	44.347	2.523	2.523
	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda (a)	85.179	84.490	47.499	45.350
Contribuição social (a)	8.317	7.160	14.053	13.592
Subtotal	93.496	91.650	61.552	58.942
Outros impostos e contribuições a recuperar:				
ICMS (b)	98.578	108.273	98.265	103.859
(-) Ajuste a valor presente (b)	-	(5.306)	-	(19.513)
ICMS ajustado	98.578	102.967	98.265	84.346
COFINS	5.401	4.433	10.023	10.023
PIS	11.250	10.947	-	-
IOF	2	2	-	-
INSS	5.308	5.463	-	-
ISS	962	901	104	89
FINSOCIAL (c)	1	1	4.586	4.586
Outros	122	122	-	-
Subtotal	121.624	124.836	112.978	99.044
Total	215.120	216.486	174.530	157.986

(a) Saldo composto por antecipações mensais do exercício corrente e imposto de renda e contribuição social apurados na Declaração de Ajuste Anual de 2011 e Anos-Calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 18), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

Notas Explicativas



(b) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e/ou intangível será recuperado em até 48 meses. As Controladas procederam, até dezembro/2011, ao cálculo do AVP – Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a.

(c) Trata-se de Pedido de Restituição do Finsocial que foi recolhido em alíquota superior a 0,5% no período de 11/1989 a 3/1992. O Acórdão 01-15.534 proferido pela 3ª turma da DRJ/BEL de 3/11/2009, reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em face dessa decisão, a CELPA interpôs Recurso Voluntário que aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os tributos que foram objetos de compensação com o crédito discutido nestes autos foram incluídos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 18).

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1. Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	Companhia			
	31/3/2012		31/3/2011	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Imposto diferido	(59.149)	(21.293)	(357)	(128)
Receita(despesa) IR/CS	(59.149)	(21.293)	(357)	(128)

	Consolidado			
	31/3/2012		31/3/2011	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Imposto corrente	(16.668)	(5.880)	(11.743)	(3.690)
Imposto diferido	(75.213)	(27.056)	12.821	6.769
Receita(despesa) IR/CS	(91.881)	(32.936)	1.078	3.079

Notas Explicativas



9.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Companhia			
	31/3/2012		31/3/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	(36.504)	(36.504)	(45.442)	(45.442)
Adições(exclusões) permanentes:				
Resultado de participações societárias	52.203	52.203	5.027	5.027
Amortização ágio	2.346	-	1.236	-
Variação cambial diferida	(25.620)	(25.620)	(18.847)	(18.847)
Efeitos da Lei nº 11.638/2007	236.595	236.595	-	-
Subtotal	265.524	263.178	(12.584)	(13.820)
Base de cálculo dos tributos	229.020	226.674	(58.026)	(59.262)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Receita(despesa) com tributos	(57.255)	(20.401)	14.507	5.334
Créditos fiscais não constituídos	(1.894)	(892)	(14.863)	(5.462)
Despesas com tributos	(59.149)	(21.293)	(357)	(128)
Alíquota efetiva	-162,03%	-58,33%	-0,78%	-0,28%
	Consolidado			
	31/3/2012		31/3/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	(35.556)	(35.556)	(82.959)	(82.959)
Adições(exclusões) permanentes:				
Gratificações e participações	1.640	-	1.554	-
Amortização de ágio	3.696	-	1.236	-
Variação cambial diferida	(25.620)	(25.620)	(18.847)	(18.847)
Multas indedutíveis	225	-	28.186	-
Outras despesas indedutíveis	192	192	522	522
Efeitos da Lei 11.638/2007	256.224	256.224	231	231
Outras	11.432	11.600	(1.670)	(1.803)
Subtotal	247.789	242.396	11.212	(19.897)
Base de cálculo dos tributos	212.233	206.840	(71.747)	(102.856)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Receita(despesa) com tributos	(53.058)	(18.616)	17.937	9.257
Créditos sobre incentivos fiscais	21	-	-	-
Créditos fiscais não constituídos	(38.844)	(14.320)	(16.859)	(6.178)
Receita com tributos	(91.881)	(32.936)	1.078	3.079
Alíquota efetiva	-258,41%	-92,63%	1,30%	3,71%

9.3. Ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis para o prazo máximo de 10 anos.

Notas Explicativas



Natureza	Consolidado			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (a)	80.799	80.799	76.467	76.467
Provisão para contingências fiscais (a)	45.852	45.852	45.721	45.721
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	336.023	336.023	285.486	285.486
Perdas não operacionais	19.509	19.509	19.509	19.509
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600/2009 (a)	14.335	14.335	14.335	14.335
Prejuízos fiscais e base negativa (c)	669.702	767.488	722.547	820.093
Amortização de ágio (c)	198.958	198.958	204.238	204.239
Ajustes da Lei nº 11.638/2007 (d)	11.968	11.968	45.505	45.505
Ajustes Instrução CVM nº 371/2002	(46.373)	(46.373)	-	-
Base de cálculo dos impostos diferidos	1.330.773	1.428.559	1.413.808	1.511.355
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	332.693	128.571	353.451	136.022

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação da perda
- (b) Efetivação do faturamento
- (c) Realização dos lucros
- (d) Realização dos efeitos da Lei nº 11.638/2007

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia e suas controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Consolidado						
2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total não circulante
65.501	54.188	50.132	42.869	40.888	207.686	461.264

9.4. Passivo diferido

Diferenças temporárias:	Companhia			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Ajustes da nº Lei 11.638/2007 (d)	238.108	238.108	1.512	1.512
Base de cálculo dos impostos diferidos	238.108	238.108	1.512	1.512
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	59.526	21.430	378	136

Notas Explicativas



	Consolidado			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Diferenças temporárias:				
Outros passivos regulatórios (a)	81.127	81.127	87.732	87.732
Variação cambial diferida (b)	5.774	5.774	4.103	4.103
Baixa deságio (c)	84.351	84.351	84.351	84.351
Acréscimo moratório (b)	10.956	10.956	9.470	9.470
Ajustes da Lei nº 11.638/2007 (d)	239.638	239.638	1.514	1.514
Base de cálculo dos impostos diferidos	421.846	421.846	187.170	187.170
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	105.462	37.966	46.793	16.845

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação do faturamento
- (b) Efetivação da perda
- (c) Perspectiva de realização de ganhos futuros
- (d) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

	Consolidado			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação:				
Reserva de reavaliação	3.445.557	3.445.557	3.445.557	3.445.557
(-) Reversão de reavaliação anterior	(843.621)	(843.621)	(843.621)	(843.621)
(-) Depreciação / baixas	(1.413.718)	(1.413.718)	(1.412.047)	(1.412.047)
Base de cálculo	1.188.218	1.188.218	1.189.889	1.189.889
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Encargos tributários	297.055	106.940	297.472	107.090
Total dos tributos diferidos	402.517	144.906	344.265	123.935

9.5. Movimentação dos tributos diferidos

	Companhia		
	31/12/2011	Reconhecidos no resultado	31/3/2012
	Imposto de renda:		
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	(378)	(59.149)	(59.527)
Total	(378)	(59.149)	(59.527)
Contribuição social:			
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	(136)	(21.293)	(21.429)
Total	(136)	(21.293)	(21.429)

Notas Explicativas



	Consolidado			
	31/12/2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	31/3/2012
Imposto de renda:				
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	19.117	1.083	-	20.200
Provisão para contingências fiscais	11.430	33	-	11.463
Perda no valor recuperável	71.372	12.634	-	84.006
Perdas não operacionais	4.877	-	-	4.877
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600	3.584	-	-	3.584
Prejuízos fiscais	180.637	(13.212)	-	167.425
Amortização de ágio	51.058	(1.319)	-	49.739
Outros ativos regulatórios	(21.933)	1.651	-	(20.282)
Variação cambial ativa	(1.026)	(418)	-	(1.444)
Baixa deságio	(21.088)	-	-	(21.088)
Acréscimo moratório	(2.368)	(371)	-	(2.739)
Encargos de reavaliação	(297.472)	4.214	(3.797)	(297.055)
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	10.998	(67.915)	-	(56.917)
Ajustes Instrução CVM nº 371/2002	-	(11.593)	-	(11.593)
Total	9.186	(75.213)	(3.797)	(69.824)

	Consolidado			
	31/12/2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	31/3/2012
Contribuição social:				
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	6.882	390	-	7.272
Provisão para contingências fiscais	4.115	12	-	4.127
Perda no valor recuperável	25.694	4.548	-	30.242
Perdas não operacionais	1.756	-	-	1.756
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600	1.290	-	-	1.290
Base negativa	73.808	(4.734)	-	69.074
Amortização de ágio	18.382	(476)	-	17.906
Outros ativos regulatórios	(7.896)	595	-	(7.301)
Variação cambial ativa	(369)	(151)	-	(520)
Baixa deságio	(7.592)	-	-	(7.592)
Acréscimo moratório	(852)	(134)	-	(986)
Encargos de reavaliação	(107.090)	1.516	(1.366)	(106.940)
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	3.959	(24.448)	-	(20.489)
Ajustes Instrução CVM nº 371/2002	-	(4.174)	-	(4.174)
Total	12.087	(27.056)	(1.366)	(16.335)

10. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20/1/2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2011	40.327
Valor provisionado	(1.149)
Valor homologado	30.548
Saldo em 31/3/2012	<u>69.726</u>

11. SUB-ROGAÇÃO DA CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, foram enquadradas na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, as controladas CEMAT, ENERSUL e CELPA, pelas Resoluções Autorizativa ANEEL nº 81, de 9/3/2004, nº 331, de 3/10/2005 e nº 1.999, de 7/7/2009 respectivamente.

O enquadramento das controladas é devido à implantação de projetos elétricos que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução do consumo de óleo diesel no processo de geração de energia, proporcionando a redução do dispêndio da CCC o que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pelas concessionárias, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

- **Controlada CEMAT com a implantação dos seguintes projetos:**

Sistemas de Transmissão e Distribuição Brasnorte / Juara / Juína, Campo Novo / Brasnorte, Juara / Juína, Sapezal, Tabaporã, Nova Monte Verde, Baixo Araguaia, Juruena, Sapezal / Comodoro.

Os projetos implantados tiveram o valor sub-rogado aprovado em R\$ 348.437. Até 31/3/2012 a CEMAT havia aplicado R\$ 430.194. Do montante sub-rogado a CEMAT recebeu R\$ 231.446, restando a receber o valor R\$ 116.991 (R\$ 116.991 em 31/12/2011).

- **Controlada ENERSUL implantação do projeto:**

Linha de Transmissão e Distribuição de 138 kV de Jardim / Porto Murtinho com valor sub-rogado em R\$ 28.740. O projeto foi concluído integralmente no exercício de 2007. O saldo remanescente de recebimento em 31/12/2010 era de R\$ 319.

- **Controlada CELPA com a implantação do projeto elétrico para a interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, em duas fases:**

A primeira fase com os Sistemas de Transmissão e Distribuição Tucuruí / Cametá, Bento / Portel / Breves, Portel / Bagre, Breves / Melgaço, Breves / Currálinho, bem como as Subestações Tucuruí / Vila, Cametá, Portel, Breves, Bagre, Melgaço, Currálinho e Parada do Bento, sendo o valor sub-rogado aprovado no valor de R\$ 184.660.

Notas Explicativas

A segunda fase com os Sistemas de Transmissão e Distribuição Tucuruí / UHE Parada do Bento, Anajás / Afuá, Anajás / Cachoeira do Arari, Breves / Anajás, Cachoeira do Arari / Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari / Salvaterra, Salvaterra / Soure, Ponta de Pedras / Muaná, Muaná / São Sebastião da Boa Vista, Afuá / Chaves, Cachoeira do Arari / Santa Cruz do Arari, bem como as Subestações Anajás, Parada do Bento, Tucuruí, Afuá, Chaves, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Salvaterra, Soure, Ponta de Pedras, Muaná e São Sebastião da Boa Vista, sendo o valor sub-rogado aprovado no valor de R\$ 288.957.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 31/3/2012, relativos a 1ª fase, o valor de R\$ 177.105 (R\$ 175.829 em 31/12/2011), sendo que a 2ª fase ainda não foi iniciada.

O ressarcimento destes recursos ocorrerá na medida em que ocorra a energização dos projetos, que prevê o retorno no médio e longo prazo de acordo com o plano de investimento das Controladas.

12. OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Rendas a receber (a)	30.236	31.077	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.205	3.277	1.226	1.226
Custo de geração térmica (b)	19.489	19.489	-	-
Despesas pagas antecipadamente	8.705	7.349	804	804
Valores a recuperar de empregados	8.702	12.966	-	-
Adiantamentos a fornecedores	18.949	15.902	-	-
Alienação de bens e direitos	6.867	8.713	-	-
Dispêndios a reembolsar	2.163	1.750	-	-
Convênios de arrecadação	2.122	2.702	-	-
Créditos em conta de energia elétrica	4.872	3.964	-	-
Desativação em curso (c)	57.446	53.559	-	-
Plano de Universalização	8.495	5.911	4.472	2.341
ICMS - créditos adquiridos de terceiros	-	-	11.136	11.136
Títulos a receber	-	-	-	-
Devedores diversos	-	-	-	-
Padrão baixa renda	6.847	6.002	-	-
Governo do Estado do Tocantins (d)	-	-	13.275	13.275
Valores a liberar de Instituições Financeiras	37.864	-	-	-
Outros	11.126	8.780	950	951
Total	225.088	181.441	31.863	29.733

(a) Refere-se, em sua maioria, a juros sobre parcelamentos de contas de energia elétrica e atualização monetária de contas de energia elétrica em atraso.

(b) De acordo com o Artigo 3º da Medida Provisória nº 466 de 29/7/2009, convertida em Lei nº 12.111 de 9/12/2009, o reembolso dos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deve considerar a apropriação dos custos relativos à contratação de energia e de potência associada, geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos e impostos do Setor Elétrico e aos investimentos realizados, além de ser considerado, como forma de reembolso, os demais custos diretamente associados à prestação dos serviços de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme especificados na Lei. Conforme permitido, a Controlada

Notas Explicativas



CELPA pode diferir estes custos e pleitear por meio de revisão tarifária, cabendo a ANEEL, homologar os custos apresentados e definir os critérios de ressarcimento.

(c) Refere-se às desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível ou realização.

(d) Refere-se ao Convênio 028/2008 firmado entre a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS e o Governo do Estado do Tocantins para a implementação de 125km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá.

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas Controladas adotam práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia e suas Controladas, conforme regras previstas nos Estatutos Sociais. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os do grupo.

As operações celebradas pela Companhia e suas Controladas com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos, condições e do restrito interesse da Companhia e suas Controladas em sua realização.

O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), representado pela Caixa Econômica Federal ("CEF"), a Denerge - Desenvolvimento Energético S.A. ("DENERGE") e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP"), ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia.

A Administração da Companhia e de suas Controladas acompanham esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.

Em 31/3/2012, a Companhia não atingiu o indicador de Empréstimos de curto prazo/(Empréstimos de curto prazo + Empréstimos de longo prazo) menor que 0,50. Algumas das Controladas atingiram o limite operacional de captações para novas operações e/ou não atenderam o indicador de Dívida líquida/(Dívida líquida + Patrimônio líquido) menor que 0,55. As captações posteriores ao não atendimento destes limites e indicadores foram efetuadas após obtenção de anuência do FI-FGTS. Os demais limites e indicadores operacionais do acordo foram atendidos.

Notas Explicativas



13.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

TRANSAÇÕES DE MÚTUOS	Relacionamento	Companhia	
		Trimestre findo em:	
		31/3/2012	31/3/2011
Receitas financeiras	-	13.754	13.558
Despesas financeiras	-	(13.619)	(12.989)
		No período/exercício findo em:	
		31/3/2012	31/12/2011
SALDOS ATIVOS			
Circulante			
Dividendos:			
Cia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Controlada	1.063	1.063
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	5.524	5.524
Cia Força e Luz do Oeste - CFLO	Controlada	2.795	687
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Controlada	6.012	6.012
Rede Power do Brasil S.A.	Controlada	4.248	6.248
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	3.791	6.744
Emp. de Distribuição de Energia Vale Paranapanema - EDEVP	Controlada	6.481	1.540
Emp. Energética do Estado do Mato Grosso do Sul - ENERSUL	Controlada	9.415	13.011
		39.329	40.829
Juros sobre capital próprio:			
Cia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Controlada	1.468	1.468
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	11.457	11.457
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Controlada	7.614	7.614
Emp. de Distribuição de Energia Vale Paranapanema - EDEVP	Controlada	-	1.020
		20.539	21.559
Total		59.868	62.388
Não circulante			
Valores a recuperar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A - EEVP	Controladora direta	798	673
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	47	47
Caiuá Distribuição de Energia S.A	Controlada	1.458	515
		2.303	1.235
Assunção de dívida, cessão de crédito e outras avenças (a):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A - EEVP	Controladora direta	304.108	295.325
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	60.177	58.439
		364.285	353.764
Contrato de venda e compra de ações (b):			
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	19.027	18.478
		19.027	18.478
Conta corrente (c):			
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	614	-
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A - EEVP	Controladora direta	91.448	97.258
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	14.624	14.263
		106.686	111.521
Total		492.301	484.998

Notas Explicativas

SALDOS PASSIVOS	Relacionamento	Companhia	
		No período/exercício findo em:	
		31/3/2012	31/12/2011
Não circulante			
Valores a reembolsar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEVP	Controladora direta	38	38
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	715	715
Cia Força e Luz do Oeste - CFLO	Controlada	29	29
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Controlada	1.124	1.124
Tangará Energia S.A.	Controlada	2	-
Rede Comercializadora de Energia S.A.	Controlada	310	262
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	11	9
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	Controlada	12	-
		2.241	2.177
Contrato de venda e compra de ações (b):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEVP	Controladora direta	113.947	119.168
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	59.507	57.788
		173.454	176.956
Conta corrente (c):			
Rede Power do Brasil S.A.	Controlada	12.691	12.467
Rede Comercializadora de Energia S.A.	Controlada	33.201	18.023
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	-	1.610
Tangará Energia S.A.	Controlada	5.172	-
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	Controlada	10.743	9.744
		61.807	41.844
Conta corrente 31/12/2006 (d):			
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	Controlada	177.006	173.385
Cia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Controlada	66.128	64.775
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	22.927	22.458
		266.061	260.618
Assunção de dívida e cessão de créditos (e):			
Tangará Energia S.A.	Controlada	34.641	33.933
		34.641	33.933
Total		538.204	515.528

Notas Explicativas



		Consolidado	
		Trimestre findo em:	
TRANSAÇÕES (MÚTUOS)	Relacionamento	31/3/2012	31/3/2011
Receitas financeiras	-	14.164	13.141
Despesas financeiras	-	(5.433)	(5.803)
		No período/exercício findo em:	
		31/3/2012	31/12/2011
SALDOS ATIVOS			
Não circulante			
Valores a recuperar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	807	681
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	47	47
		854	728
Assunção de dívida, cessão de crédito e outras avenças (a):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	304.108	295.325
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	60.177	58.439
		364.285	353.764
Contrato de venda e compra de ações (b):			
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	22.973	22.309
		22.973	22.309
Conta corrente (c):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	91.448	97.258
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	17.164	16.752
		108.612	114.010
Total		496.724	490.811
SALDOS PASSIVOS			
Não circulante			
Valores a reembolsar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	610	278
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	93	93
		703	371
Conta corrente (c):			
Rede Peixe Energia S.A.	Coligada	245	210
		245	210
Contrato de venda e compra de ações (b):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	113.947	119.168
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	59.507	57.788
		173.454	176.956
Total		174.402	177.537

(a) Assunção de dívida, cessão de crédito e outras avenças

Como parte do processo de reorganização societária a Companhia, por meio de instrumento particular de assunção de dívidas, cessão de créditos e outras avenças de 31/3/2006, assumiu as dívidas e os créditos a receber perante terceiros, empresas controladas e instituição financeira existentes nas empresas controladoras EEVP no valor de R\$ 140.689 e Denerge no valor de R\$ 31.575.

Notas Explicativas



O saldo apurado neste contrato deverá ser quitado no prazo máximo de até dez anos, devidamente atualizado pelo CDI acrescido de juros de 2% a.a., vencendo em 31/12/2016.

Em 29/12/2006 a Companhia assumiu, por meio de instrumento particular de assunção de dívidas e outras avenças, a dívida da QMRA Participações S.A. junto ao BNDES no valor de R\$ 101.408 a ser quitada em 60 parcelas mensais com carência de 36 meses vencendo a 1ª parcela em 30/12/2009.

Em dezembro/2006 este contrato foi repactuado adotando-se as mesmas condições da renegociação dos contratos junto ao BNDES.

Forma de Pagamento:

- 6,3% em 40 parcelas trimestrais, com vencimento da 1ª parcela para 15/12/2006.
- 93,7% em 05 parcelas trimestrais, com vencimento da 1ª parcela para 15/12/2007.
- Remuneração TJLP mais 2 % a.a.

(b) Contrato venda e compra de ações

Como parte do processo de reorganização societária, a Companhia e sua Controlada Rede Eletricidade e Serviços S.A. adquiriram e alienaram participações societárias por meio de instrumentos particulares de venda e compra de ações conforme abaixo:

- Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.

Alienação:

Rede Peixe Energia S.A: 60 parcelas mensais e sucessivas com carência de três anos vencendo a 1ª parcela em 3/4/2009 acrescidas de 100% do CDI mais 2% a.a. no valor de R\$ 9.973.

Agro Pastoril Lageado Ltda. no valor de R\$ 1.797: 60 parcelas mensais com carência de três anos vencendo a 1ª parcela em 4/4/2009 acrescidas de 100% do CDI mais 2% a.a.;

Bia TV a Cabo Ltda. no valor de R\$ 30: 60 parcelas mensais com carência de três anos vencendo a 1ª parcela em 4/4/2009 acrescidas de 100% do CDI mais 2% a.a.;

Aquisição:

Rede Comercializadora de Energia S.A no valor de R\$ 46.126 e Rede Eletricidade e Serviços S.A no valor de R\$ 19.370: Entrada em 3 parcelas anuais com vencimentos em 30/6/2006; 30/6/2007 e 30/6/2008 e mais 84 parcelas mensais vencendo a 1ª em 30/7/2008 todas acrescidas de 100% CDI mais 2% a.a.

- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

Aquisição:

Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.: Entrada em 3 parcelas anuais com vencimentos em 30/6/2006; 30/6/2007 e 30/6/2008 e mais 84 parcelas mensais vencendo a 1ª em 30/7/2008 todas acrescidas de 100% CDI mais 2% a.a. no valor de R\$ 118.496.

Notas Explicativas



(c) Conta corrente

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Holdings e Demais Empresas**

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as empresas do Grupo Rede que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30/10/2013, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuárias)**

As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuárias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.

As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 7º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas demonstrações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras**

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato.

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA foi incluída no contrato na condição de mutuária, somente podendo receber recursos das demais distribuidoras.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 5º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas demonstrações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

(d) Conta corrente 31/12/2006

Refere-se à consolidação e repactuação dos saldos dos contratos denominados “Conta Corrente até 31/8/2004” que seriam pagos em 120 meses com carência de 18 meses e remunerados a taxa de 100% CDI e do contrato denominado “Conta Corrente após 1/9/2004” que permitia a movimentação financeira entre empresas do grupo com remuneração de CDI mais 2% de juros a.a., com prazo de vencimento de 24 meses, repactuados nas seguintes condições:

Notas Explicativas



- Carência de 24 meses
- Prazo 86 meses
- Remuneração 100% CDI mais 2% Juros a.a.

Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do Despacho nº 181 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 29/1/2007.

Em fevereiro de 2008, por meio do 1º aditamento ao Instrumento Particular de Contratos de Repactuação de Dívida de Mútuo, foi repactuado a remuneração do contrato passando a ser de 100% do CDI a partir do saldo de devedor em 31/12/2007. Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do Despacho nº 709 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 22/2/2008.

(e) Assunção de dívida e cessão de créditos

Refere-se ao saldo apurado no Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Cessão de Créditos celebrado entre a Rede Energia S.A e a Tangará Energia S.A. no montante original de R\$ 33.933, atualizados pela variação do CDI.

13.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia, para o 1º trimestre de 2012, foi de R\$ 485 (R\$ 510 no 1º trimestre de 2011), que corresponde em sua totalidade a benefícios de curto prazo.

No 1º trimestre de 2012 e 2011 não houve benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição dos Investimentos

	Companhia		Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Participações em controladas	2.261.236	2.340.347	-	-
Outros investimentos	506	506	36.581	36.602
(-) Perda no valor recuperável (a)	-	-	(19.508)	(19.508)
Total	2.261.742	2.340.853	17.073	17.094

(a) Parte das geradoras termelétricas operadas pela Controlada CELPA para a geração de energia elétrica, foram desativadas quando da interligação do sistema "Tramoeste". Esses equipamentos foram desativados e transferidos como "propriedade para investimentos", de acordo com a Deliberação CVM nº 584/2009, mantidos para auferir aluguel ou para valorização do capital. A Administração fez uma nova avaliação do estado físico e o local onde se encontram esses equipamentos e, em atendimento a Deliberação CVM nº 639/2010, decidiu registrar uma provisão para perda no valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$ 19.508.

Notas Explicativas



14.2. Resultado de equivalência patrimonial e amortização de ágio

	Companhia		Consolidado	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Controladas:				
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	4.232	937	-	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica	6.297	4.073	-	-
Companhia Força e Luz do Oeste	(463)	311	-	-
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	4.215	(724)	-	-
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	517	(7.984)	-	-
QMRA Participações S.A.	(47.624)	(23.071)	-	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	(8.560)	(4.035)	-	-
Tangará Energia S.A.	(11.683)	(1.351)	-	-
Rede Power do Brasil S.A.	5.962	6.207	-	-
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	(5.180)	(3.865)	-	-
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	3.941	3.235	-	-
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	11.663	15.537	-	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	(14.818)	5.298	-	-
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	(471)	916	-	-
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	(231)	(512)	-	-
Subtotal	(52.203)	(5.028)	-	-
Amortização de ágio	(2.346)	(1.235)	(3.696)	(2.532)
Total	(54.549)	(6.263)	(3.696)	(2.532)

14.3. Investimentos relevantes avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Investidas	Ações Possuídas (em milhares)		Participação no Capital	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	31/3/2012
	Ordinárias	Preferenciais				Integralizado
	Empresa Elétrica Bragantina S.A.	932	140	91,45%	40.948	82.619
Companhia Nacional de Energia Elétrica	1.927	407	98,69%	28.000	85.018	6.380
Companhia Força e Luz do Oeste	135.673	202.819	97,70%	11.500	19.479	(468)
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	192.632	-	50,86%	194.367	592.272	8.289
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	25.365	22.078	39,92%	710.196	1.277.395	1.296
QMRA Participações S.A.	2.408.385	-	100,00%	1.185.838	253.311	(47.624)
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	6.061	391	10,11%	518.932	414.048	(84.668)
Tangará Energia S.A.	48.271	30.000	100,00%	48.271	51.657	884
Rede Power do Brasil S.A.	97	-	99,98%	70.000	143.632	5.963
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	111.651	-	100,00%	111.267	1.940	(5.180)
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	115.905	-	100,00%	115.905	121.810	3.941
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	35.155.270	-	60,16%	533.468	807.632	19.387
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	1	-	99,60%	500	(67.134)	(14.878)
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	1	-	99,50%	1.310	3.184	(473)
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	15	-	60,48%	25.438	20.852	(382)

Notas Explicativas



Investidas						31/12/2011
	Ações Possuídas (em milhares)		Participação no Capital	Capital	Patrimônio	Lucro(Prejuízo)
	Ordinárias	Preferenciais	Integralizado	Realizado	Líquido	Líquido do Período
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	932	140	91,45%	40.948	78.019	5.584
Companhia Nacional de Energia Elétrica	1.927	407	98,69%	28.000	80.923	8.769
Companhia Força e Luz do Oeste	135.673	202.819	97,70%	11.500	31.869	2.873
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	192.632	-	50,86%	194.367	583.983	38.860
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	25.365	22.078	39,92%	710.196	1.277.158	146.884
QMRA Participações S.A.	2.408.385	-	100,00%	1.185.838	301.827	(571.339)
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	6.061	391	10,11%	518.932	500.497	(391.162)
Tangará Energia S.A.	48.271	30.000	100,00%	48.271	63.340	(1.388)
Rede Power do Brasil S.A.	97	-	99,98%	70.000	137.669	50.477
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	111.651	-	100,00%	111.267	7.120	(46.874)
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	115.905	-	100,00%	115.905	127.015	10.781
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	35.155.270	-	60,16%	533.468	788.244	151.795
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	1	-	99,60%	500	(52.256)	(45.691)
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	1	-	99,50%	1.310	3.657	1.380
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	15	-	60,48%	25.438	21.233	34

14.4. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2011	Ajustes					Saldo em 31/3/2012
		AFAC	Reserva de Reavaliação	Equivalência Patrimonial	Amortização do Ágio	Dividendos	
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	71.349	-	(25)	4.232	-	-	75.556
Companhia Nacional de Energia Elétrica	79.863	-	(2.255)	6.297	-	-	83.905
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	297.014	-	-	4.215	-	-	301.229
Companhia Força e Luz do Oeste	31.136	-	(16)	(463)	-	(11.626)	19.031
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT (*)	621.244	-	(423)	517	(1.110)	-	620.228
QMRA Participações S.A. (*)	366.966	20	(912)	(47.624)	(987)	-	317.463
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	50.601	-	(180)	(8.560)	-	-	41.861
Tangará Energia S.A.	63.340	-	-	(11.683)	-	-	51.657
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (*)	(22.127)	-	-	(14.818)	-	-	(36.945)
Rede Power do Brasil S.A.	137.641	-	-	5.962	-	-	143.603
Rede de Eletricidade e Serviço S.A. (*)	17.743	-	-	(471)	-	-	17.272
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	7.120	-	-	(5.180)	-	-	1.940
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (*)	131.407	-	-	3.941	(249)	(9.145)	125.954
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	12.842	-	-	(231)	-	-	12.611
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	474.208	-	-	11.663	-	-	485.871
Outros	506	-	-	-	-	-	506
Total	2.340.853	20	(3.811)	(52.203)	(2.346)	(20.771)	2.261.742

(*) Investimentos acrescidos de ágio.

Para mais informações sobre os investimentos, vide nota explicativa 5.1 - Informações sobre ativos, passivos e resultados por segmentos reportável.

Notas Explicativas



15. IMOBILIZADO

A mutação do ativo imobilizado das controladas está demonstrado da seguinte forma:

	Consolidado				
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	31/3/2012
Em serviço:					
Custo					
Não vinculadas a concessão	245.826	-	(3.010)	27	242.843
Total do custo	245.826	-	(3.010)	27	242.843
(-) Depreciação					
Não vinculadas a concessão	(46.530)	(1.838)	641	-	(47.727)
Total da depreciação	(46.530)	(1.838)	641	-	(47.727)
Total em serviço	199.296	(1.838)	(2.369)	27	195.116
Em Curso:					
Não vinculadas a concessão	199	27	-	(27)	199
Total em curso	199	27	-	(27)	199
Total	199.495	(1.811)	(2.369)	-	195.315

Por natureza a composição dos bens do ativo imobilizado das controladas está demonstrado abaixo:

	Consolidado			
			31/3/2012	31/12/2011
	Custo	(-) Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Em serviço:				
Terrenos	1.743	-	1.743	3.376
Reservatórios, barragens e adutoras	74.069	(13.160)	60.909	61.301
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.288	(4.757)	20.531	20.673
Máquinas e equipamentos	139.992	(28.712)	111.280	112.478
Veículos	340	(221)	119	907
Móveis e utensílios	956	(483)	473	476
Não vinculadas a concessão	455	(394)	61	85
Subtotal	242.843	(47.727)	195.116	199.296
Em curso:				
Reservatórios, barragens e adutoras	44	-	44	44
Veículos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	90	-	90	90
Outros	65	-	65	65
Subtotal	199	-	199	199
Total	243.042	(47.727)	195.315	199.495

Para as taxas médias de depreciação, vide nota explicativa nº 16.1.

Notas Explicativas



16. ATIVO INTANGÍVEL

16.1. Ativo Financeiro e Ativo Intangível do contrato de concessão

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011
Ativo financeiro	1.947.443	1.895.364
Ativo intangível	5.347.967	5.248.483
Total	7.295.410	7.143.847

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

	Consolidado				
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	31/3/2012
Em serviço:					
Custo					
Geração	47.707	-	(243)	(1)	47.463
Distribuição	12.609.506	45.341	(42.736)	164.014	12.776.125
Comercialização	66.411	3	-	112	66.526
Administração	514.679	134	(788)	4.595	518.620
Não vinculadas a concessão	3.012	-	-	-	3.012
Subtotal	13.241.315	45.478	(43.767)	168.720	13.411.746
(-) Obrigações vinc. à concessão	(2.854.112)	(47.789)	47.614	(104.559)	(2.958.846)
Total do custo	10.387.203	(2.311)	3.847	64.161	10.452.900
(-) Amortização					
Geração	(15.547)	(522)	202	1	(15.866)
Distribuição	(3.990.476)	(173.278)	19.210	(1)	(4.144.545)
Comercialização	(32.865)	(1.270)	-	-	(34.135)
Administração	(304.704)	(9.045)	690	-	(313.059)
Não vinculadas a concessão	(1.353)	(13)	-	-	(1.366)
Subtotal	(4.344.945)	(184.128)	20.102	-	(4.508.971)
Obrigações vinc. à concessão	402.876	62.239	-	-	465.115
Total da amortização	(3.942.069)	(121.889)	20.102	-	(4.043.856)
Total em serviço	6.445.134	(124.200)	23.949	64.161	6.409.044
Em Curso:					
Geração	4.101	661	-	(59)	4.703
Distribuição	1.454.129	358.878	(59.456)	(164.710)	1.588.841
Comercialização	470	2.044	-	(95)	2.419
Administração	67.008	7.514	(178)	(3.856)	70.488
Subtotal	1.525.708	369.097	(59.634)	(168.720)	1.666.451
(-) Obrigações vinc. à concessão	(826.995)	(79.115)	21.466	104.559	(780.085)
Total em curso	698.713	289.982	(38.168)	(64.161)	886.366
Total	7.143.847	165.782	(14.219)	-	7.295.410

Notas Explicativas



Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termos da natureza dos ativos que os compõe:

	Consolidado					
	31/3/2012		31/12/2011			
	Valor líquido		Valor líquido			
	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo intangível	Ativo financeiro
Em serviço:						
Terrenos	55.240	-	2.691	52.549	-	52.305
Reservatórios, barragens e adutoras	534	(244)	37	254	40	254
Edificações, obras civis e benfeitorias	319.515	(132.182)	122.570	64.763	124.960	64.203
Máquinas e equipamentos	12.671.463	(4.166.121)	6.352.637	2.152.704	6.417.072	2.077.615
Veículos	140.645	(68.121)	71.310	1.213	75.483	1.179
Móveis e utensílios	32.807	(23.997)	7.945	865	8.071	842
Servidões (a)	36.928	(2)	104	36.822	691	34.577
Softwares (b)	152.936	(117.991)	21.405	13.540	26.876	10.797
Não vinculadas a concessão	1.678	(313)	1.365	-	1.382	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(2.958.846)	465.115	(2.118.463)	(375.267)	(2.104.828)	(346.408)
Subtotal	10.452.900	(4.043.856)	4.461.601	1.947.443	4.549.747	1.895.364
Em curso:						
Terrenos	1.093	-	1.093	-	1.459	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.700	-	17.700	-	16.439	-
Máquinas e equipamentos	1.201.101	-	1.201.101	-	1.110.390	-
Veículos	4.243	-	4.243	-	4.148	-
Móveis e utensílios	1.277	-	1.277	-	1.295	-
Material em depósito	229.806	-	229.806	-	226.835	-
Servidões (a)	10.248	-	10.248	-	10.762	-
Softwares (b)	54.283	-	54.283	-	52.905	-
Outros	146.700	-	146.700	-	101.498	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(780.085)	-	(780.085)	-	(826.995)	-
Subtotal	886.366	-	886.366	-	698.736	-
Total	11.339.266	(4.043.856)	5.347.967	1.947.443	5.248.483	1.895.364

(a) Servidões: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão das Controladas e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estas têm vida útil indefinida não são amortizados, apenas sujeitos a teste de recuperabilidade econômica anualmente.

(b) Softwares: são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

O intangível em curso de contratos de concessão, refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica. Incluem itens incorporados por meio de arrendamentos mercantis financeiros, cujos valores são imateriais. O arrendamento financeiro reconhecido na transição da Lei nº 11.638/2007 encontra-se totalmente depreciado.

Notas Explicativas



Por atividade, os bens que compõe o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

	Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Ativo financeiro líquido	(-) Amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	Consolidado	
							Valor líquido	Valor líquido
							31/3/2012	31/12/2011
Em serviço:								
Geração	4,16%	47.463	(9.332)	(15.867)	22.264	(252)	22.012	22.578
Distribuição	4,35%	12.776.125	(1.873.327)	(4.144.545)	6.758.253	(2.494.670)	4.263.583	4.342.603
Comercialização	7,57%	66.526	(11.874)	(34.134)	20.518	(509)	20.009	23.307
Administração	6,98%	518.620	(52.886)	(313.059)	152.675	1.700	154.375	159.648
Não vinculadas a concessão	3,97%	3.012	(24)	(1.366)	1.622	-	1.622	1.612
Subtotal		13.411.746	(1.947.443)	(4.508.971)	6.955.332	(2.493.731)	4.461.601	4.549.748
Em curso:								
Geração		4.703	-	-	4.703	-	4.703	4.101
Distribuição		1.588.841	-	-	1.588.841	(780.085)	808.756	631.896
Comercialização		2.419	-	-	2.419	-	2.419	407
Administração		70.488	-	-	70.488	-	70.488	62.331
Subtotal		1.666.451	-	-	1.666.451	(780.085)	886.366	698.735
Total		15.078.197	(1.947.443)	(4.508.971)	8.621.783	(3.273.816)	5.347.967	5.248.483

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas principais taxas anuais de depreciação e amortização por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367/2009, sendo as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação e amortização (%)</u>	<u>Taxas anuais de depreciação e amortização (%)</u>	
Distribuição		Comercialização	
Banco de capacitores	5,00 - 6,70	Equipamento geral	10,00
Chave de distribuição	3,30 - 6,70	Edificações	4,00
Condutor do sistema	2,50 - 5,00		
Estrutura do sistema	2,50 - 5,00	Administração central	
Regulador de tensão	3,50 - 4,80	Veículos	20,00
Transformador de distribuição	5,00	Equipamento geral	10,00

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Notas Explicativas



Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

- As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

- Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração – Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição:

	Consolidado					
	Ativo intangível		Ativo financeiro		Total	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Participação do consumidor	(711.753)	(1.003.327)	(81.736)	(79.675)	(793.489)	(1.083.002)
Participação da União	(40.687)	(41.154)	(18.335)	(18.242)	(59.022)	(59.396)
Participação do Estado	(99.530)	(103.282)	(56.512)	(54.585)	(156.042)	(157.867)
Participação dos Municípios	73.880	(73.142)	(7.457)	(7.134)	66.423	(80.276)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	(211.754)	(209.103)	(29.892)	(29.872)	(241.646)	(238.975)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(36)	(38)	(6)	(6)	(42)	(44)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(4.607)	(4.704)	(516)	(516)	(5.123)	(5.220)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(1.279.545)	(1.494.512)	(180.799)	(156.364)	(1.460.344)	(1.650.876)
Outros	(476.756)	(2.561)	(14)	(14)	(476.770)	(2.575)
Total	(2.750.788)	(2.931.823)	(375.267)	(346.408)	(3.126.055)	(3.278.231)

Reavaliação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 183/1995, item 15, a Companhia e suas Controladas procederam a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do ativo intangível e financeiro.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

Notas Explicativas



A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/7/2005 aprovou a nomeação das empresas especializadas Moore Stephens Lima Lucchesi Auditores Independentes e Stima Engenharia Ltda. e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, em que constam os novos valores dos bens do ativo intangível e financeiro na data-base de 31/5/2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de reavaliação	Valor residual	Incremento (redução)
Geração	11.851	4.011	7.840
Distribuição	274.534	162.182	112.352
Comercialização	4.691	3.665	1.026
Administração	5.955	2.637	3.318
Transmissão	335	69	266
Total de incremento do ativo intangível	297.366	172.564	124.802
Impostos diferidos			(41.280)
Reavaliações anteriores			390.719
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciáveis			(4.993)
Equivalência patrimonial sobre nova reavaliação			423.257
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos (depreciação e baixas)			(528.780)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31/3/2012			363.725

O efeito Consolidado no resultado oriundo das depreciações, baixas e alienações no 1º trimestre de 2012 foi de R\$ 9.148 (R\$ 15.087 no 1º trimestre de 2011).

Custo atribuído

A controlada Tangará Energia S.A. utilizou o custo atribuído para seu ativo imobilizado, impactando em 1/1/2009 da seguinte forma:

Ativo imobilizado	Valor contábil líquido	Valor justo	Mais Valia
Terrenos	615	1.743	1.128
Reservatórios, Barragens e Adutoras	62.905	66.004	3.099
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	21.312	22.362	1.050
Máquinas e Equipamentos	83.275	123.869	40.594
Outros	82	243	161
Total do imobilizado em serviço	168.189	214.221	46.032
Imobilizado em curso	130	130	-
Total do imobilizado	168.319	214.351	46.032
Impostos diferidos			(15.651)
Realização do custo atribuído líquida de impostos diferidos			(3.279)
Saldo custo atribuído em 31/3/2012			27.102

O efeito Consolidado no resultado oriundo das depreciações, baixas e alienações no 1º trimestre de 2012 foi de R\$ 251 (R\$ 251 no 1º trimestre de 2011).

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2011, as Controladas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e

Notas Explicativas



financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Para 31/3/2012 os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

16.2. Outros ativos intangíveis – líquido

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2011	Amortização	Saldo em 31/3/2012
Direito de concessão:			
CEMAT	111.402	(1.110)	110.292
EDEVP	4.393	(249)	4.144
CELPA (QMRA)	200.251	(2.337)	197.914
Subtotal	316.046	(3.696)	312.350
Outros:			
Rede Comercializadora	29.919	-	29.919
Rede Eletricidade e Serviços	14.104	-	14.104
Subtotal	44.023	-	44.023
Total	360.069	(3.696)	356.373

Notas Explicativas



17. FORNECEDORES

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	694.954	491.328	-	-
Energia livre - CCEE	17.569	28.935	818	1.666
Aquisição de combustível	162.844	93.181	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	32.196	23.288	-	-
Materiais e serviços	235.464	186.816	-	-
Total	1.143.027	823.548	818	1.666

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Companhia			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Outras obrigações fiscais Federais:				
IRRF	294	310	-	-
IOF	4.505	4.505	-	-
Previdencia Social	74	119	-	-
PIS	-	480	-	-
COFINS	-	2.209	-	-
Outros	18	20	-	-
Subtotal	4.891	7.643	-	-
Parcelamentos:				
Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (c) (e)	6.436	5.860	465	1.821
PAES	92	91	41	66
Subtotal	6.528	5.951	506	1.887
Desverticalização de tributos federais (c) (e)	(3.794)	(3.716)	(316)	(1.239)
Total de outras obrigações fiscais Federais	7.625	9.878	190	648
Total de obrigações fiscais	7.625	9.878	190	648

Notas Explicativas



	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Obrigações fiscais Federais:				
Imposto de renda	11.101	19.588	-	-
Contribuição social	5.246	8.222	-	-
Subtotal	16.347	27.810	-	-
Outras obrigações fiscais Federais:				
IRRF	31.892	12.458	-	-
Previdência social	12.620	14.812	-	-
FGTS	1.877	3.378	175	175
PIS	46.813	27.663	-	-
COFINS	211.447	127.251	-	-
IOF	4.683	4.650	-	-
Outros	1.222	2.582	-	-
Subtotal	310.554	192.794	175	175
Parcelamentos:				
Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (a)	128.431	134.202	216.291	235.821
Parcelamento ordinário - PIS (b)	14.427	14.041	46.881	42.875
Parcelamento ordinário - COFINS (b)	73.184	64.665	209.051	198.100
Parcelamento ordinário - CPMF (b)	1.207	1.239	8.921	9.046
Parcelamento ordinário - IRPJ (b)	2.745	-	10.504	-
Parcelamento ordinário - CSLL (b)	980	-	3.745	-
Parcelamento ordinário - INSS (c)	235	232	75	135
Subtotal	221.209	214.379	495.468	485.977
Desverticalização de tributos federais (a) (e)	(3.794)	(3.716)	(316)	(1.239)
Total de outras obrigações fiscais Federais	527.969	403.457	495.327	484.913
Total de obrigações fiscais Federais	544.316	431.267	495.327	484.913
Obrigações fiscais Estaduais:				
ICMS	424.517	316.413	843	843
Parcelamentos:				
ICMS (d)	156.857	147.340	55.821	75.014
Total de obrigações fiscais Estaduais	581.374	463.753	56.664	75.857
Obrigações fiscais Municipais:				
ISS	3.176	4.598	-	-
Total de obrigações fiscais Municipais	3.176	4.598	-	-
Total de obrigações fiscais	1.128.866	899.618	551.991	560.770

(a) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e Dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30/11/2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social, em função da adesão da Companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Notas Explicativas

Em 29/6/2011, a Companhia concluiu a etapa final da consolidação das modalidades de parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/2009, com as informações dos montantes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para a liquidação de multas e juros, indicação dos débitos passíveis de parcelamento e do número de parcelas.

	Companhia			
	Tributos			
	RFB			
Saldo consolidado em 31/12/2011	2.726			
Encargos	46			
Repasse processo desverticalização	942			
Amortizações	(923)			
Saldo consolidado em 31/3/2012	2.791			

	Consolidado			
	Tributos			
	RFB	PGFN	Previdência social	Total
Saldo consolidado em 31/12/2011	272.740	76.991	15.337	365.068
Encargos	5.892	1.573	313	7.778
Repasse processo desverticalização	942	-	-	942
Amortizações	(31.124)	(1.529)	(308)	(32.961)
Saldo consolidado em 31/3/2012	248.450	77.035	15.342	340.827

(b) Parcelamento Ordinário – Parcelamentos concedidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - referente saldo devedor de PIS e COFINS do ano corrente, protocolados em 25/11/2009, o qual será pago em 60 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, com o pagamento da primeira parcela em 25/11/2009 e a última está prevista para ser liquidada em 30/10/2014 e CPMF, conforme parecer CDA/PGFN 544/2007, convalidando o parcelamento do tributo segundo as normas da Lei nº 10.522/2002, inclusive sobre aqueles concedidos com base no artigo 8º da MP 303/2006.

(c) Refere-se à consolidação de débitos junto ao FNDE no Parcelamento Especial - PAES com vencimentos até 28/2/2003, sobre os quais incidem juros mensais equivalentes à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(d) Parcelamentos de ICMS das controladas junto às receitas estaduais com parcelas entre 8 a 100 meses e com vencimento da última ocorrendo em julho de 2016, corrigidas pela Taxa de Juros de Longo Prazo –TJLP, Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e UFESP.

(e) Tributos federais transferidos por responsabilidade solidária à controlada Caiuá Distribuição de Energia S.A. no processo de desverticalização nos termos da Lei nº 10.848/04 e Resolução Autorizativa ANEEL nº 309, de 5/9/2005.

Notas Explicativas**19. CONSUMIDORES - DEVOLUÇÃO TARIFÁRIA**

	ENERSUL	EDEVP	Total
Saldo em 31/12/2011	193	10.765	10.958
Atualizado no exercício	-	-	-
Transferência do não circulante	(193)	(2.711)	(2.904)
Amortizado no exercício	-	-	-
Saldo em 31/3/2012	-	8.054	8.054

a. ENERSUL

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a anular aumentos tarifários resultantes de repasse de CVA, com base nas simulações realizadas. Se confirmada as premissas, o saldo remanescente será suficiente para evitar que haja aumento tarifário em 2009 e, ainda, para suavizar ou até mesmo evitar que haja elevação tarifária em 2010. Vale ressaltar que as simulações foram feitas levando-se em consideração o cenário mais provável de evolução da média dos custos de geração e de transmissão e com encargos setoriais, além das previsões do Banco Central para os índices de inflação. Essa compensação será remunerada pela taxa SELIC.

O reposicionamento foi o principal resultado da revisão tarifária e decorreu da aferição pela ANEEL dos custos operacionais eficientes, por meio da metodologia Empresa de Referência - ER, da avaliação dos investimentos prudentes, por meio da BRR e do reconhecimento de custos não gerenciáveis, Parcela "A". No presente caso da ENERSUL, a ER foi mantida como provisória por existir alguns componentes ainda em avaliação pela ANEEL.

O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$ 151.122, resultado de R\$ 192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$ 41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL, sendo o valor de R\$ 18.450 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009, R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010 e R\$ 77.950 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2010/2011 e R\$ 637 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário de 2011/2012 concluindo o ajuste da revisão de 2003 iniciado em 2008, conforme Resolução Homologatória nº 1.128 de 5/4/2011 e Nota Técnica nº 71/2011 de 30/3/2011.

O saldo da terceira parcela do ajuste financeiro decorrente do recálculo da Revisão Tarifária de 2003, foi amortizado durante o 1º trimestre de 2012.

b. EDEVP

Por meio do memorando nº 116/2009-SRT/ANEEL, de 8/4/2009, a Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT informou os valores dos encargos de uso da Rede Básica a serem considerados no cálculo do reajuste tarifário da Companhia, tendo por base o período de referência de maio/2008 a abril/2009 e as tarifas de uso das instalações de transmissão componentes da Rede Básica.

Não foi considerado para este reajuste a parcela financeira referente a amortização dos passivos da cobrança da TUSD-g, devidas pela Duke Energy, atualmente com montante acumulado de R\$ 36.948, segundo o memorando 116/2009 – SRT/ANEEL. Se fosse descontado estes valores da parcela

Notas Explicativas



financeira sem o ressarcimento pela Duke, poderia causar sérias consequências no equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

No entanto, quanto a parcela a ser cobrada da TUSD-g para os próximos 12 meses no montante informado pela SRT de R\$ 9.775, foi retirada da base de cálculo, considerando que foi realizado um acordo coletivo entre as transmissoras e a liminar que impedia a EDEVP cobrar a tarifa da geradora ter caído, normalizando a situação até então encontrada. Porém, para este reajuste, será considerado somente 10 meses, visto que o pagamento desta parcela pela Duke deverá ocorrer a partir de julho, somando o montante de R\$ 8.146.

Na Resolução Homologatória nº 816/2009 e Nota Técnica nº 156/2009, foram considerados no ciclo 2009/2010 o valor de R\$ 8.146 e, na Resolução Homologatória nº 975/2010 e Nota Técnica nº 134/2010, foram considerados no ciclo 2010/2011 o valor R\$ 15.412 e, na Resolução Homologatória nº 1.148/2011 e Nota Técnica nº 105/2011, foram considerados no ciclo 2011/2012 o valor R\$ 10.397.

O saldo da devolução em 31/3/2012 é de R\$ 8.054 (R\$ 10.765 em 31/12/2011).

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

20.1. Composição

	Companhia			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES - URTJLP	131.448	-	34.527	92.934
Capital de giro - CDI	482.113	108.978	439.266	94.132
Capital de giro - Pré	-	-	55.232	22.656
Subtotal	613.561	108.978	529.025	209.722
(-) Custo de transação	(478)	(334)	(532)	(432)
Total moeda nacional	613.083	108.644	528.493	209.290
Moeda estrangeira:				
Bônus perpétuos	24.607	904.847	-	931.515
Marcação a mercado	-	(443.375)	-	(158.358)
Total moeda estrangeira	24.607	461.472	-	773.157
Total geral	637.690	570.116	528.493	982.447
Principal	577.923	570.450	496.329	982.879
Encargos	59.767	(334)	32.164	(432)

Notas Explicativas



	Consolidado			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES - URTJLP	321.816	-	231.510	92.934
BNDES - PRÉ	45.550	-	46.531	-
Eletrobrás	211.187	771.161	170.645	799.925
FINAME	5.144	4.695	5.698	5.452
Recompra de ações PN "R"	144.379	-	139.508	-
Investimento	34.872	52.247	44.334	56.328
Capital de giro - CDI	1.241.613	1.145.455	1.235.356	1.210.564
Capital de giro - IPCA	40.057	14.445	41.143	19.723
Capital de giro - TJLP	6.425	-	7.714	639
Capital de giro - Pré	9.072	21.170	92.791	22.656
FNO	6.836	76.277	5.718	77.450
FDE	916	754	838	877
Subtotal	2.067.867	2.086.204	2.021.786	2.286.548
(-) Custo de transação	(9.812)	(16.984)	(10.395)	(19.178)
Total moeda nacional	2.058.055	2.069.220	2.011.391	2.267.370
Moeda estrangeira:				
Bônus perpétuos	24.607	904.847	-	931.515
BID	149.217	130.246	178.508	147.799
Unit Notes	-	-	23.448	-
Capital de giro	467.084	-	472.643	-
Tesouro nacional	8.116	86.973	7.419	89.583
Subtotal	649.024	1.122.066	682.018	1.168.897
(-) Marcação a mercado	-	(443.375)	-	(158.358)
(-) Custo de transação	(1.657)	(5.257)	(1.678)	(5.672)
(-) Cauções	-	(60.578)	-	(60.727)
Total moeda estrangeira	647.367	612.856	680.340	944.140
Total geral	2.705.422	2.682.076	2.691.731	3.211.510
Principal	2.391.300	2.704.316	2.428.919	3.236.360
Encargos	314.122	(22.240)	262.812	(24.850)

As Controladas são devedoras de R\$ 572.748 em empréstimos de longo prazo com obrigações em atraso. A despeito dessa circunstância, as Controladas mantêm tais obrigações registradas em seu passivo exigível não circulante, em virtude das renegociações em curso com os respectivos credores.

Notas Explicativas



20.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador

	Companhia			
	31/3/2012	%	31/12/2011	%
Moeda nacional:				
URTJLP	131.448	18,19	127.461	17,25
CDI	591.091	81,81	533.398	72,21
PRÉ-FIXADO	-	-	77.888	10,54
Subtotal	722.539	100,00	738.747	100,00
Custo de transação	(812)		(964)	
Total	721.727		737.783	
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
PRÉ-FIXADO	929.454	100,00	931.515	100,00
Subtotal	929.454	100,00	931.515	100,00
Marcação a mercado	(443.375)		(158.358)	
Total	486.079		773.157	
Total	1.207.806		1.510.940	
				Consolidado
	31/3/2012	%	31/12/2011	%
Moeda nacional:				
URTJLP	329.139	7,92	332.895	7,73
UFIR	982.349	23,65	970.570	22,53
CDI	2.468.677	59,42	2.540.245	58,95
IGPM	144.379	3,48	139.509	3,24
IPCA	54.502	1,31	60.866	1,41
TJLP	8.213	0,20	10.197	0,24
PRÉ-FIXADO	166.812	4,02	254.052	5,90
Subtotal	4.154.071	100,00	4.308.334	100,00
Custo de transação	(26.796)		(29.573)	
Total	4.127.275		4.278.761	
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	56.388	3,18	68.004	3,67
PRÉ-FIXADO	1.714.702	96,82	1.782.911	96,33
Subtotal	1.771.090	100,00	1.850.915	100,00
Custo de transação	(6.914)		(7.350)	
Cauções	(60.578)		(60.727)	
Marcação a mercado	(443.375)		(158.358)	
Total	1.260.223		1.624.480	
Total	5.387.498		5.903.241	

Notas Explicativas



20.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

Companhia

Moeda nacional:

a. BNDES: Contratos para investimentos em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, sobre os quais incidem juros à taxa média ponderada de 4,08% ao ano acima da TJLP, com vencimento final em setembro/2016.

Contrato de confissão, reescalonamento e consolidação de dívidas junto ao BNDES (vide item “a” no detalhamento dos empréstimos e financiamentos consolidado).

b. Capital de giro: As operações de capital de giro são pré-fixadas ou indexadas a CDI, com vencimento da última parcela ocorrendo em dezembro/2014.

- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 15,39% a.a.
- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,51% a.a.

Dentro destas operações existem contratos com taxa de juros efetiva de 2,55% a.a. que contemplam os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º trimestre de 2012 foram amortizados R\$ 152 (R\$ 202 no 1º trimestre de 2011).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	31/3/2012	31/12/2011
2012	380	532
2013	321	321
2014	111	111
Total	812	964

Moeda estrangeira:

a. Bônus Perpétuos: Emissão no montante de US\$ 575.000, sendo recomprado um montante de US\$ 78.404 (13,64 % do montante emitido) com deságio de 47,11%. O bônus foi emitido com uma taxa de 11,125% ao ano, com pagamentos trimestrais, não possuindo data de vencimento, e poderão, por opção da Companhia, serem resgatados a partir de 2/2/2012, em qualquer data de pagamento de juros pelo valor do principal. O bônus é negociado na *Luxembourg Stock Exchange* (Bolsa de Valor de Luxemburgo) e apresenta liquidez.

Os títulos da Companhia eram negociados com um percentual de desconto de 49% em 31/3/2012 (17% em 31/12/2011).

A Companhia optou por designar o bônus perpétuo como mensurados a valor justo por meio do resultado. O referido título quando considerado pelo custo apresenta uma inconsistência entre o reconhecimento do passivo pelo seu valor de face (emissão) e o valor efetivamente negociado, pelo qual a Companhia poderia recomprá-lo. O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A designação a valor justo deste título, por meio do resultado produz uma informação mais relevante a respeito da posição patrimonial e financeira da Companhia, reduzindo a inconsistência de mensuração, além de ser útil como base para avaliação de riscos e investimentos da Companhia. O

Notas Explicativas



valor da marcação a mercado representa a diferença entre o valor contabilizado e o valor de uma possível recompra.

Detalhamento da variação do valor do bônus perpétuo:

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo no início do exercício/período	773.157	810.880
Risco de crédito próprio	(322.047)	(235.759)
Risco de mercado	10.362	198.036
Saldo no final do exercício/período	<u>461.472</u>	<u>773.157</u>

A Companhia realizou dois conjuntos de opções denominadas de *Zero Cost Strategy*, com o objetivo de proteção parcial contra a valorização do dólar nos próximos dois pagamentos de juros do Bônus Perpétuo (vide nota explicativa nº 23).

Consolidado

Em função da recuperação judicial da controlada CELPA (vide nota explicativa nº 1) os empréstimos e financiamentos em moeda nacional e BID em moeda estrangeira, foram atualizados até fevereiro/2012. Os demais contratos em moeda estrangeira estão atualizados ao câmbio do fechamento desta demonstração de acordo com o artigo 50 da Lei nº 11.101/2005.

Moeda nacional:

a. **BNDES:** representados por contratos efetuados na Rede Energia e nas controladas CELPA e ENERSUL, nos montantes de R\$ 131.448, R\$ 234.813 e R\$ 1.105, respectivamente em 31/3/2012 (R\$ 127.461, R\$ 241.306 e R\$ 2.208, respectivamente em 31/12/2011), relacionados às seguintes finalidades:

- Rede Energia - Reestruturação financeira: Assunção pela Controladora Rede Energia S.A. em 30/11/2006 conforme Decisão nº DIR1005/2006-BNDES, das dívidas da EEVP e da DENERGE, decorrentes dos contratos de financiamentos nº 97.2.514.31 (EEVP), 03.2.398.3.1 (DENERGE); 04.2.179.3.1 (DENERGE) e do subcrédito "D" (/047) do Contrato de Financiamento nº 98.2.022.3.1(EEVP), no montante total de R\$ 201.842, bem como sua consolidação e reescalonamento, conforme condições abaixo:

Subcrédito "B": R\$ 185.014

Subcrédito "C": R\$ 16.828

Prazos de amortização:

Subcréditos "B" e "C": em 40 prestações trimestrais, com a seguinte progressividade:

- 15% em 12 prestações trimestrais e sucessivas, cada uma no valor do principal vincendo deste percentual, dividido pelo número dessas prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira em 15/12/2006 e a última em 15/9/2009;

- 85% em 28 prestações trimestrais e sucessivas, cada uma no valor do principal vincendo deste percentual, dividido pelo número dessas prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira em 15/12/2009 e a última em 15/9/2016;

Notas Explicativas



Juros para Subcréditos "B":

4% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP; juros exigíveis com relação ao Subcrédito "B", trimestralmente, a partir 15/12/2006, juntamente com as prestações do principal.

Juros para Subcréditos "C":

5% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP; juros exigíveis trimestralmente, a partir de 15/12/2006, e juntamente com as prestações do principal.

Garantias: penhor de ações das controladas e controladoras.

- CELPA - Empréstimos obtidos em dezembro/2009 com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, com taxa média de 4,07% a.a. acima da variação da TJLP e taxa pré-fixada de 4,5% a.a., vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até março/2012 foram liberados R\$ 240.385.

- ENERSUL - Empréstimos destinados a financiamento de obras, sobre os quais incidem juros a taxa de 6,3% a. a. acima da TJLP, com vencimento final em junho/2012. Operação contratada com o Banco Alfa.

b. **Eletrobrás:** substancialmente representados por contratos relacionados às seguintes finalidades:

- Programas Luz no Campo e Luz para Todos, com maior representatividade nas controladas CELPA, CEMAT, CELTINS e ENERSUL, nos montantes de R\$ 421.287, R\$ 365.192, R\$ 103.046 e R\$ 78.404, respectivamente em 31/3/2012 (R\$ 416.343, R\$ 359.555, R\$ 101.411 e R\$ 78.146, respectivamente em 31/12/2011), todos com prazo de carência de 24 meses e prazo de amortização em 120 meses acrescidos de taxas de juros entre 5% a.a. e 7,18% a.a., com amortização mensal. Até março/2012, foi liberado para a controlada CELPA o montante de R\$ 86.196 por meio do contrato ECF-2812/2010 e ECFS-2870/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em agosto/2024 com encargos de 7% a.a.

- Programas tomados para expansão dos sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização, na controlada CEMAT, cujo montante em 31/3/2012 é de R\$ 511 (R\$ 527 em 31/12/2011). O contrato inicial é datado de 1/7/1996 e a data de vencimento do último contrato ocorrerá em agosto/2022, com taxas de juros que variam de 6% a 8,5% a.a.. Todos os contratos com carência de 2 anos.

- IRD's (Instrumento de Reconhecimento de Débito) - Recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária na controlada ENERSUL, cujo montante em 31/3/2012 é de R\$ 5.308 (R\$ 5.473 em 31/12/2011), com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% a.a. e término em maio/2022.

c. **Finame:** investimentos no sistema de transmissão, distribuição e comercialização contratados substancialmente nas controladas CELPA, CEMAT, CELTINS, nos montantes de R\$ 5.181, R\$ 1.052 e R\$ 1.528, respectivamente em 31/3/2012 (R\$ 5.502, R\$ 1.452 e R\$ 1.871, respectivamente em 31/12/2011), com taxa média ponderada de 4,57% a.a., mais a variação da TJLP, e a forma de amortização é mensal e com vencimento da última parcela ocorrendo em outubro/2014 e ENERSUL, no montante de R\$ 2.140 com taxa de 11,7% a.a., mais a variação da TJLP, e taxa pré de 8% a.a. com amortização mensal e vencimento da última parcela ocorrendo em setembro/2016.

Notas Explicativas



d. Recompra de ações PN "R": a controlada Tangará firmou com a ELETROBRÁS acordo de acionistas que estabelece as condições de resgate de 30.000.000 de ações PN Resgatáveis subscritas pela Eletrobrás. O resgate será efetuado em 32 parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira em 31/3/2005 e a última em 31/12/2012. Os encargos financeiros são de variação do IGPM mais juros fixos de 12% a.a.

e. Capital de giro: operações de capital de giro contratadas com taxas pré-fixadas e indexadas a CDI, IPCA e TJLP, com vencimento da última parcela ocorrendo em setembro/2018.

- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 15,07% a.a..
- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 4,30% a.a..
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 10,86% a.a..
- Operações indexadas a TJLP com taxa média ponderada de 6% a.a..

Dentro destas operações existem contratos com taxa de juros efetiva de 2,55%, 3,11%, 3,96%, 4,42%, 5,48% e 7,5% a.a., que contemplam os custos de transação, que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Grande parte desses custos de transação referem-se as controladas CELPA (R\$ 2.548), CEMAT (R\$ 6.964), CELTINS (R\$ 2.489) e ENERSUL (R\$ 13.396). Durante o 1º trimestre de 2012 foram amortizados R\$ 2.777 (R\$ 1.572 no 1º trimestre de 2011).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	31/3/2012	31/12/2011
2012	7.619	10.395
2013	7.982	7.982
2014	5.472	5.472
2015	3.142	3.142
2016	1.540	1.540
2017	826	826
2018	215	216
Total	26.796	29.573

f. Investimentos

A controlada CEMAT firmou contratos de empréstimo cujos recursos destinam-se para investimentos conforme abaixo:

- contrato, empréstimo ponte com o Bradesco, assinado em julho/2007, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras subrogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 906, de 2/5/2007, com taxas de juros de 2% a.a. mais a variação de CDI, com pagamentos de juros ocorrendo em abril, agosto e outubro de 2008, e amortização das parcelas de principal mais encargos em 42 meses, vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em junho/2012;
- contrato, empréstimo ponte com o Banco Santander, assinado em março/2008, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras subrogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 897 de 2/5/2007, com taxas de juros de 1,55% a.a. mais a variação de CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 48 meses, vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em dezembro/2012;

Notas Explicativas



- contrato, empréstimo ponte com o ITAÚ BBA, assinado em dezembro/2008 e março/2009, com a finalidade de interligação da região de Juruena ao Sistema Interligado Nacional - SIN, com taxas de juros de 4,3% a.a. mais a variação de CDI, com pagamento único para quitação em junho/2010, no valor R\$ 40.000. Por meio de aditivos, a taxa passou a ser de 4,9% a.a. mais a variação de CDI e pagamentos mensais a partir de junho/2011 com vencimento da última parcela e junho/2016;
- contrato, empréstimo ponte com o Banco Fibra, assinado em agosto/2010, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras subrogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 1.877, de 7/4/2009 com taxas de juros de 4,43% a.a. mais a variação do CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 45 meses vencendo a primeira em dezembro/2011 e a última em agosto/2015.

A controlada Enersul, em novembro de 2001, firmou contrato para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, por meio do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000, a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,2% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias em aval da controladora e interveniência bancária.

Moeda estrangeira:

a. BID: controlada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT - saldo devedor em 31/3/2012 de R\$ 89.590 (R\$ 104.826 em 31/12/2011). Em junho/2006, tomou empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Entre os anos de 2006 a 2008 foram liberados US\$ 114.500 dos recursos dos empréstimos aprovados. Do total liberado, US\$ 75.000 são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”) e US\$ 39.500 são provenientes de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Soci t  G n rale e Banco Ita  Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento ter  o prazo total de nove anos para liquida o, sendo tr s anos de car ncia e mais seis para amortiza o do principal. A parte “B” ter  o prazo total de seis anos para liquida o, sendo tr s anos de car ncia e mais tr s anos para amortiza o. As amortiza es tanto do principal quanto dos encargos ser o trimestrais. O custo da parte “A”   de Libor acrescida de spread de 4,3% a.a. e a parte “B” de Libor acrescida de *spread* de 3,9% a.a. mais varia o cambial. O principal da opera o foi protegido contra as oscila es da varia o cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa n  23).

b. BID: controlada Centrais El tricas do Par  S.A. – CELPA - saldo devedor em 31/3/2012 de R\$ 89.877 (R\$ 111.283 em 31/12/2011). Em junho/2006, assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empr stimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos pr prios do BID (denominados como “A Loan”, ou parte “A”) e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Soci t  G n rale e Banco Ita  Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento ter  o prazo total de 9 anos para liquida o, sendo 3 anos de car ncia e mais 6 para amortiza o do principal. A parte “B” ter  o prazo total de 6 anos para liquida o, sendo 3 anos de car ncia e mais 3 anos para amortiza o. As amortiza es ser o pagas trimestralmente e durante o per odo de car ncia ocorrer o pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte “A”   de Libor acrescida de *spread* de 3,87% a.a. e a parte “B” de Libor acrescida de *spread* de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira libera o da opera o foi protegido contra as oscila es da varia o cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa n  23).

c. BID: controlada Cia de Energia El trica do Estado do Tocantins – CELTINS - saldo devedor em 31/3/2012 de R\$ 99.996 (R\$ 110.199 em 31/12/2011). Em abril/2007, toma empr stimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, sendo liberados US\$ 80.000 dos recursos dos empr stimos aprovados. Do total liberado, US\$ 60.000 s o provenientes de recursos pr prios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”) e US\$ 20.000 s o provenientes de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Soci t  G n ralli e Banco Ita  Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento ter  o prazo total 9 anos para liquida o, sendo 3 anos de car ncia e mais 6 para amortiza o do principal. A parte “B” ter  o prazo total de 6 anos para liquida o, sendo 3 anos de car ncia e mais 3

Notas Explicativas



anos para amortização. As amortizações tanto do principal quanto dos encargos serão trimestrais. O custo da parte "A" é de Libor trimestral acrescida de spread de 3,7% a.a. e a parte "B" de Libor acrescida de spread de 3,3% a.a. mais variação cambial. Parcelas do principal foram protegidas contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 23).

d. Capital de Giro

• **BOND's:** controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA - em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$ 250.000 com taxa de 10,5% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os **BOND's** são negociados na *Irish Stock Exchange* (Bolsa de Valores da Irlanda). Os recursos desta operação serão utilizados para pagamentos de operações de curto prazo e com custos mais altos. A utilização dos recursos, até o final de 31/3/2012, é a seguinte:

Valor liberado	395.987
Comissão de estruturação	(8.286)
Liquidação antecipadas de contratos	(224.882)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jun/2011	(28.037)
Antecipação de parcelas com vencimento em jul/2011	(13.191)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jul/2011	(42.389)
Pagamentos de parcelas com vencimento em ago/2011	(26.632)
Pagamentos de parcelas com vencimento em set/2011	(21.243)
Pagamentos de parcelas com vencimento em out/2011	(22.808)
Pagamentos de parcelas com vencimento em nov/2011	(8.519)
Saldo disponível	-

Esta operação possui uma taxa de juros efetiva de 10,92% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º trimestre de 2012 foram amortizados R\$ 416.

Os custos das transações a serem amortizados são:

Vencimento:	31/3/2012	31/12/2011
2012	1.243	1.658
2013	1.657	1.658
2014	1.657	1.657
2015	1.657	1.657
2016	700	700
Total	6.914	7.330

• **HSBC Bank Brasil S.A.:** controlada ENERSUL - contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro/2011 no valor total de R\$ 80.000 a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 54 parcelas mensais, após carência de 6 meses, vencendo a última parcela em setembro/2016, operação contatada ao custo de 3,5% a.a. acima da variação do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

e. Tesouro Nacional: reestruturação de dívida externa, nas controladas CEMAT e CELPA e ENERSUL, como segue:

Notas Explicativas



CEMAT: acordos estruturados em 18/3/1998 e 22/9/1999, com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortização é semestral.

CELPA: acordo estruturado em 31/12/1997, com taxas de juros pré que variam de 6% a 8% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortização é semestral e final.

ENERSUL: acordo estruturado em março/1997, com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortização é semestral.

Estas reestruturações tem garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida. O depósito em caução é atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos "Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América" ("US\$ Treasury Zero Coupon Bond"), cujo saldo em 31/3/2012 era de R\$ 60.578 (R\$ 60.727 em 31/12/2011).

20.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas controladores e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

20.5. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento				Companhia	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo de transação	31/3/2012	31/12/2011
2013	53.368	-	(223)	53.145	115.304
2014	28.868	-	(111)	28.757	50.617
2015	22.922	-	-	22.922	24.782
2016	3.820	-	-	3.820	18.587
Bônus perpétuo	-	904.847	-	904.847	931.515
Subtotal	108.978	904.847	(334)	1.013.491	1.140.805
Marcação a mercado	-	(443.375)	-	(443.375)	(158.358)
Total	108.978	461.472	(334)	570.116	982.447

Notas Explicativas



Vencimento						Consolidado	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo de transação	Cauções	31/3/2012	31/12/2011	
2013	532.788	39.453	(7.031)	-	565.210	766.223	
2014	476.010	48.838	(7.130)	-	517.718	518.510	
2015	335.925	36.277	(4.799)	-	367.403	366.193	
2016	232.992	11.753	(2.240)	-	242.505	257.384	
2017	174.125	-	(826)	-	173.299	173.300	
2018	147.741	-	(215)	-	147.526	147.528	
2019	71.115	-	-	-	71.115	71.116	
2020	42.940	-	-	-	42.940	42.941	
2021	33.702	-	-	-	33.702	33.703	
2022	18.890	-	-	-	18.890	18.881	
2023	15.012	-	-	-	15.012	15.012	
2024	4.964	80.898	-	(60.578)	25.284	27.562	
Bônus perpétuo	-	904.847	-	-	904.847	931.515	
Subtotal	2.086.204	1.122.066	(22.241)	(60.578)	3.125.451	3.369.868	
Marcação a mercado	-	(443.375)	-	-	(443.375)	(158.358)	
	2.086.204	678.691	(22.241)	(60.578)	2.682.076	3.211.510	

20.6. Movimentação

	Companhia				Total
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2011	528.493	209.290	-	773.157	1.510.940
Ingressos	45.309	-	-	-	45.309
Encargos	23.726	882	23.689	-	48.297
Varição monetária e cambial	380	-	918	(311.685)	(310.387)
Transferências	101.627	(101.627)	-	-	-
Pagamentos de principal	(71.786)	-	-	-	(71.786)
Pagamentos de juros	(14.719)	-	-	-	(14.719)
Marcação a mercado	-	-	-	-	-
Transferência de custo de transação	(99)	99	-	-	-
Apropriação de custo de transação	152	-	-	-	152
Saldo em 31/3/2012	613.083	108.644	24.607	461.472	1.207.806

Notas Explicativas



	Consolidado				Total
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2011	2.011.391	2.267.370	680.340	944.140	5.903.241
Ingressos	82.472	40.000	-	-	122.472
Encargos	108.280	882	38.006	-	147.168
Varição monetária e cambial	425	35	(26.492)	(319.351)	(345.383)
Transferências	241.261	(241.261)	12.497	(12.497)	-
Pagamentos de principal	(304.120)	-	(48.707)	-	(352.827)
Pagamentos de juros	(82.237)	-	(8.297)	-	(90.534)
Marcação a mercado	-	-	-	-	-
Custo de transação	-	-	-	-	-
Transferência de custo de transação	(2.194)	2.194	(414)	414	-
Apropriação de custo de transação	2.777	-	434	-	3.211
Atualizações cauções	-	-	-	150	150
Saldo em 31/3/2012	2.058.055	2.069.220	647.367	612.856	5.387.498

21. FINANCIAMENTO POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO

21.1. Composição

	Consolidado			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
Arrendamento mercantil	18.992	9.540	21.030	12.816
Total moeda nacional	18.992	9.540	21.030	12.816
Moeda estrangeira:				
Arrendamento mercantil	2.811	30.264	3.268	31.479
Subtotal	2.811	30.264	3.268	31.479
Cauções	-	(6.495)	-	(6.687)
Total moeda estrangeira	2.811	23.769	3.268	24.792
Total geral	21.803	33.309	24.298	37.608
Principal	21.585	33.309	24.043	37.608
Encargos	218	-	255	-

Notas Explicativas



21.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	Consolidado			
	31/3/2012	%	31/12/2011	%
Moeda nacional:				
CDI	27.423	96,11	32.301	95,44
PRÉ-FIXADO	1.109	3,89	1.545	4,56
Total moeda nacional	28.532	100,00	33.846	100,00
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	1.604	4,85	1.770	5,09
PRÉ-FIXADO	31.471	95,15	32.977	94,91
Subtotal	33.075	100,00	34.747	100,00
Cauções	(6.495)		(6.687)	
Total moeda estrangeira	26.580		28.060	
Total	55.112		61.906	

21.3. Detalhamento dos arrendamentos financeiros

a. Arrendamento mercantil moeda nacional: contratos com taxa média ponderada de 3,22% a.a. acrescido de CDI e taxa pré com média ponderada de 13,02% a.a., amortização mensal e vencimento da última parcela em maio/2014. A dívida total dos contratos de arrendamento mercantil em 31/3/2012 é de R\$ 28.532 (R\$ 33.846 em 31/12/2011) e seu valor corresponde ao valor presente nesta data.

b. Arrendamento mercantil moeda estrangeira: contrato efetuado pela controlada CEMAT de arrendamento mercantil de aeronaves sendo uma com custo de Libor trimestral acrescido de 3,5% a.a. e a outra com taxa pré de 6,75% a.a. ambas acrescida da variação cambial, com amortizações trimestrais de principal e juros, sendo que a data do último vencimento será em setembro/2020, com garantia de depósito caução de parte da dívida cujo saldo em 31/12/2011 era de R\$ 6.687. A dívida total dos arrendamentos mercantis em 31/3/2012 é de R\$ 26.580 (R\$ 28.060 em 31/12/2011) e seu valor corresponde ao valor presente nesta data.

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Cauções	Consolidado	
				31/3/2012	31/12/2011
2012	15.763	2.096	-	17.859	24.298
2013	11.563	3.723	-	15.286	15.052
2014	1.206	2.636	-	3.842	3.897
2015	-	2.818	-	2.818	2.901
2016	-	3.013	-	3.013	3.102
2017	-	3.222	-	3.222	3.317
2018	-	3.445	-	3.445	3.547
2019	-	3.683	-	3.683	3.792
2020	-	8.439	(6.495)	1.944	2.000
Total	28.532	33.075	(6.495)	55.112	61.906

Notas Explicativas**21.4. Movimentação**

	Consolidado				Total
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2011	21.030	12.816	3.268	24.792	61.906
Ingressos	-	-	-	-	-
Encargos	780	-	537	-	1.317
Variação monetária e cambial	128	(8)	(73)	(908)	(861)
Transferências	3.267	(3.267)	306	(306)	-
Pagamentos de principal	(5.883)	-	(669)	-	(6.552)
Pagamentos de juros	(331)	-	(558)	-	(889)
Atualização cauções	-	-	-	191	191
Transferências cauções	-	-	-	-	-
Amortizações cauções	-	-	-	-	-
Saldo em 31/3/2012	18.991	9.541	2.811	23.769	55.112

21.5. Arrendamentos mercantis operacionais

No 1º trimestre de 2012 as Controladas pagaram um montante de R\$ 3.686 (R\$ 9.556 no 1º trimestre 2011) referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício nas rubricas “Outros Custos de Operações” e “Despesas Gerais e Administrativas”. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011
Até 1 ano	11.954	8.459
de 1 a 5 anos	11.536	14.368
mais de 5 anos	7.376	7.769
Total	30.866	30.596

Notas Explicativas



22. DEBÊNTURES

22.1. Composição

	Companhia			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
4ª Emissão	136.654	246.667	124.337	246.667
Subtotal	136.654	246.667	124.337	246.667
(-) Custo de transação	(585)	(474)	(650)	(587)
Total	136.069	246.193	123.687	246.080
Principal	123.333	246.667	123.333	246.667
Encargos	12.736	(474)	354	(587)
	Consolidado			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
2ª Emissão	88.117	89.838	92.009	109.882
3ª Emissão	22.569	67.149	22.696	72.593
4ª Emissão	154.502	326.378	140.795	330.726
Subtotal	265.188	483.365	255.500	513.201
(-) Custo de transação	(2.600)	(4.402)	(2.700)	(5.049)
Total	262.588	478.963	252.800	508.152
Principal	244.956	483.365	243.185	513.201
Encargos	17.632	(4.402)	9.615	(5.049)

Notas Explicativas



22.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador

	Companhia			
	31/3/2012	(%)	31/12/2011	(%)
Moeda nacional:				
CDI	383.321	100,00	371.004	100,00
Subtotal	383.321	100,00	371.004	100,00
Custo da transação	(1.059)		(1.237)	
Total	382.262		369.767	
	Consolidado			
	31/3/2012	(%)	31/12/2011	(%)
Moeda nacional:				
CDI	630.430	84,22	633.857	82,46
IPCA	118.123	15,78	134.844	17,54
Total	748.553	100,00	768.701	100,00
Custo da transação	(7.002)		(7.749)	
	741.551		760.952	

22.3. Detalhamento das debêntures

Consolidado:**a. Rede Energia**

Distribuição pública de 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures simples da 4ª emissão, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em série única, de emissão da Rede Energia S.A. com valor nominal de R\$ 1 perfazendo o montante de R\$ 370.000. A emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23/10/2009 e a oferta foi registrada na CVM em 22/12/2009, sob o nº CVM/SER/DEB/2009/025.

A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,4% a.a., e o pagamento será feito semestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em junho/2010 e o último pagamento em dezembro/2014.

A amortização das debêntures será realizada em 6 (seis) parcelas semestrais iguais no valor de R\$ 61.666, sendo que o primeiro vencimento ocorrerá em junho/2012 e o último em dezembro/2014.

Esta operação tem taxa efetiva de 3,697% a.a em função dos custos de transação pagos antecipadamente e apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Durante o 1º trimestre de 2012 foram amortizados 178 (R\$ 175 no 1º trimestre de 2011).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Notas Explicativas



Vencimento:	31/3/2012	31/12/2011
2012	472	650
2013	414	414
2014	173	173
Total	1.059	1.237

b. CEMAT

• **2ª emissão:** Em 22/4/2010 em Assembleia Geral Extraordinária, a controlada deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 2ª emissão, não conversíveis em ações, em 13 séries totalizando R\$ 250.000. A emissão foi composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução).

O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos. A primeira série (série CDI) tem carência de pagamento de principal pelos primeiros seis meses e será liquidada a partir de então em 42 prestações mensais. As debêntures da segunda à décima terceira séries (séries IPCA) terão pagamentos nas suas respectivas datas de aniversário (a primeira delas, portanto, terá o seu primeiro pagamento no décimo segundo mês e assim sucessivamente para as demais séries) totalizando também 48 meses a partir da data de emissão, definida como 15/4/2010.

A remuneração das debêntures da 1ª série é de CDI mais 2,75% a.a. e das demais séries são de IPCA mais 9,15% a.a..

Em função da imaterialidade das despesas incorridas para emissão das Debêntures e pagas antecipadamente, as taxas efetivas se equiparam as taxas contratadas. Estas despesas já foram reconhecidas em sua totalidade no resultado da Companhia não tendo, portanto nenhum valor a ser apropriado.

A amortização do principal, para a 1ª série, será mensal a partir do 7º mês da data de emissão. A primeira amortização do principal para as demais séries sucedem-se do 12º ao 23º meses a partir da data de emissão, repetindo-se assim sucessivamente para as demais séries IPCA. A amortização dos juros para a 1ª série será mensal a partir da data de emissão e as demais séries anualmente na mesma data da amortização do principal.

• **3ª emissão:** Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31/3/2011, a Controlada deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 3ª emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$ 98.000. A emissão foi composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução).

O prazo de vencimento é de 5 anos. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago em 54 parcelas mensais e sucessivas. As primeiras 53 parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,8518% do valor nominal, têm a primeira parcela devida em 7/11/2011, com seis meses de carência, e a última em 7/3/2016. A 54ª parcela corresponde ao saldo devedor do valor nominal e será devida na data de vencimento das debêntures, ou seja, 7/4/2016.

Notas Explicativas



O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado. A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,9% a.a. e será paga mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento de encargos financeiros em 7/5/2011 e o último na data de vencimento.

Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 4,83% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º trimestre de 2012 foram amortizados R\$ 294.

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012	783	1.077
2013	791	792
2014	519	519
2015	295	295
2016	51	50
Total	<u>2.439</u>	<u>2.733</u>

Os recursos obtidos por meio destas emissões serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da controlada.

● **4ª emissão:** Em 5/10/2011 em Assembleia Geral Extraordinária, a Controlada deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 4ª emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante total de no mínimo R\$ 50.000 e máximo R\$ 100.000. A emissão será composta de no mínimo 500 e no máximo 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 100.

Em 19/10/2011 foram emitidas 1.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo um total de R\$ 100.000.

O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto em 19/10/2017. O pagamento será em 69 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 68 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1ª parcela em 19/2/2012 e a 69ª parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/10/2017.

A remuneração das debêntures é de 100% do CDI mais 3,75% a.a. e será paga mensalmente, a partir da data de emissão, no dia 19 de cada mês.

Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 5,54% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º trimestre de 2012 foram amortizados R\$ 275.

Os custos de transação a serem amortizados são:

Notas Explicativas

Vencimento:	31/3/2012	31/12/2011
2012	779	1.053
2013	926	927
2014	768	768
2015	574	574
2016	356	356
2017	101	101
Total	3.504	3.779

Os recursos obtidos por meio desta emissão serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da Companhia.

22.4. Vencimento das parcelas do longo prazo (principal e encargos)

Vencimento:	Companhia			
	Moeda nacional	Custo de transação	31/3/2012	31/12/2011
2013	123.334	(301)	123.033	122.919
2014	123.333	(173)	123.160	123.161
Total	246.667	(474)	246.193	246.080

Vencimento:	Consolidado			
	Moeda nacional	Custo de transação	31/3/2012	31/12/2011
2013	214.660	(1.566)	213.094	238.004
2014	190.388	(1.460)	188.928	193.207
2015	39.168	(869)	38.299	38.299
2016	24.652	(406)	24.246	24.246
2017	14.497	(101)	14.396	14.396
Total	483.365	(4.402)	478.963	508.152

22.5. Movimentação

	Companhia		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	123.687	246.080	369.767
Encargos	12.317	-	12.317
Transferência	-	-	-
Pagamentos de juros	-	-	-
Transferência de custo de transação	(113)	113	-
Amortização de custo de transação	178	-	178
Saldo em 31/3/2012	136.069	246.193	382.262

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	252.800	508.152	760.952
Ingressos			-
Encargos	23.248	-	23.248
Varição monetária	1.989	(901)	1.088
Transferência	28.935	(28.935)	-
Pagamentos de principal	(28.817)	-	(28.817)
Pagamentos de juros	(15.667)	-	(15.667)
Transferência de custo de transação	(647)	647	-
Amortização de custo de transação	747	-	747
Saldo em 31/3/2012	262.588	478.963	741.551

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia e suas Controladas ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão, em sua maioria diretamente com instituições financeiras de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia e de suas Controladas não possuem verificadores nem chamada de margens.

a. Valor de mercado

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor justo. Na rubrica de consumidores (vide nota explicativa nº 7) foi apurado uma perda estimada no valor recuperável, assim, o valor recuperável pode ser considerado uma estimativa de seu valor justo. Os ativos financeiros – bens da concessão (vide nota explicativa nº 16.1) representa os investimentos não depreciados, assim a Companhia estima que o valor justo dos mesmos é próximo ao valor contábil. As operações com partes relacionadas estão a valor justo.

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro a seguir, incluem os valores de capital de giro em reais (CDI, IPCA, TJLP, TR e pré), BNDES (URTJPL e Pré), *Unit Notes*, BID, Bônus Perpétuo e Capital de Giro em moeda estrangeira (*bonds*), conforme demonstrados na nota explicativa nº 20.1. Na opinião da Administração os empréstimos, financiamentos e debêntures, os quais estão mensurados pelo custo amortizados, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das Demonstrações Financeiras, portanto o saldo devedor está reconhecido por um montante próximo ao seu valor justo. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente são muito baixas.

Em função da recuperação judicial da controlada CELPA (vide nota explicativa nº 1), os empréstimos e financiamentos e operações com swap apresentados no quadro a seguir relativos a esta controlada não estão mensurados a valor justo.

Notas Explicativas



			Companhia				
			31/3/2012		31/12/2011		
Nota	Categoria		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativos Financeiros							
	Caixa e equivalentes de caixa	6	Valor justo por meio de resultado	78.313	78.313	77.971	77.971
	Títulos a receber	-	Empréstimos e recebíveis	23.003	23.003	25.093	25.093
	Partes relacionadas	13	Empréstimos e recebíveis	492.301	492.301	484.998	484.998
	Operações de opções	23	Valor justo por meio de resultado	1.240	1.240	7.662	7.662
	Operações a termo	23	Valor justo por meio de resultado	1.133	1.133	-	-
Passivos Financeiros							
	Fornecedores	17	Mensurado pelo custo amortizado	13	13	81	81
	Empréstimos e financiamentos	20	Mensurado pelo custo amortizado	721.727	721.727	737.783	737.783
	Bônus Perpétuo	20	Valor justo por meio de resultado	486.079	486.079	773.157	773.157
	Debêntures	22	Mensurado pelo custo amortizado	382.262	382.262	369.767	369.767
	Partes relacionadas	13	Mensurado pelo custo amortizado	538.204	538.204	515.528	515.528
	Operações de opções	23	Valor justo por meio de resultado	826	826	6.150	6.150

			Consolidado				
			31/3/2012		31/12/2011		
Nota	Categoria		Contábil	Valor de mercado	Contábil	Valor de mercado	
Ativos Financeiros							
	Caixa e equivalentes de caixa	6	Valor justo por meio de resultado	722.721	722.721	686.083	686.083
	Consumidores	7	Empréstimos e recebíveis	2.053.459	2.053.459	2.047.931	2.047.931
	Títulos a receber	-	Empréstimos e recebíveis	119.428	119.428	121.546	121.546
	Partes relacionadas	13	Empréstimos e recebíveis	496.724	496.724	490.811	490.811
	Sub-rogação CCC	11	Empréstimos e recebíveis	294.096	294.096	292.820	292.820
	Ativo financeiro - bens da concessão	16	Empréstimos e recebíveis	1.947.443	1.947.443	1.895.364	1.895.364
	Operações de swap	23	Valor justo por meio de resultado	635	635	-	-
	Operações de opções	23	Valor justo por meio de resultado	2.052	2.052	7.662	7.662
	Operações a termo	23	Valor justo por meio de resultado	1.133	1.133	-	-
Passivos Financeiros							
	Fornecedores	17	Mensurado pelo custo amortizado	1.143.024	1.143.024	823.548	823.548
	Empréstimos e financiamentos	20	Mensurado pelo custo amortizado	4.901.419	4.901.419	5.130.084	5.130.436
	Bônus perpétuo	20	Valor justo por meio de resultado	486.079	486.079	773.157	773.157
	Financiamento por arrendamento financeiro	21	Mensurado pelo custo amortizado	55.112	55.112	61.906	61.906
	Debêntures	22	Mensurado pelo custo amortizado	741.551	741.551	760.952	760.952
	Partes relacionadas	13	Mensurado pelo custo amortizado	174.402	174.402	177.537	177.537
	Operações de swap	23	Valor justo por meio de resultado	196.392	196.392	208.349	208.349
	Operações de opções	23	Valor justo por meio de resultado	826	826	6.150	6.150

Notas Explicativas**Hierarquia do valor justo:**

	Companhia					
	31/3/2012			31/12/2011		
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Valor contábil	Nível 1	Nível 2
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	78.313	4.019	72.294	77.971	924	77.047
Instrumentos financeiros derivativos	2.373	-	2.373	7.662	-	7.662
Passivos						
Bônus perpétuos	486.079	486.079	-	773.157	773.157	-
Instrumentos financeiros derivativos	826	-	826	6.150	-	6.150
	Consolidado					
	31/3/2012			31/12/2011		
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Valor contábil	Nível 1	Nível 2
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	722.721	264.393	458.328	686.083	128.457	557.626
Instrumentos financeiros derivativos	3.820	-	3.820	7.662	-	7.662
Passivos						
Bônus perpétuos	486.079	486.079	-	773.157	773.157	-
Instrumentos financeiros derivativos	197.218	-	197.218	214.499	-	214.499

A Companhia e suas Controladas não possuem nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo nível 3.

b. Política de utilização de instrumentos derivativos

A Companhia e suas Controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas, por intermédio das superintendências financeiras de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia e de suas Controladas.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros com derivativos embutidos.

c. Obrigações expostas a variação cambial

Por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados pela Companhia e suas Controladas CEMAT, CELPA e CELTINS, instrumentos financeiros derivativos, contratos de *swap*, objetivando mitigar significativamente os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos: *Unit Notes*, BID e Juros sobre Bônus Perpétuos.

Notas Explicativas



d. Composição dos saldos de swap registrados em contas patrimoniais

Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	Valor nominal 2012	Valor justo	
				31/3/2012	31/12/2011
Swap BID					
Banco Société Générale (b)		Fev/2012	7.350	(14.873)	(13.502)
Ponta ativa	USD + 0%	a Mai/2015		6.120	12.580
Ponta passiva	IGPM + 4,88%			20.993	26.082
Banco Itaú BBA S.A.(b)		Fev/2012	31.192	(39.098)	(39.332)
Ponta ativa	USD + 0%	a Mai/2015		27.048	38.273
Ponta passiva	IGPM + 4,41%			66.146	77.605
Itaú Unibanco S.A. (b)		Fev/2012	46.954	(49.670)	(46.367)
Ponta ativa	USD + 0%	a Mai/2015		40.497	45.266
Ponta passiva	IGPM + 4,60%			90.167	91.633
JP Morgan S.A. (b)		Fev/2012	40.247	(41.900)	(39.093)
Ponta ativa	USD + 0%	a Mai/2015		38.426	38.801
Ponta passiva	IGPM + 4,49%			80.326	77.894
Total BID				(145.541)	(138.294)
Swap Unit Notes					
Itaú Unibanco S.A. (b)				(17.579)	(36.856)
Ponta ativa				-	31.360
Ponta passiva				-	68.216
Saldos pendentes a pagar				(17.579)	-
Merrill Lynch (b)				(31.753)	(31.294)
Ponta ativa				-	31.360
Ponta passiva				-	62.654
Saldos pendentes a pagar				(31.753)	-
Total Unit Notes				(49.332)	(68.150)
Swap capital de giro					
Banco ABC S.A.		Abr/2012	4.727	(16)	(46)
Ponta ativa	CDI + 5,41%	a Jul/2012		4.197	7.579
Ponta passiva	CDI + 7,19%			4.213	7.625
HSBC Bank Brasil S.A.		Abr/2012	80.000	635	(524)
Ponta ativa	CDI + 3,51%	a Set/2016		86.119	110.802
Ponta passiva	132,00% do CDI + Var TJLP			85.484	111.326
Banco Pine S.A.		Abr/2012	8.333	(1.503)	(1.335)
Ponta ativa	CDI + 4,50%	a Fev/2015		8.915	9.720
Ponta passiva	IGPM + 17,60%			10.418	11.055
Total capital de giro				(884)	(1.905)
TOTAL GERAL				(195.757)	(208.349)
Ativo circulante				635	-
Passivo circulante				(115.560)	(127.538)
Passivo não circulante				(80.832)	(80.811)

Obs.: Os valores das operações com swap registradas nas contas patrimoniais da controlada CELPA estão atualizadas até 29/2/2012 em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1).

Notas Explicativas

(a) Para mais informações sobre as dívidas em questão, vide nota explicativa nº 20.

(b) Os contratos de derivativos com vencimento em fevereiro/2012 da Controlada CEMAT, no montante de R\$ 29.550, estão em aberto e sendo renegociados com as respectivas instituições financeiras.

Vencimento das parcelas do não circulante:

Vencimento:	31/3/2012	31/12/2011
2013	25.049	32.069
2014	36.903	32.310
2015	18.880	16.432
Total	80.832	80.811

Movimentação das contas patrimoniais de operações com swap:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	(127.538)	(80.811)	(208.349)
Atualização	(13.748)	(3.599)	(17.347)
Transferências	(8.002)	8.002	-
Pagamentos	35.305	-	35.305
Ajuste marcação a mercado	(942)	(4.424)	(5.366)
Saldo em 31/3/2012	(114.925)	(80.832)	(195.757)

Resultado com derivativos

O resultado efetivo decorrente de operações de instrumentos financeiros derivativos é apresentado na nota explicativa nº 35 "Resultado Financeiro".

e. Composição dos saldos de Opções registrados em contas patrimoniais

Objetivo de proteção parcial de valorização do US\$	Cotação US\$	Vencimento	Valor nocional	Companhia	
				31/3/2012	31/12/2011
Opções juros bônus perpétuos					
HSBC Bank Brasil S.A.				-	1.111
Ponta ativa - Opção de compra				-	3.549
Ponta passiva - Opção de venda				-	-
Ponta passiva - Opção de compra				-	2.438
HSBC Bank Brasil S.A.		abr/12		414	401
Ponta ativa - Opção de compra	1,6200		13.812	1.240	4.113
Ponta passiva - Opção de venda	1,6200		13.812	-	1
Ponta passiva - Opção de compra	1,6500		13.812	826	3.711
Total juros bônus perpétuos				414	1.512
Ativo circulante				1.240	7.662
Passivo circulante				(826)	(6.150)

Notas Explicativas



				Consolidado	
				Valor justo	
Objetivo de proteção parcial de valorização do US\$	Cotação US\$	Vencimento	Valor nocional	31/3/2012	31/12/2011
Opções juros bônus perpétuos					
HSBC Bank Brasil S.A.				-	1.111
Ponta ativa - Opção de compra				-	3.549
Ponta passiva - Opção de venda				-	-
Ponta passiva - Opção de compra				-	2.438
HSBC Bank Brasil S.A.		abr/12		414	401
Ponta ativa - Opção de compra	1,6200		13.812	1.240	4.113
Ponta passiva - Opção de venda	1,6200		13.812	-	1
Ponta passiva - Opção de compra	1,6500		13.812	826	3.711
Total juros bônus perpétuos				414	1.512
Opções BID					
HSBC Bank Brasil S.A.					
Ponta ativa - Opção de compra	1,9534 a 2.1663		31.433	813	-
Total BID				813	-
Total				1.227	1.512
Ativo circulante				2.053	7.662
Passivo circulante				(826)	(6.150)

Movimentação das contas patrimoniais de Operações com Opções:

	Companhia		
	Ativo circulante	Passivo circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	7.662	(6.150)	1.512
Pagamentos	-	829	829
Recebimentos	(829)	-	(829)
Ajuste marcação a mercado	(5.593)	4.495	(1.098)
Saldo em 31/3/2012	1.240	(826)	414
	Consolidado		
	Ativo circulante	Passivo circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	7.662	(6.150)	1.512
Pagamentos	1.905	829	2.734
Recebimentos	(829)	-	(829)
Ajuste marcação a mercado	(6.686)	4.495	(2.191)
Saldo em 31/3/2012	2.052	(826)	1.226

Notas Explicativas



f. Composição dos saldos de Operações a Termo registrados em contas patrimoniais

Objetivo de proteção parcial de valorização do US\$	Cotação US\$	Vencimento	Companhia e Consolidado	
			Valor Nocial	Valor justo 31/3/2012
Operações a Termo juros bônus perpétuo				
HSBC Bank Brasil S.A.				
NDF	1,8155	jul/12	13.812	596
NDF	1,8525	out/12	13.812	537
Total juros bônus perpétuos				1.133
Ativo circulante				1.133

g. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos de *swap*, opções e contrato a termo (NDF). Para a apuração do valor justo do *swap*, foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cálculo do valor justo do *swap*, baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Para o valor justo das opções e contrato a termo foi utilizado o modelo de precificação *Black-Sholes*. A mensuração é considerada nível 2 na hierarquia do valor justo.

h. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

Tesouro Nacional: Os administradores da Companhia e suas Controladas não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuir garantias do principal da dívida em forma de caução em dinheiro (US\$) (vide nota explicativa nº 20). Esta garantia destina-se exclusivamente a liquidação do principal da dívida com vencimento em abril/2024, não se permitindo o ressarcimento de tais garantias em amortizações antecipadas.

Capital de Giro – BOND'S: O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 13/6/2011, adiou a decisão de contratação ou não de mecanismos de proteção cambial (contratação de *hedge*) para esta operação, até que fosse integralmente internado o valor da emissão, bem como, até que a Diretoria Executiva da Companhia apresentasse estudos e análises de propostas em reunião que se realizaria no prazo máximo de 60 dias contados daquela data. Em reunião realizada no dia 8/11/2011 o Conselho de Administração, face a instabilidade e volatilidade do mercado financeiro naquele momento, deliberou pela não contratação de mecanismos de proteção cambial e estabeleceu que o assunto poderá ser recanalizado a qualquer tempo a pedido dos Conselheiros.

Arrendamento Mercantil: Corresponde a 2 contratos de arrendamento mercantil de aeronaves que estão expostos a variação do dólar com garantias do principal da dívida em forma de caução em dinheiro (US\$) (vide nota explicativa nº 21).

Em razão do prazo e dos valores das parcelas, a Administração está acompanhando o mercado com o objetivo de verificar a necessidade de contratar *hedge* para esses contratos.

i. Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008 é apresentado a seguir o quadro da análise de sensibilidade de todas as posições de instrumentos derivativos abertos em 31/3/2012. Os *swaps* da

Notas Explicativas



Companhia e de suas controladas, em sua maioria, celebram uma troca de fluxos de caixa, onde ela se compromete a pagar a variação do CDI ou IGP-M, recebendo a variação do dólar.

Como as operações de *swap* visam proteger dívidas vinculadas a moeda estrangeira, a ponta cambial não apresenta riscos significativos, pois eventuais alterações serão compensadas pela dívida subjacente. Logo, a variável que pode gerar prejuízos e que será sensibilizada é o CDI ou IGP-M, embora a liquidação, quando ocorrer, será pela diferença entre as pontas. Devido a natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável é utilizada as condições consideradas como prováveis pela Administração, estas foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&FBovespa para cada vencimento, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor justo apresentado no item d.

Para as operações de *Zero Cost Strategy*, que visam a proteção parcial contra a desvalorização do dólar no pagamento das duas próximas parcelas de juros do Bônus Perpétuo, a Companhia definiu como cenário provável as condições atuais do taxa de dólar e, para o cenário possível e remoto, uma deterioração nas taxas do dólar de 25% e 50%, respectivamente.

Em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº1) a controlada CELPA não incorpora no quadro da análise de sensibilidade as suas posições de instrumentos derivativos (*swap*) em aberto em 31/3/2012, tendo em vista que os mesmos se encontram atualizados até fevereiro de 2012.

		31/3/2012		
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Risco	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Swap BID				
Banco Société Générale	IGPM + 4,88%	(47)	(58)	(70)
Banco Itaú BBA S.A.	IGPM + 4,41%	(1.402)	(1.772)	(2.150)
Itaú Unibanco S.A.	IGPM + 4,60%	(906)	(1.148)	(1.391)
J.P. Morgan	IGPM + 4,49%	(6.752)	(8.555)	(10.359)
Total BID		(9.107)	(11.533)	(13.970)
Swap capital giro				
HSBC Bank of Brasil S.A.	132% do CDI + Var TJLP	(2.579)	(3.986)	(5.260)
Total capital giro		(2.579)	(3.986)	(5.260)
Total geral		(11.686)	(15.519)	(19.230)

Notas Explicativas

31/3/2012

Objetivo de proteção parcial de valorização US\$	Risco	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Opções juros bônus perpétuos				
HSBC Bank Brasil S.A.	Apreciação US\$	(414)	3.481	6.629
Total juros bônus perpétuos		(414)	3.481	6.629
Opções BID				
HSBC Bank Brasil S.A.	Apreciação US\$	(144)	(1)	-
Total BID		(144)	(1)	-
Total geral		(558)	3.480	6.629

23.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado por meio de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia e de suas Controladas

23.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas Controladas possuem procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia e suas Controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e de suas Controladas é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 7.1). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 7.2). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, que possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, conseqüentemente, contratação de *hedge*, em sua maioria junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas



As operações de *hedge* cambial estão atreladas, em sua maioria ao IGP-M. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia e de suas Controladas.

Os principais riscos de mercado que podem afetar o resultado da Companhia e suas controladas é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

As Controladas também apresentam risco cambial referente a compra de energia elétrica de Itaipu Binacional, pois os preços são em dólares. Todavia, a compra dessa energia faz parte da Parcela "A" que tem sua recuperação garantida. Assim, no caso de uma expressiva valorização cambial, o fluxo de caixa das Controladas poderão sofrer variações significativas.

O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor que o *swap* cambial, isto se deve pelo pagamento antecipado de parte do *Unit Notes* e pela não contratação de *hedge* para a operação de *BOND's* (vide nota explicativa nº 20).

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas nº 6, nº 20, nº 21 e nº 22.

Para os ativos e passivos financeiros foi fixado um período de um ano para verificação do impacto no resultado financeiro, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Com relação aos derivativos, representados por *swaps* que visam proteger dívidas em moeda estrangeira, a ponta passiva foi sensibilizada no item "f - teste de sensibilidade", enquanto a ponta ativa se encontra sensibilizada no quadro a seguir.

- **Risco cambial**

Exposição e análise de sensibilidade para operações denominadas em dólar:

	Consolidado			
	Exposição líquida	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros				
Recebíveis	67.073	4.747	22.702	40.657
Passivos Financeiros				
Mensurado pelo valor justo através do resultado	118.592	8.394	40.140	71.886
Mensurado pelo custo amortizado	(784.834)	(55.549)	(265.645)	(475.740)
Total	(599.169)	(42.408)	(202.803)	(363.197)

Para fins de exposição líquida para operações denominadas em dólar, bem como, para a realização da análise de sensibilidade, a Companhia e suas Controladas consideraram os instrumentos de proteção conjuntamente com os itens que geram exposição cambial.

O quadro acima não contempla os bônus perpétuos emitidos em dólares pela Companhia (vide nota explicativa nº 20.3). Estes são mensurados pelo valor justo com contrapartida no resultado. O valor justo dos mesmos representa sua cotação na data, convertida pela taxa de conversão do dólar, contudo não se pode quantificar sua exposição ao risco cambial. A exposição cambial, de maneira geral, é balanceada pela cotação do bônus, em outras palavras, a cotação dos títulos tende a ter correlação

Notas Explicativas



inversa à cotação do dólar. Quanto maior a cotação do dólar frente ao real, maior o risco de crédito próprio da Companhia, logo a cotação tende a cair. A cotação ainda esta sujeita a variações nas condições econômicas no Brasil e no exterior.

• Risco de indexadores

O risco de indexadores relativos aos empréstimos e financiamentos da controlada CELPA não estão contido no quadro abaixo uma vez que os mesmos foram atualizados até fevereiro/2012 em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1).

	Companhia		
	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
CDI	(418)	1.254	2.927
Passivos Financeiros			
TJLP	-	(2.052)	(4.104)
CDI	5.706	(17.119)	(39.945)
Total	5.288	(17.917)	(41.122)

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
CDI	(2.440)	7.319	17.077
TR	-	44	88
Passivos Financeiros			
TJLP	-	(2.289)	(4.577)
CDI	15.389	(46.166)	(107.721)
IPCA	488	(1.516)	(3.519)
IGPM	(1.357)	(3.003)	(4.650)
Total	12.080	(45.611)	(103.302)

c. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e de suas Controladas enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas Controladas monitoram o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Considerando que, com a exceção dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, os saldos que representam riscos de liquidez naquela data estavam todos classificados no curto prazo e que esses valores em virtude do segmento e fluxo financeiro da Companhia e suas Controladas não são significativos. A Administração abriu por faixa de vencimento somente as operações de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures que estão sendo apresentados nas notas explicativas nº 20.5, nº 21.3 e nº 22.3.

Notas Explicativas



d. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*): Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de suas Controladas estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

A Administração acompanha tempestivamente esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário.

Na controlada CELPA, em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1), estas condições estão suspensas.

23.3. Gerenciamento de riscos relacionados às operações da Companhia e suas Controladas

Nossas receitas operacionais podem ser afetadas positivamente ou negativamente por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

A ANEEL utiliza, para controle de qualidade dos serviços prestados, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). As Controladas adotam medidas visando o cumprimento desses indicadores, como a implementação de ações estruturais de logística do atendimento das regiões mais afastadas e planos de melhorias para as regiões metropolitanas. O descumprimento desses indicadores resultam em multas.

a. Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

b. Gerenciamento de risco de compra de energia

A contratação de energia elétrica está atrelada à estudos e projeções de demanda de energia elétrica. Caso as Controladas da Companhia comprem energia além do necessário, estarão sujeitas a penalidades impostas pela ANEEL e ainda obrigadas a adquirir energia no mercado de curto prazo, cujo preço pode ser mais elevado que a tarifa média de compra regulada das distribuidoras, para atender à demanda dos consumidores. Caso as Controladas da Companhia comprem energia além do necessário, poderão não conseguir repassar integralmente às suas tarifas os custos advindos dessas contratações incorretas, se exceder em mais de 3% sua contratação de energia em relação ao mercado consumidor das Controladas da Companhia.

A Administração das Controladas da Companhia monitoram mensalmente os desvios entre a energia requerida e a contratada, a fim de mitigar o risco na operacionalização de compra de energia.

Notas Explicativas



c. Risco de não renovação das concessões

As Controladas da Companhia possuem concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia e suas Controladas ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão, em sua maioria diretamente com instituições financeiras de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia e de suas Controladas não possuem verificadores nem chamada de margens, sendo liquidados integralmente no vencimento.

24. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	64.866	31.479
Compensação Financeira Utilização Recursos Hidricos - CFURH	320	304
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	45.942	25.219
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	157.202	92.363
Taxa de fiscalização - ANEEL	221	222
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	78.341	40.556
Outras	553	588
Total	347.445	190.731

25. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão das Controladas estabelece a obrigação em aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas estão definidas pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.525	2.193	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	1.106	1.075	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	36.133	33.732	53.011	50.883
Programa de Eficiência Energética - PEE	76.635	70.197	86.292	82.581
Total	116.399	107.197	139.303	133.464

Notas Explicativas

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D, por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

26. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – TRABALHISTAS

	Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011
Provisões sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	52.636	42.208
Provisão de impostos sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	16.959	12.112
Total	69.595	54.320

27. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FISCAIS

	Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011
Imposto de renda	16.669	-
Contribuição social	5.881	-
Total	22.550	-

Notas Explicativas



28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Está representada da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/3/2012			31/12/2011		
	Provisão		Depósitos judiciais	Provisão		Depósitos judiciais
No exercício	Saldo acumulado	No exercício		Saldo acumulado		
Cíveis - Consumidores (a)	1.587	15.902	25.561	642	14.315	20.675
Trabalhistas (b)	2.876	64.897	76.200	31.921	62.021	66.847
Fiscais: (c)						
COFINS	-	-	3.149	-	-	3.149
PIS	-	45.662	46.048	-	45.662	46.047
Imposto de renda	-	-	4.914	-	-	4.522
Contribuição social	-	-	903	-	-	774
Previdência social	-	-	3.195	-	-	3.195
ICMS	-	-	6.309	-	-	6.183
Outros	-	190	642	1	190	895
Subtotal	-	45.852	65.160	1	45.852	64.765
Total	4.463	126.651	166.921	32.564	122.188	152.287

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2011	14.315	62.021	45.852	122.188
Constituição	2.013	3.840	-	5.853
Baixas/reversão	(426)	(964)	-	(1.390)
Saldo em 31/3/2012	15.902	64.897	45.852	126.651
Contingências passivas possíveis de perda (d):				
31/12/2011	79.774	43.971	104	123.849
31/3/2012	81.631	41.620	115	123.366

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, de maneira geral, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas Companhias reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pelas Companhias, conforme avaliação de seus

Notas Explicativas



advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pelas Companhias dos valores provisionados, na hipótese de as Companhias serem vencidas nas ações.

(c) Na Controlada CEMAT, dos processos em curso, o processo administrativo decorrente de Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM nº 16741001600003200516 foi julgado parcialmente procedente, cancelando parte da penalidade. O saldo remanescente foi objeto de pedido de compensação que aguarda análise da Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso. O AIIM nº 16741001600012200811 tem por objeto os valores de ICMS sobre a demanda contratada que deixaram de ser recolhidos por força de liminares concedidas em ações ajuizadas por usuários de energia. Os Autos de Infração AIIM nº 16741001600008200810 e 117956001600001200712 referem-se a crédito supostamente indevido do diferencial de alíquota de ICMS relativo à aquisição de mercadorias destinadas ao ativo permanente da empresa. Se a CEMAT não sair vencedora nesses processos administrativos, ingressará com ação judicial para anular os referidos autos de infração. Estas infrações têm probabilidade de perda remota para a CEMAT.

A Controlada CELTINS sofreu autuação pela Secretaria da Receita Federal, com a aplicação de multa isolada por alegada compensação de tributos de forma não autorizada pela legislação. Foram apresentados impugnação e recurso que aguardam julgamento na esfera administrativa e estimamos em aproximadamente 3 anos o julgamento. Se a CELTINS não sair vencedora nesse processo administrativo, ingressará com ação judicial para anular o referido auto de infração. Esta infração tem probabilidade de perda remota para a CELTINS.

A Controlada EEB sofreu autuação pela Secretaria da Receita Federal, em razão de considerar dedutíveis determinadas despesas financeiras decorrentes de empréstimos financeiros. Foi apresentada impugnação que aguarda julgamento na esfera administrativa e estima-se em aproximadamente 3 anos a decisão final administrativa. Após apresentados todos os recursos, caso a decisão final na esfera administrativa seja desfavorável, a EEB ingressará com ação judicial visando à anulação da autuação. Esta infração tem probabilidade de perda remota para a EEB.

O Mandado de Segurança Coletivo nº 71805305012977-8 foi impetrado pelo SIESP (Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo), representando as Controladas Caiuá, CNEE, EDEVP e EEB, com o objetivo de afastar a exigência indevida do ICMS incidente sobre as parcelas da Subvenção Econômica Baixa Renda, recebidas de acordo com a Lei nº 10.604/2002. Os valores em discussão estão sendo depositados em juízo, de acordo com o recebimento das respectivas parcelas. A segurança foi denegada em primeira instância. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo do recurso de apelação interposto pelo SIESP.

As ações judiciais de natureza tributária da controlada ENERSUL possuem depósito judicial. Dentre elas, destaca-se a ação sobre PIS, que discute a inconstitucionalidade de sua cobrança, em vista do disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal, cujo valor também está depositado judicialmente.

(d) As Controladas também apresentaram os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pelas Controladas. A natureza dos principais processos judiciais é similar aos itens (a) e (b) mencionados anteriormente. As ações judiciais de natureza trabalhista e cível cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria as discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.

Notas Explicativas**29. INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS**

Vencimento	Circulante			
	PCCS	Plano Bresser	31/3/2012	Total 31/12/2011
2012	20.211	93.148	113.359	120.450
Ajuste a valor presente (a)	(430)	(947)	(1.377)	(1.993)
Total	19.781	92.201	111.982	118.457

(a) A Controlada CELPA procedeu ao cálculo do AVP projetando as parcelas da dívida pela taxa INPC/IBGE e descontando pela taxa SELIC projetada segundo a expectativa apresentada no boletim FOCUS. Foi elegida a taxa SELIC projetada como taxa de desconto por se considerar que esta reflete os juros compatíveis com a natureza, riscos da dívida, levando em conta as taxas de mercado praticadas na data da transição da Lei nº 11.638/2007. Tendo em vista a natureza e complexidade dos cálculos da indenização, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foram omitidas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

Plano Bresser

Em 21/12/2004 a Controlada CELPA e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará firmaram acordo referente à ação judicial que transitava na 4ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava 26,06% de reajuste sobre os salários congelados em junho de 1987, denominado Plano Bresser, homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 370.000, sujeito à atualização pela variação acumulada do INPC/IBGE, pagáveis mensalmente até 25/8/2012.

No período findo em 31/3/2012, o impacto no resultado da Controlada relativo à atualização monetária foi de R\$ 3.386 (R\$ 13.629 em 31/12/2011).

Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)

Em 18/12/2008 foi homologado o acordo entre a Controlada CELPA e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará referente à ação judicial que transitava na 12ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava a anulação das alterações feitas na estrutura do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 75.000, sujeito a atualização anual pela variação acumulada do INPC/IBGE nos doze meses anteriores, pagáveis mensalmente até 20/12/2012.

No exercício findo em 31/3/2012, o impacto no resultado da Controlada relativo à atualização monetária foi de R\$ 1.264 (R\$ 2.525 em 31/12/2011).

Notas Explicativas



30. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Convênios de arrecadação	5.460	5.562	-	-
Taxa de iluminação pública	36.755	47.472	-	-
Multas regulatórias (a)	41.303	-	-	-
Adiantamento de consumidores	29.393	32.517	11.404	11.404
Empréstimo compulsório - Eletrobrás	788	789	-	-
Encargos tarifários (b)	31.686	32.017	-	-
Aquisição de acervo	56	56	2.938	2.938
Reserva para reversão/amortização (c)	-	-	8.249	8.249
Rede Lajeado Energia S.A. (d)	4.207	4.106	23.195	23.692
C. R. Almeida S.A. - Engenharia e Construções (e)	31.320	31.502	-	2.757
MBAC Fertilizantes Ltda. (f)	-	-	11.725	3.608
Encargos ex-isolados	3.085	2.987	-	-
Uso do Bem Público	214	214	2.659	2.712
Subvenção PIS - CCC	-	-	11.124	10.428
Subvenção COFINS - CCC	-	-	51.236	48.030
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	4.725	3.018	12.543	14.245
Entidades seguradoras	800	779	-	-
Outros credores	18.706	12.648	9.390	9.737
Total	208.498	173.667	144.463	137.800

(a) Refere-se a passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Pelo fato da Companhia ter entrado com o pedido de recuperação judicial em 29/2/2012, todos os valores cujo fato gerador ocorreram antes do protocolo do pedido devem compor o saldo dos credores cujo pagamento será aprovado pela assembléia de credores dentro nos prazos e condições legais.

(b) Refere-se a encargos de capacidade emergencial e encargos de aquisição de energia elétrica.

(c) Refere-se a recursos das Controladas aplicados até 31/12/1971, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica, nos termos do regulamento da legislação vigente.

(d) Referem-se a saldos de contratos de conta corrente entre a Companhia e a Controlada relativa Tangará Energia S.A. com a Rede Lajeado Energia S.A., firmado em 31/8/2004, com prazo de pagamento de 120 meses, tendo carência de 18 meses para o início do pagamento. A remuneração é de 100% CDI.

Notas Explicativas



(e) Refere-se ao parcelamento da Controlada relativa CELPA da ação ordinária de indenização de autos nº 193.1.002606-0 junto a C.R. Almeida S.A. – Engenharia e Construções, a ser pago em 50 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo IGP-M acrescidas de juros de 6% ao ano.

(f) Contrato firmado entre a Controlada relativa CELTINS com a MBAC Fertilizantes Ltda., onde a mesma adiantará o valor de R\$ 23.000 para a viabilização da construção de 191km de linhas de distribuição de energia elétrica na tensão de 138kv, a partir da subestação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical até a cidade de Arraias. Este valor será devolvido à MBAC Fertilizantes Ltda. após a conclusão da obra em 51 parcelas corrigidas pela variação do IPCA.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – COMPANHIA

31.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31/3/2012 é de R\$ 1.343.974 (R\$ 1.343.974 em 31/3/2012) e sua composição é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Emp. de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	243.735	82,87	47.380	35,76	291.115	68,24
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	43.614	14,83	6.680	5,04	50.294	11,79
Outros	6.761	2,30	78.422	59,19	85.183	19,97
	294.110	100,00	132.482	100,00	426.592	100,00

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos pagos às ações preferenciais correspondem a 10% superiores àqueles pagos às ações ordinárias.

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto. As ações preferenciais serão inconversíveis em ações ordinárias e não terão direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial fará jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

Notas Explicativas**31.2. Transações de capital**

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ajustes de avaliação patrimonial na controlada Tangará Energia S.A.	26.485	26.485
	<u>26.485</u>	<u>26.485</u>

31.3. Outros resultados abrangentes

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Reserva de reavaliação	363.725	372.873
Custo atribuído	27.102	27.353
	<u>390.827</u>	<u>400.226</u>

32. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Fornecimento de energia elétrica	1.185.817	1.060.089
Disponibilização do sistema de distribuição	1.191.268	977.084
Suprimento de energia elétrica	74.085	76.927
Receita de construção (a)	319.011	339.719
Outras receitas	20.331	23.906
Total da receita bruta de vendas	<u>2.790.512</u>	<u>2.477.725</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Tributos diretos:		
ICMS	(477.193)	(389.314)
PIS	(41.583)	(35.340)
COFINS	(191.510)	(162.802)
ISS	(424)	(548)
Subtotal	<u>(710.710)</u>	<u>(588.004)</u>
Encargos do consumidor:		
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(35.565)	(12.615)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(74.613)	(67.331)
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(42.003)	(36.248)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.204)	(2.608)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.204)	(2.604)
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(1.602)	(1.302)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(7.832)	(6.359)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(4.700)	(3.847)
Subtotal	<u>(172.723)</u>	<u>(132.914)</u>
Total das deduções da receita bruta	<u>(883.433)</u>	<u>(720.918)</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	<u>1.907.079</u>	<u>1.756.807</u>

Notas Explicativas

(a) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

33. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	MWh		R\$	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Energia de Itaipu - Binacional	666.746	671.419	(63.349)	(60.522)
Energia de leilão	4.221.555	4.235.630	(383.125)	(358.797)
Energia bilateral	2.081.727	2.153.787	(355.920)	(332.909)
Energia de curto prazo - CCEE	216.359	110.102	(53.400)	(19.259)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	127.591	106.384	(31.530)	(25.803)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	63.723	61.218
Total	7.313.978	7.277.322	(823.601)	(736.072)

34. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	Companhia					
	Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Administradores	(485)	(510)	-	-	-	-
Serviço de terceiros	(508)	(523)	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(2)	(1)	-	-	-	-
Seguros	-	-	-	-	-	-
Tributos	(13)	-	-	-	-	-
Outros	-	(1)	-	(6.263)	(21)	(84)
Total	(1.008)	(1.035)	-	(6.263)	(21)	(84)

Notas Explicativas



	Consolidado							
	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Pessoal	(12.909)	(13.480)	(42.865)	(31.445)	-	-	-	-
Administradores	-	-	(7.915)	(7.830)	-	-	-	-
Material	(283)	(293)	(5.403)	(5.955)	-	-	-	-
Serviço de terceiros	(41.462)	(25.844)	(32.452)	(35.590)	-	-	-	-
Compensação Fin. Utiliz. Rec. Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-	(329)	(431)
Depreciação e amortização	-	-	(8.878)	(9.427)	-	-	(4)	(820)
Arrendamentos e aluguéis	(23)	(36)	(3.686)	(3.861)	-	-	-	-
Seguros	(28)	(55)	(901)	(421)	-	-	-	-
Tributos	(84)	(1.891)	(2.458)	(1.171)	-	-	-	(61)
Provisão (líquida de reversão)	(589)	(5.433)	-	-	-	-	(4.463)	1.272
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(15)	(15)	-	-	(175)	(1.106)
Outros	(8.239)	609	5.584	(7.580)	-	-	(3.699)	(3.590)
Subtotal de despesas	(63.617)	(46.423)	(98.989)	(103.295)	-	-	(8.670)	(4.736)
Outros Resultados:								
Provisão (líquida de reversão)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	465	81	-	-
Perda na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(6.885)	(5.801)
Perda na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(2.801)	(1)
Perdas	-	-	-	-	-	-	(1.011)	-
Sobra/Falta no inventário dos estoques	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda no valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	2.295	7.644	(1.325)	(223)
Subtotal de outros resultados	-	-	-	-	2.760	7.725	(12.022)	(6.025)
Total	(63.617)	(46.423)	(98.989)	(103.295)	2.760	7.725	(20.692)	(10.761)

	Consolidado			
	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Despesas com pessoal:				
Remuneração	(9.189)	(11.374)	(53.253)	(32.462)
Encargos sociais - INSS	(2.599)	(2.872)	(6.282)	(4.377)
Encargos sociais - FGTS	(734)	(824)	(2.088)	(1.311)
Encargos sociais - Outros	-	(21)	-	(221)
Programa de incentivo a aposentadoria e demissão voluntária	-	-	(310)	-
Contribuição como mantenedor da fundação	(270)	(309)	(631)	(444)
Indenização sobre o saldo do FGTS	(116)	(107)	(465)	(151)
(-) Transferências para ordens em curso	(1)	2.027	20.164	7.521
Total despesas com pessoal	(12.909)	(13.480)	(42.865)	(31.445)

Notas Explicativas



35. RESULTADO FINANCEIRO

	Companhia		Consolidado	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Receitas financeiras:				
Renda de aplicação financeira	2.613	1.565	11.808	15.318
Mútuo com partes relacionadas	13.754	13.558	14.164	13.141
Juros ativos	661	908	20.634	13.803
Variação monetária e cambial	82.861	22.422	175.905	40.879
Acréscimos moratórios	-	-	31.083	40.905
Ajuste a valor presente	-	-	55.424	28.582
Ajuste marcação a mercado	352.139	16.654	353.717	33.728
Operações de swap	3.264	-	10.984	229
Outras receitas financeiras	-	-	16.238	14.305
Total das receitas financeiras	455.292	55.107	689.957	200.890
Despesas financeiras:				
Encargos de dívidas				
Moeda nacional	(36.450)	(32.614)	(135.966)	(148.173)
Moeda estrangeira	(23.688)	(26.115)	(38.783)	(37.000)
Mútuo com partes relacionadas	(13.619)	(12.989)	(5.433)	(5.803)
Subtotal	(73.757)	(71.718)	(180.182)	(190.976)
Variações monetárias				
Moeda nacional	(1.263)	(2)	(7.716)	(12.014)
Moeda estrangeira	(57.113)	(3.575)	(112.202)	(9.330)
Subtotal	(58.376)	(3.577)	(119.918)	(21.344)
Juros / multas	(909)	(394)	(143.026)	(92.163)
Ajuste a valor presente	-	-	(30.430)	(22.285)
Ajuste marcação a mercado	(67.086)	(19.644)	(75.335)	(43.267)
Operações de swap	(2.152)	(2.914)	(27.219)	(34.660)
Encargos financeiros - parcelamentos	(47)	(78)	(34.666)	(7.930)
Outras despesas financeiras	(1.933)	(1.914)	(20.888)	(26.847)
Total das despesas financeiras	(204.260)	(100.239)	(631.664)	(439.472)
Resultado financeiro	251.032	(45.132)	58.293	(238.582)

Notas Explicativas**36. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

Cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valor por ação):

Resultado básico por ação:	31/3/2012	31/3/2011
Numerador		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		
Para acionistas preferenciais	38.106	(14.641)
Para acionistas ordinários	76.906	(32.452)
	115.012	(47.093)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	132.482	132.553
Média ponderada de número de ações ordinárias	294.110	294.115
	426.592	426.668
Resultado básico por ação		
Ação preferencial	0,2876	(0,1103)
Ação ordinária	0,2615	(0,1103)

37. REAJUSTE TARIFÁRIO

Durante o exercício de 2011, algumas das Controladas passaram pelo processo de IRT – Índice de Reajuste Tarifário Anual. Conforme previsto no contrato de concessão das empresas, os processos ocorreram da seguinte forma:

a. CFLO

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.161, de 21/6/2011 e da Nota Técnica nº 162/2011-SRE/ANEEL, de 15/6/2011, a ANEEL homologou o resultado do “IRT” Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2011 da Controlada CFLO fixando o reajuste médio em 5,04% (cinco vírgula zero quatro por cento), sendo 2,84% (dois vírgula oitenta e quatro por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 2,2% (dois vírgula vinte por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,8% (dois vírgula oitenta por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 29/6/2011 a 28/6/2012.

b. CELTINS

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.176, de 28/6/2011, e das Notas Técnicas nº 175/2011-SRE/ANEEL de 27/6/2011 e nº 178/2011-SRE/ANEEL de 29/6/2011, a ANEEL homologou o resultado do “IRT” Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2011 da Controlada CELTINS fixando o reajuste médio em 13,48% (treze vírgula quarenta e oito por cento), sendo 8,67% (oito vírgula sessenta e sete por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 4,81% (quatro vírgula oitenta e um por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 12,75% (doze vírgula setenta e cinco por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 4/7/2011 a 3/7/2012.

Notas Explicativas



c. CELPA

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 2/8/2011, prorrogou a vigência das tarifas de distribuição de energia elétrica da Resolução Homologatória nº 1.035 de 3/8/2010, que estariam vigentes até 6/8/2011. Esta prorrogação está prevista até o término em definitivo do processo da 3ª Revisão Tarifária da Companhia. A variação de receita decorrente da diferença entre as tarifas aplicadas no período provisório e as definidas na homologação dos resultados definitivos, será calculada e compensada retroativamente à data contratual. Até o encerramento destas demonstrações a situação permanece inalterada.

38. EVENTO SUBSEQUENTE

Reajuste tarifário – Controlada CEMAT

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.270, de 3/4/2012 e da Nota Técnica nº 71/2012-SRE/ANEEL, de 29/3/2012, a ANEEL homologou o resultado do “IRT” Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2012 fixando o reajuste médio em 9,43% (nove vírgula quarenta e três por cento), sendo 2,89% (dois vírgula oitenta e nove por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 6,54% (seis vírgula cinquenta e quatro por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,62% (dois vírgula sessenta e dois por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 8/4/2012 a 7/4/2013.

Todavia, conforme mencionado no Artigo 14 da Resolução Homologatória nº 1.270, de 3/4/2012, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes dos Anexos II e II-B da Resolução Homologatória nº 1.131 de 5/4/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes dos Anexos I e II-A, de que tratam os artigos 3º e 5º da Resolução Homologatória nº 1.270 de 3/4/2012.

Reajuste tarifário – Controlada ENERSUL

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.272, de 3/4/2012, e da Nota Técnica nº 72/2012-SRE/ANEEL, de 29/3/2012, a ANEEL homologou o resultado do “IRT” Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2012, fixando o reajuste médio em 6,43% (seis vírgula quarenta e três por cento), sendo 3,52% (três vírgula cinquenta e dois por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico, e 2,91% (dois vírgula noventa e um por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,59% (dois vírgula cinquenta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 8/4/2012 a 7/4/2013.

Todavia, conforme mencionado no Artigo 13 da Resolução Homologatória nº 1.272, de 3/4/2012, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes dos Anexos II e II-B da Resolução Homologatória nº 1.128 de 5/4/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes dos Anexos I e II-A, de que tratam os artigos 3º e 5º da Resolução Homologatória nº 1.272 de 3/4/2012.

Notas Explicativas



Revisão tarifária – Controlada Caiuá

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.288, de 8/5/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira revisão tarifária periódica, que representa um efeito tarifário médio para o consumidor de 7,60% (sete vírgula sessenta por cento), decorrente do reposicionamento tarifário econômico, de 7,56% (sete vírgula cinquenta e seis por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário e de 2,11% (dois vírgula onze por cento), da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

As tarifas que contemplam a respectiva revisão tarifária e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 10/5/2012 a 9/5/2013.

Todavia, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes nos anexos da Resolução Homologatória nº 1.145 de 3/5/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes nos anexos de que tratam a Resolução Homologatória nº 1.288 de 8/5/2012.

Revisão tarifária – Controlada EDEVP

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.287, de 8/5/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira revisão tarifária periódica, que representa um efeito tarifário médio para o consumidor de -2,72% (dois vírgula setenta e dois por cento negativos), decorrente do reposicionamento tarifário econômico, de 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário e de -3,14% (três vírgula quatorze por cento negativos) da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

As tarifas que contemplam a respectiva revisão tarifária e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 10/5/2012 a 9/5/2013.

Revisão tarifária – Controlada CNEE

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.286, de 8/5/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira revisão tarifária periódica, que representa um efeito tarifário médio para o consumidor de 2,96% (dois vírgula noventa e seis por cento), decorrente do reposicionamento tarifário econômico, de 7,34% (sete vírgula trinta e quatro por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário e de 2,22% (dois vírgula vinte e dois por cento) da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

As tarifas que contemplam a respectiva revisão tarifária e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 10/5/2012 a 9/5/2013.

Todavia, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes nos anexos da Resolução Homologatória nº 1.147 de 3/5/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes nos anexos de que tratam a Resolução Homologatória nº 1.286 de 8/5/2012.

Revisão tarifária – Controlada EEB

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.289, de 8/5/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira revisão tarifária periódica, que representa um efeito tarifário médio para o consumidor de 0,74% (zero vírgula setenta e quatro por cento), decorrente do reposicionamento tarifário econômico, de 2,34%

Notas Explicativas



(dois vírgula trinta e quatro por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário e de -0,34% (zero vírgula trinta e quatro por cento negativos) da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

As tarifas que contemplam a respectiva revisão tarifária e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 10/5/2012 a 9/5/2013.

Todavia, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes nos anexos da Resolução Homologatória nº 1.146 de 3/5/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes nos anexos de que tratam a Resolução Homologatória nº 1.289 de 8/5/2012.

Apresentação de alegações sobre termo de intimação expedido pela ANEEL – Controlada CELPA

Em atendimento ao Termo de Intimação expedido pela ANEEL em 2/4/2012, a Controlada CELPA protocolou em 30/4/2012 na ANEEL, apresentação de alegações preliminares e contestações sobre o relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, no qual menciona que está em fase de elaboração dos referidos planos.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Rede Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rede Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, identificadas como Companhia e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito na seção 'Base para conclusão com ressalva', conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

1. Conforme Nota Explicativa nos 4 e 14 às Informações Trimestrais - ITR, a Companhia possui investimento acrescido de ágio no montante de R\$317.463 mil referente participação direta na QMRA Participações S.A. ("QMRA") a qual é controladora da Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - "Em Recuperação Judicial" que está em processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012, bem como investimento no montante de R\$41.861 mil referente a participação direta na controlada CELPA, que contem as seguintes ressalvas:

a. A CELPA teve seu pedido de Recuperação Judicial (RJ) deferido em 29 de fevereiro de 2012 nos termos da Lei nº 11.101/05. Conforme a referida lei a CELPA apresentou em juízo no dia 04 de maio de 2012, dentro do prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, Plano de Recuperação que conteve: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A Assembleia Geral de Credores, nos termos da referida lei, votará o referido plano em prazo que não excederá 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, respeitados os quóruns legais e a aprovação da própria CELPA. Adicionalmente, conforme Termo de Intimação expedido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, em 02 de abril de 2012, solicitou Plano de Ação a CELPA apresentando alegações e proposta para correção das falhas e das transgressões técnicas apontadas na referida reunião. A CELPA protocolou em 30 de abril de 2012 na ANEEL, apresentação de alegações preliminares e contestações sobre Relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, no qual menciona que está em fase de elaboração dos referidos planos não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre os saldos patrimoniais tendo em vista as negociações em andamento bem como a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer, tais como: aprovação do plano de recuperação por parte dos credores; a aprovação do plano de ação por parte da ANEEL, bem como as negociações em andamento para equacionamento das dívidas e a revisão tarifária esperada pela CELPA. No que se refere às informações contábeis intermediárias, a CELPA incorreu no prejuízo líquido de R\$84.668 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2012 e que, naquela data, o passivo circulante da CELPA excedeu o ativo circulante em R\$1.401.000 mil. Em 31 de março de 2012 os ativos e passivos da CELPA foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Conforme as normas contábeis brasileiras e internacionais, a CELPA deveria demonstrar este pressuposto de continuidade. A situação acima descrita indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CELPA, cuja viabilidade econômico-financeira somente ocorrerá quando as medidas previstas no plano de Recuperação Judicial forem aprovadas. As Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, ainda não contemplam os ajustes necessários e requeridos quando do desfecho das múltiplas incertezas acima mencionadas, que dependem de eventos futuros e incertos. Entretanto, a avaliação dos documentos contidos no plano de Recuperação Judicial preparado e apresentado em juízo, bem como nas alegações preliminares e contestações sobre Relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, apresentam razoabilidade diante do cenário atual da CELPA.

b. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 às Informações Trimestrais - ITR, existem em 31 de março de 2012 créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias consolidados, no montante de R\$461.264 mil. Este valor inclui o montante de R\$86.541 mil, referentes à subsidiária CELPA. A realização dos referidos créditos tributários depende fundamentalmente do sucesso dos planos mencionados na nota explicativa nº 1 às Informações Trimestrais - ITR e da ocorrência de lucros tributários futuros. Devido às incertezas significativas mencionadas no parágrafo 1(a) anteriormente, não nos foi possível concluir quanto à probabilidade de realização destes créditos tributários.

c. Não nos foi apresentada documentação-suporte para o registro do montante reconhecido como “depósitos judiciais” de R\$26.497 mil em 31 de março de 2012 na CELPA. Conseqüentemente, fomos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e registro da referida rubrica nas Informações Trimestrais - ITR, em relação à data base de 31 de março de 2012.

d. Em 31 de março de 2012, não nos foi apresentada documentação-suporte para o registro de parte das “Aplicações Financeiras” consolidadas, no montante de R\$256.058 mil. Este valor inclui o montante de R\$16.356 mil, referentes à subsidiária CELPA. Conseqüentemente, fomos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e registro da referida rubrica nas Informações Trimestrais - ITR.

e. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16 às Informações Trimestrais - ITR, existe em 31 de março de 2012 ágio com expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$197.914 mil referente a CELPA. A realização do referido ágio depende fundamentalmente do sucesso dos planos mencionados na Nota Explicativa nº 1 às Informações Trimestrais - ITR. Devido às incertezas significativas mencionadas no parágrafo 1(a), não nos foi possível concluir quanto à probabilidade de realização deste ágio.

2. Conforme Nota Explicativa nos 4 e 14 às Informações Trimestrais - ITR, a Companhia possui investimento no montante de R\$620.228 mil referente a participação direta na controlada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (“CEMAT”), que contem as seguintes ressalvas:

a. Conforme Nota Explicativa nº 1 às Informações Trimestrais - ITR, recentemente a CEMAT tem apresentado dificuldades significativas de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo. Além disso, no período de três meses findo em 31 de março de 2012, o passivo circulante da CEMAT excedeu o ativo circulante em R\$189.447 mil. A CEMAT nos apresentou um fluxo de caixa projetado para um período de 12 meses após a data base destas Informações Trimestrais - ITR que apresenta uma necessidade de recursos adicionais relevantes neste período, refletindo seu atual cenário. Adicionalmente, a CEMAT é controlada da Rede Energia S.A. a qual possui investimento em sua controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - “em Recuperação Judicial” que está em processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012. A CEMAT está em curso de negociação com seus credores, instituições financeiras, com objetivo de alongar o perfil do seu endividamento. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da Administração da CEMAT. Entretanto, a avaliação dos documentos contidos no plano de recuperação preparado pela Administração e apresentado aos credores, apresentam razoabilidade diante do cenário atual da CEMAT. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CEMAT e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até a presente data não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2012 não divulgam integralmente estes fatos. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da Administração da CEMAT. Entretanto, a avaliação dos documentos contidos no plano de recuperação preparado pela CEMAT e apresentado aos credores, apresentam razoabilidade diante do cenário atual da CEMAT. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CEMAT e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até a presente data não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2012 não divulgam integralmente estes fatos.

b. A CEMAT possui valores a receber da CELPA no montante de R\$66.004 mil, registrado no ativo não circulante. A realização deste saldo está vinculada à satisfatória resolução da incerteza relacionada ao processo de Recuperação Judicial da CELPA, portanto a recuperação deste ativo dependerá fundamentalmente do desfecho do processo.

c. Existem em 31 de março de 2012 créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na CEMAT, no montante de R\$107.000 mil. A realização dos referidos créditos tributários depende fundamentalmente do sucesso dos planos mencionados na Nota Explicativa nº 1 às Informações Trimestrais - ITR e da ocorrência de lucros tributários futuros. Devido às incertezas significativas mencionadas na seção ‘Continuidade operacional’ mencionada anteriormente, não nos foi possível concluir quanto à probabilidade de realização destes créditos tributários.

d. Conforme Nota Explicativa nos 20 e 23 às Informações Trimestrais - ITR, existe em 31 de março de 2012 endividamento financeiro registrado no passivo não circulante consolidado no montante de R\$602.298 mil. Este valor inclui o montante de R\$478.005 mil, referente à subsidiária CEMAT, cujas condições contratuais de adimplência nas amortizações de juros e principal em diversos contratos não foram cumpridas. Nesta situação há previsão das instituições financeiras poderem exigir a liquidação antecipada do saldo devedor. Por outro lado, a Administração está em curso de negociação com seus credores e instituições financeiras, com objetivo de alongar o perfil de dívida. A classificação entre curto e longo prazo deste endividamento dependerá fundamentalmente do sucesso dessas negociações.

e. Em 31 de março de 2012, não nos foi apresentada documentação-suporte para o registro de parte das “Aplicações Financeiras” na CEMAT no montante de R\$103.788 mil. Conseqüentemente, fomos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e registro da referida rubrica nas Informações Trimestrais - ITR.

3. Conforme Nota Explicativa nos 4 e 14 às Informações Trimestrais - ITR, a Companhia possui investimento no montante de

R\$301.229 mil referente a participação direta na controlada Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (CELTINS). Nos últimos meses a CELTINS vem apresentando dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo. A Administração está em curso de negociação com seus credores – instituições financeiras - com o objetivo de alongar o perfil do seu endividamento. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da Administração da CELTINS. Entretanto, a avaliação dos documentos contidos no plano de recuperação preparado pela Administração e apresentado aos credores, apresentam razoabilidade diante do cenário atual da CELTINS. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CELTINS e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até a presente data não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2012 não divulgam integralmente estes fatos.

a. A CELTINS é controlada da Rede Energia S.A. a qual também possui investimento na controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - “Em Recuperação Judicial” cujo processo de Recuperação Judicial foi deferido em 29 de fevereiro de 2012. Adicionalmente, a CELTINS possui valores a receber da CELPA no montante de R\$23.113 mil em 31 de março de 2012, registrado no ativo não circulante. A realização deste saldo está vinculada a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA apresentado em juízo no dia 04 de maio de 2012.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes nas informações contábeis intermediárias dos quais poderíamos ter tomado conhecimento se não fosse pelas situações descritas na seção ‘Base para conclusão com ressalva’, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes nas informações contábeis intermediárias dos quais poderíamos ter tomado conhecimento se não fosse pelas situações descritas na seção ‘Base para conclusão com ressalva’, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA)

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada a informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2012, que conteve abstenção de opinião sobre as múltiplas incertezas mencionadas abaixo já considerando os fatos subsequentes ocorridos até a presente data:

1. Conforme Nota Explicativa nos 4 e 14 às Informações Trimestrais - ITR, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2011 investimento acrescido de ágio no montante de R\$366.966 mil referente participação direta na QMRA Participações S.A. (“QMRA”) a qual é controladora da Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - “Em Recuperação Judicial” que está em processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012, bem como investimento no montante de R\$50.601 mil referente a participação direta na controlada CELPA, que contem as seguintes ressalvas:

a. A CELPA teve seu pedido de Recuperação Judicial (RJ) deferido em 29 de fevereiro de 2012 nos termos da Lei nº 11.101/05. Conforme a referida Lei a CELPA apresentou em juízo no dia 04 de maio de 2012, dentro do prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, Plano de Recuperação que conteve: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A Assembleia Geral de Credores, nos termos da referida Lei, votará o referido plano em prazo que não excederá 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, respeitados os quóruns legais e a aprovação da própria CELPA. Adicionalmente, conforme Termo de Intimação expedido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, em 02 de abril de 2012, solicitou Plano de Ação a CELPA apresentando alegações e proposta para correção das falhas e das transgressões técnicas apontadas na referida reunião. A CELPA protocolou em 30 de abril de 2012 na ANEEL, apresentação de alegações preliminares e contestações sobre Relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, no qual menciona que está em fase de elaboração dos referidos planos não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre

os saldos patrimoniais tendo em vista as negociações em andamento, bem como a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer, tais como: a aprovação do Plano de Recuperação por parte dos credores; a aprovação do Plano de Ação por parte da ANEEL, bem como as negociações em andamento para equacionamento das dívidas e o Reajuste Tarifário esperado pela CELPA. No que se refere às demonstrações financeiras, a CELPA incorreu no prejuízo líquido de R\$391.162 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e que, naquela data, o passivo circulante da CELPA excedeu o ativo circulante em R\$1.191.873 mil. Em 31 de dezembro de 2011 os ativos e passivos da CELPA foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Conforme as normas contábeis brasileiras e internacionais, a Administração deveria demonstrar este pressuposto de continuidade. A situação acima descrita indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CELPA, cuja viabilidade econômico-financeira somente ocorrerá quando as medidas previstas no plano de Recuperação Judicial forem aprovadas. As Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, ainda não contemplam os ajustes necessários e requeridos quando do desfecho das múltiplas incertezas acima mencionadas, que dependem de eventos futuros e incertos. Entretanto, a avaliação dos documentos contidos no plano de Recuperação Judicial preparado e apresentado em juízo, bem como, nas alegações preliminares e contestações sobre Relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, apresentam razoabilidade diante do cenário atual da CELPA. Em 31 de março de 2012 os ativos e passivos da CELPA ainda foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Estes assuntos são mencionados por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

b. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 às Informações Trimestrais - ITR, existem em 31 de dezembro de 2011 créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias consolidados, no montante de R\$489.473 mil. Este valor inclui o montante de R\$89.790 mil, referentes à subsidiária CELPA. A realização dos referidos créditos tributários depende fundamentalmente do sucesso dos planos mencionados na Nota Explicativa nº 1 às Informações Trimestrais - ITR e da ocorrência de lucros tributários futuros. Devido às incertezas significativas mencionadas no parágrafo 1(a) anteriormente, não nos foi possível concluir quanto à probabilidade de realização destes créditos tributários. Este assunto é mencionado por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

c. Não foi apresentada documentação-suporte para o registro do montante reconhecido como "Depósitos Judiciais" na CELPA de R\$27.420 mil em 31 de dezembro de 2011. Conseqüentemente, os auditores antecessores foram impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e registro da referida rubrica nas demonstrações financeiras, em relação à data base 31 de dezembro de 2011. Nas Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, a Administração da CELPA não conseguiu efetuar o levantamento de toda a documentação-suporte para o registro do montante atualizado de R\$26.497 mil. Este assunto é mencionado por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

d. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16 às Informações Trimestrais - ITR, existe em 31 de dezembro de 2011 ágio com expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$200.251 mil referente a CELPA. A realização do referido ágio depende fundamentalmente do sucesso dos planos mencionados na Nota Explicativa nº 1 às Informações Trimestrais - ITR. Devido às incertezas significativas mencionadas no parágrafo 1(a), não nos foi possível concluir quanto à probabilidade de realização deste ágio. Este assunto é mencionado por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

2. Conforme Nota Explicativa nos 4 e 14 às Informações Trimestrais - ITR, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2011 investimento no montante de R\$621.244 mil referente a participação direta na controlada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. ("CEMAT"), , que contem as seguintes ressalvas:

a. Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, recentemente a CEMAT tem apresentado dificuldades significativas de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo. Além disso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o passivo circulante da CEMAT excedeu o ativo circulante em R\$82.136 mil. A CEMAT nos apresentou um fluxo de caixa projetado para um período de 12 meses após a data base destas demonstrações financeiras que apresenta uma necessidade de recursos adicionais relevantes neste período, refletindo seu atual cenário. Adicionalmente, a Companhia é controlada da Rede Energia S.A. a qual possui investimento em sua controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - "Em Recuperação Judicial" que está em processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012. A Administração está em curso de negociação com seus credores, instituições financeiras, com objetivo de alongar o perfil do seu endividamento. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da Administração da CEMAT. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CEMAT e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até data de emissão do relatório dos auditores antecessores, eles não obtiveram evidência de auditoria suficiente para concluir sobre estas múltiplas incertezas. As demonstrações financeiras inclusive as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos. Nas Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, os ativos e passivos da CEMAT ainda foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Estes assuntos são mencionados por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

3. Conforme Nota Explicativa nos 4 e 14 às Informações Trimestrais - ITR, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2011 investimento no montante de R\$297.014 mil referente a participação direta na controlada Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (CELTINS). Nos últimos meses a CELTINS vem apresentando falta de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo. A Administração está em curso de negociação com seus credores - instituições financeiras - com o objetivo de alongar o perfil do seu endividamento. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da Administração da CELTINS. Entretanto, a avaliação dos documentos contidos no plano de recuperação preparado pela Administração e apresentado aos credores, apresentam razoabilidade diante do cenário atual da CELTINS. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CELTINS e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até a presente data não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2012 não divulgam integralmente estes fatos.

Estes assuntos são mencionados por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

a. A CELTINS é controlada da Rede Energia S.A. a qual também possui investimento na controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - "Em Recuperação Judicial" cujo processo de Recuperação Judicial foi deferido em 29 de fevereiro de 2012. Adicionalmente, a CELTINS possui valores a receber da CELPA no montante de R\$22.796 mil, registrado no ativo não circulante. A realização deste saldo está vinculada a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA apresentado em juízo no dia 04 de maio de 2012. Este assunto é mencionado por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

4. As notas explicativas não informaram a posição dos contratos de compra de energia no sentido de estarem atendendo ou não os limites operacionais regulatórios, tampouco foi dado acesso a esta informação aos auditores antecessores. Consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, esta informação sobre eventual exposição de cobertura deveria ter sido divulgada nas notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011. Nas Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, a Administração da Companhia divulgou as informações qualitativas e quantitativas sobre o risco de exposição de contratos de compra de energia consolidado e seu acompanhamento tempestivo, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23 às Informações Trimestrais - ITR. Este assunto foi regularizado e não é mencionado por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

As informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 16 de maio de 2011, que não conteve modificação.

São Paulo, 14 de Maio de 2012.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1SP 120458/O-6 Contador CRC 1SP 139268/O-6